



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
COORDENAÇÃO DE CONTROLE INTERNO**

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE AUDITORIA INTERNA - 2010

Conforme determina a IN CGU nº 01, de 03 de dezembro de 2007, apresentamos o Relatório Anual de Atividades de Auditoria interna contendo o relato sobre as atividades desenvolvidas no exercício de 2010, em função das ações planejadas constantes do PAINT/2010 para o referido exercício.

I - Descrição das ações de auditoria interna realizadas pela entidade.

No exercício de 2010, a CCI elaborou os relatórios nº 01/10, 02/10, 03/10, 04/10, 05/10 e 06/2010 nas áreas: Controles da Gestão, Gestão Orçamentária, Gestão Financeira, Desenvolvimento Institucional e Capacitação, Gestão de Recursos Humanos e Gestão de Suprimento de Bens e Serviços, Convênios e Contratos abrangendo o Campus São Cristóvão. O escopo para cada área obedeceu ao especificado no PAINT/2009.

Durante o período de 04 de janeiro a 24 de dezembro de 2010 os trabalhos de auditoria foram realizados por 02 servidores nas atividades de auditoria, no mês de abril foi lotada na CCI uma servidora de nível médio, tendo por fim auxiliar nos trabalhos da CCI. Nenhuma restrição foi imposta pelos dirigentes da entidade ao nosso trabalho, cujos exames foram realizados por amostragem não probabilística, e os resultados encontram-se expressos nos relatórios de auditoria que foram encaminhados ao dirigente máximo da entidade para conhecimento das recomendações às constatações apontadas pela equipe de auditoria da Coordenação de Controle Interno.

II - Registro quanto à implementação ou cumprimento, pela entidade, ao longo do exercício, de recomendação ou determinações efetuadas pelos órgãos central e setoriais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal pelo Conselho Fiscal ou órgão equivalente da entidade.

a) Recomendações ou determinações oriundas da Controladoria Geral da União e relacionadas aos relatórios nº 243928, 243698 e 243987/2010. A indicação do atendimento dessas recomendações é feita da seguinte forma: Implementada, quando os setores realizaram as providências e

apresentaram evidências para tal; Em implementação, quando as providências apresentadas estão em execução, mas o procedimento ainda não está plenamente concluído; Parcialmente Implementada, quando apenas parte da recomendação foi atendida; e Não Implementada. Tais informações são expostas no quadro abaixo:

Itens relativos a FUFFS - Relatório nº 243928/243987		
Documento/data	Recomendações	Cumprimento
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.	<p>1.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (048) BAIXA CARGA HORÁRIA DOS DOCENTES EM SALA DE AULA. RECOMENDAÇÃO: 001 Estabelecer parâmetros que assegurem o cumprimento de carga horária semanal de aulas mais condizente com o regime de trabalho de cada docente, observadas a natureza e a diversidade de seus encargos, conforme estipulado no artigo 10 e seu inciso II da Portaria MEC nº 475, de 26/08/1987, observando-se o § 1º do inciso III da mesma Portaria, visando racionalizar o uso dos recursos públicos despendidos com a remuneração dos docentes, visto que a delegação atual vigente para os conselhos departamentais, além de não atender ao disposto no art. 10, tem permitido, na prática, a estipulação de uma carga horária máxima de somente 12 horas semanais (média de 9,4) em sala de aula para os docentes de regime DE e 40 horas.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Supervisionar a distribuição da carga horária (horas-aula) atribuída a cada docente, analisando-se e exigindo-se a sua conformidade com o disposto na legislação vigente (Decreto nº 94.664/87 e Portaria MEC nº 475/87), bem como para que haja um equilíbrio da carga horária entre todo o corpo docente, assegurando a qualidade do desenvolvimento das atividades acadêmicas e o uso racional dos recursos públicos envolvidos.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências	<p>1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (049) PROFESSORES SEM CARGA HORÁRIA EM SALA DE AULA. PROFESSORES QUE REALIZAM SOMENTE ATIVIDADES DE ORIENTAÇÃO.</p>	

2010.	<p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Estabelecer parâmetros, observadas a natureza e a diversidade de encargos do docente, conforme estipulado no artigo 10 e seu inciso II da Portaria MEC nº 475, de 26/08/1987, para definição das atividades que podem ser consideradas como aula no cômputo da carga horária semanal (horas-aula) prevista na legislação, limitando-se os casos, em que realmente seja necessário considerar como aula, relativos às atividades de orientação e de supervisão das disciplinas de estágio e de monografia (TCC), levando-se em conta a função efetivamente desempenhada pelo docente e estipulando-se critérios, tais como nº máximo de horas, nº mínimo e máximo de alunos, estipulação de local/sala e horários onde o docente ministrará a aula e onde estará disponível para orientação, visto que a carga horária deve ser cumprida no local de trabalho, conforme Resolução nº 19/2009/CONEPE, para se evitar prejuízo e desequilíbrio ao desenvolvimento da carga horária em sala de aula entre todo o corpo docente.</p>	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.	<p>1.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (050) PROGAD, POSGRAP (COPEs) E PROEX (CECAC)</p> <p>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DAS ATIVIDADES DE PESQUISA E DE EXTENSÃO DOS DOCENTES PELOS CHEFES DOS DEPARTAMENTOS. ACOMPANHAMENTO PARCIAL PELAS COORDENAÇÕES RESPONSÁVEIS. FALTA DE CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO DA REAL NECESSIDADE DE REDUÇÃO DA CARGA HORÁRIA EM SALA DE AULA SOMENTE PELA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Ampliação dos sistemas de controle e acompanhamento para todas as atividades e projetos de pesquisa e de extensão, por parte das respectivas Pró-Reitorias e suas subunidades, inclusive com exigência de apresentação periódica (ao menos, se-</p>	PARCIALMENTE IMPLEMENTADA

	<p>mestralmente) de relatórios pelos professores envolvidos, visando cumprir o disposto no parágrafo único do art. 7º da Resolução nº 19/2009 do CONEPE, informando-se o seu descumprimento para a Pró-Reitoria de Graduação e para as chefias dos respectivos departamentos (ou núcleos) para a adoção de medidas quanto ao restabelecimento da carga horária devida.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Disponibilização e manutenção atualizada de página específica no site da Universidade das atividades e projetos de pesquisa e de extensão de cada docente, com todas as informações necessárias para o acompanhamento do seu desenvolvimento pela Pró-Reitoria de Graduação, pelas chefias e pela comunidade universitária (inclusive pelos discentes), visando dar transparência e possibilitar o controle pela comunidade universitária.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Definição de critérios que permitam a aferição, pelas respectivas comissões vinculadas às Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão, da real necessidade de redução da carga horária em sala, do docente envolvido com qualquer atividade ou projeto de pesquisa e de extensão, (possibilidade contida na Resolução nº 19/2009 do CONEPE), inclusive quantificando-a, levando-se em conta a sua função desempenhada e o eventual prejuízo para as atividades didáticas do Departamento/Núcleo, comunicando-se a decisão aos envolvidos, à Pró-Reitoria de Graduação e às Chefias dos respectivos Departamentos para estabelecimento da carga horária.</p>	<p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (051) PROGRAD AUSÊNCIA DE CONTROLE DO CUMPRIMENTO, PELOS DOCENTES, DA CARGA HORÁRIA FIXADA EM SALA DE AULA. FALTA DE CONTROLE DA REPOSIÇÃO DAS AULAS NÃO DADAS. ALUNOS MONITORES QUE MINISTRAM AULA NO LUGAR DOS DO-</p>	

	<p>CENTES. FUNCIONAMENTO PRECÁRIO DOS DEPARTAMENTOS. FALTA DE CONTROLE DA FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES NÃO DOCENTES LOTADOS NOS DEPARTAMENTOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Implantar procedimento de controle do cumprimento da carga horária (horas-aula) onde o docente seja obrigado a registrar, diariamente, pelo menos, os seguintes dados: data, horário, local/sala, presença ou falta dos alunos, matéria dada, ausência, etc., disponibilizando tais informações no site da universidade para verificação e controle de toda a comunidade universitária, inclusive para os discentes, o que permitirá transparência e comprovação do efetivo cumprimento do período letivo mínimo, conforme obrigatoriedade disposta no art. 47, caput, da LDB (Lei nº 9.394/96).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Implantar procedimento de controle de reposição das aulas não dadas onde a chefia do respectivo departamento/núcleo seja obrigada a registrar o dia da falta do docente, o dia previsto para reposição, horário, local/sala, etc., disponibilizando tais informações no site da universidade para verificação e controle de toda a comunidade universitária, inclusive para os discentes, para permitir transparência e comprovação do efetivo cumprimento do período letivo mínimo, conforme obrigatoriedade disposta no art. 47, caput, da LDB (Lei nº 9.394/96).</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Ampliar os canais de comunicação junto às Pró-Reitorias e às Chefias dos Departamentos para recepção das reclamações dos discentes quanto ao cumprimento e à qualidade das aulas ministradas, apurando-se e tomando-se providências para os casos relatados.</p>	<p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO</i></p> <p><i>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
--	--	---

	<p>RECOMENDAÇÃO: 004 Divulgar, aos alunos monitores e aos professores que os orientam, a vedação daqueles de ministrarem aulas, avaliarem a aprendizagem de alunos, supervisionarem estágios e/ou desempenharem atividades de caráter administrativo, conforme previsto no parágrafo único do art. 25 da Resolução nº 38/05/CONEP, bem como exigir dos docentes envolvidos o efetivo cumprimento da vedação citada, responsabilizando-os em caso de sua violação.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Organizar em conjunto com as Pró-Reitorias e com as Chefias os horários de funcionamento dos respectivos departamentos/núcleos, inclusive divulgando-os para toda a comunidade universitária, exigindo-se o seu efetivo cumprimento.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 006 Implantar procedimento de controle diário do cumprimento da carga horária dos servidores não docentes lotados nos departamentos/núcleos onde se registre os horários efetivos de entrada e de saída, cabendo às chefias a responsabilidade de organização dos horários de entrada e de saída, e do controle da assiduidade e da pontualidade dos servidores, respeitando-se os limites dispostos no art. 19 da Lei nº 8.112/90, bem como, exigindo-se a compensação das horas não trabalhadas, sob pena de perda proporcional da parcela de remuneração diária, nos termos do inciso II do art. 44 da citada lei.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.1.2.6 CONSTATAÇÃO: (053) PROGRAD NORMATIZAÇÃO, SEM PREVISÃO NA LDB E EM DESACORDO COM O REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE E COM A RESOLUÇÃO Nº 04/86 DO CFE, DE APROVAÇÃO APENAS POR MÉDIA PARA ALUNOS COM FREQUÊNCIA INFERIOR A 75%.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar todas as providências para</p>	

	<p>revogação do dispositivo previsto no artigo 36 da Resolução nº 21/2009/CONEPE, de 17/04/09, que permite a aprovação apenas por média do aluno de graduação que, mesmo não alcançando 75% de frequência, obtenha média igual ou superior a 7,0 (sete), por ausência de previsão legal, visto que a Universidade não pode criar normas que colidam com a lei e outros normativos vigentes (conforme posicionamento do STF - RE 553.065-5), no caso, a LDB (Lei 9394/96), a Resolução nº 04, de 16/09/86, do extinto Conselho Federal de Educação, e o próprio Regimento Geral da Universidade (Resolução nº 16/98/CONSU), que dispõem que para aprovação é necessário que o aluno dos cursos de graduação tenha frequência mínima de 75% do total das aulas e demais atividades de cada disciplina.</p>	NÃO IMPLEMENTADA
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.1.2.7 CONSTATAÇÃO: (054) GRH PROFESSORES NO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, CEDIDOS A ÓRGÃOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS, CONTRARIANDO O DISPOSTO NO DECRETO 94.664/87.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar comunicação aos professores cedidos informando de que a condição de professor no regime "DE" é incompatível com a situação de cedido a estados e municípios, conforme inciso I do artigo 14 do Decreto 94.664/87, de 23 de julho de 1987, sendo necessário que os mesmos solicitem a mudança do regime de trabalho para 40 horas.</p>	NÃO IMPLEMENTADA
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.1.2.8 CONSTATAÇÃO: (055) DOCENTES DA UFS INCLUÍDOS NO REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA COM OUTROS VÍNCULOS EMPREGATÍCIOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Apurar os valores que foram pagos indevidamente aos servidores em tela e realizar os devidos ressarcimentos, conforme os ditames da Lei 8.112/90.</p>	NÃO IMPLEMENTADA

		<p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Comunicar aos servidores com regime de trabalho na condição de Dedicação Exclusiva que, caso queiram permanecer com outros vínculos empregatícios, devem requerer a mudança de regime de trabalho para 20 ou 40 horas, verificando-se a compatibilidade horários.</p>	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de de	<p>1.1.2.9 CONSTATAÇÃO: (059)</p> <p>PROFESSORES COM INDÍCIOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA POR INCOMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Que a Unidade responsável pelo gerenciamento dos Recursos Humanos da UFS, proceda a apuração das acumulações de cargos, empregos e funções públicas com incompatibilidade de horário, relativas aos servidores listados na Tabela e, caso se confirmem as acumulações indevidas, convocar os servidores para, no prazo de dez dias, fazer a opção, nos termos do que estabelece o artigo 133 da Lei n.º 8.112/1990, com a redação dada pela Lei n.º 9.527/1997.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Apuradas as acumulações de cargos indevidas dos professores listados, tomar medidas para que sejam promovidas as devidas restituições ao Erário, nos termos do artigo 46 da Lei n.º 8.112/90.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de de	<p>1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (030) PROAD</p> <p>CONTINUIDADE NO PAGAMENTO DE CONTRIBUIÇÃO PARA A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDIFES EM DESACORDO COM ACÓRDÃO TCU N.º 816/2006.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Abstenha-se de realizar pagamentos a título de contribuições para a ANDIFES, enquanto inexistente autorização específica para tal, conforme previsão do Acórdão TCU n.º 816/2006.</p>	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão	de de nº	<p>1.1.3.2 CONSTATAÇÃO: (035) CCV</p> <p>CONTRATAÇÃO DE FUNDAÇÃO COM BASE NO ART. 24, INC. XIII DA LEI</p>	

243928/Plano de Providências 2010.	<p>N.º 8.666/93, SEM A APRESENTAÇÃO DOS PRESSUPOSTOS PARA O ENQUADRAMENTO NO DISPOSITIVO LEGAL.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Abstenha-se de realizar contratações de empresas para a confecção de provas para concursos, vestibulares ou não, por meio de procedimentos de inexigibilidade de licitação com base no inc. II do art. 25 da Lei 8.666/93, ou dispensa de licitação baseada no art. 24, inc. XIII da mesma Lei, quando os contratados não se revestirem das condições exigidas nos dispositivos legais mencionados, submetendo a contratação, assim, à realização de procedimento licitatório.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.	<p>1.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (042) COGEPLAN INCORREÇÕES RELATIVAS À CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL-PROGRAMÁTICA E CATEGORIA ECONÔMICA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA REFERENTE À LICITAÇÃO E CONTRATO DE OBRAS DA FUFUS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar providências para comprovar que a obra relativa ao processo nº 15251/09 encontra-se dentre as beneficiadas com recursos do REUNI.</p>	IMPLEMENTADA
	<p>1.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (039) PREFCAMP (DICOF) SUPERESTIMATIVA DE ITEM DA PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 28/2008, OCASIONANDO PREJUÍZOS EFETIVO DE R\$ 24.795,31 E POTENCIAL R\$ 53.558,20.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Realizar a adequação da planilha, especialmente quanto ao item aço CA60, adotando providências para ressarcimento dos valores no montante de R\$24.795,31 pagos à contratada.</p>	<p>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA (Decisão judicial suspendeu o ressarcimento)</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.	<p>1.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (041) PREFCAMP (DOFIS) AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA OBTENÇÃO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL RELATIVOS A OBRAS REALIZADAS PELA FUFUS.</p>	

		<p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Providencie, tempestivamente, nas próximas licitações de obras e serviços de engenharia realizadas em todos os campi no Estado de Sergipe, a obtenção da licença prévia dos empreendimentos, condicionando a aprovação do projeto básico à licença ambiental prévia, aprovada pela autoridade competente, consoante art. 8º, inciso I, da Resolução CONAMA nº 237/97, c/c o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei nº 8.666/93".</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.		<p>2.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (032) GRH</p> <p>AUSÊNCIA DE ELEMENTOS COMPROBATÓRIOS DE INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE CURSO SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Antes da deflagração dos procedimentos de seleção e contratação de prestadores de serviço, proceda à elaboração de documento, e o faça constar dos autos, no qual estejam consubstanciadas, com clareza, todas as informações do objeto que se pretenda contratar, quanto aos aspectos da qualificação necessária do pretenso fornecedor.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.		<p>2.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (036) GRH/PROAD</p> <p>AUSÊNCIA DE PLANEJAMENTO NA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTOS PARA CONTRATAR COM BASE EM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Abstenha-se de realizar contratações de empresas para a confecção de provas para concursos, vestibulares ou não, por meio de procedimentos de inexigibilidade de licitação com base no inc. II do art. 25 da Lei 8.666/93, ou dispensa de licitação baseada no art. 24, inc. XIII da mesma Lei, quando os contratados não se revestirem das condições exigidas nos dispositivos legais mencionados, submetendo a contratação, assim, à realização de procedimento licitatório.</p>	IMPLEMENTADA

<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>3.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (033) PROAD ELABORAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO APÓS A REALIZAÇÃO DO OBJETO</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Atentar para a execução regular da despesa, de acordo com os ditames da Lei n.º 4.320/64, quanto aos aspectos relacionados à necessidade de efetuar-se empenho prévio, liquidação regular e pagamento à dotação de recursos específica.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>3.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (034) PROAD AUSÊNCIA DE CARACTERIZAÇÃO DE SITUAÇÃO DE INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO NA LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA EVENTO</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Utilizar o instituto da Inexigibilidade de Licitação somente nos casos em que restar comprovada a inviabilidade de competição na contratação.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
	<p>4.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (037) PROAD INSCRIÇÕES INDEVIDAS DE NOTAS DE EMPENHO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Inscrever em restos a pagar não processados somente as notas de empenho que atendam aos incisos dispostos no artigo 35 do Decreto nº 93.872/86, anulando, tempestivamente, aquelas que não se enquadrem, conforme caput do art. 35 do citado Decreto.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>5.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (029) PREFCAMP (DITRAN) REALIZAÇÃO DE DESPESAS COM VEÍCULOS LISTADOS COMO PASSÍVEIS DE ALIENAÇÃO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Manter atualizado, mensalmente, o Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção de cada veículo, com base em critérios econômicos e técnicos, apurando-se o seu custo operacional, visando identificar os passíveis de reparos (recuperáveis) e os antieconômicos ou irrecuperáveis (sucatas), comprovadamente</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

	alienáveis, conforme disposto no art. 24 da IN SLTI/MPOG nº 03/2008, evitando-se, assim, gastos desnecessários com manutenção.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.	<p>5.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (019) PROAD (001 e 002) / PREFCAMP (DRITRAN 003)</p> <p>CONSUMO EXCESSIVO DE COMBUSTÍVEL EM CERCA DE 199,10 LT DE ÔLEO DIESEL COM GASTO DE R\$ 432,05 ALÉM DE DESLOCAMENTOS NÃO PREVISTOS OCORRIDOS EM VIAGEM REALIZADA PARA CONGRESSO NA UFSC.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 PROAD Exigir do suprido de CPF ***.181.805-** justificativas para o gasto excessivo com combustível na viagem realizada com utilização do CPGF no suprimento nº. 01/09, e avaliá-las, exigindo devolução de recursos para o caso em que houve utilização indevida do CGPF, bem como apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 PROAD Obter justificativas do suprido de CPF ***.181.805-** e de outros servidores envolvidos, quanto à realização de deslocamento indevido de Florianópolis para a Praia dos Ingleses (ida e volta), visto que tal trecho, realizado nos dias de chegada e de partida, não estava previsto na viagem autorizada pelo concedente, apurando-se a responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 PREFCAMP (DITRAN) Realizar melhor controle dos gastos com combustível incorridos nas viagens, inserindo, no processo de suprimento, planilha de previsão de percurso e quilometragem a ser percorrida, estimativa de consumo e custo da viagem (quantidade de litros de combustível); bem como planilha de controle de custos incorridos com a viagem para análise e comparação com o previsto, onde se registre as datas de partida e che-</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

		<p>gada com as respectivas quilometragens de velocímetro e quantidades de combustível indicadas no marcador do veículo e, ainda, todos os eventos ocorridos, indicando-se data, quilometragem do velocímetro, percurso (inclusive dentro da cidade de destino), quilometragem percorrida, quantidade de litros de combustível do abastecimento, exigindo justificativas e, se for o caso, reparação por parte dos supridos sempre que forem verificados gastos excessivos ou alteração da rota inicialmente prevista.</p>	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.		<p>5.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (020) PROAD UTILIZAÇÃO NAS VIAGENS INTERESTADUAIS DE ROTAS RODOVIÁRIAS QUE AUMENTARAM AS DISTÂNCIAS PERCORRIDAS NOS TRAJETOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir dos supridos de CPF ***.181.805-** e CPF ***.097.405-** justificativas para os trajetos utilizados nas viagens realizadas com utilização do CPGF e avaliá-las, exigindo devolução de recursos para o caso em que houve utilização indevida, bem como apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Definir, previamente, junto aos supridos, o roteiro que deverá ser seguido nas viagens, exigindo justificativas para as alterações de rota ocorridas.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.		<p>5.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (021) PROAD INTERRUPÇÃO DE VIAGEM PREVISTA PARA CONGRESSO EM BELÉM/PA COM DESVIO DE TRAJETO, INCONSISTÊNCIAS DE INFORMAÇÕES SOBRE O REAL PERCURSO REALIZADO E PERMANÊNCIA INDEVIDA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Cobrar do suprido de CPF ***.181.805-** justificativas para as divergências encontradas entre os boletins de viagem e os comprovantes de abastecimento apresen-</p>	

	<p>tados na prestação de contas do suprimento n°. 21/09, exigindo-se a devolução de recursos para o caso em que houve utilização indevida do CGPF, bem como apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Obter justificativas do suprido de CPF ***.181.805-** e de outros servidores envolvidos, quanto à realização de deslocamento indevido para as cidades de Parnaíba/PI e São Bernardo/MA, visto que tais trechos não estavam previsto na viagem autorizada pelo concedente, apurando-se a responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Cobrar, também, justificativas do suprido de CPF ***.181.805-** e de outros servidores envolvidos acerca da permanência indevida do grupo na cidade de Delmiro Gouveia/AL (segundo os comprovantes de abastecimento) no período de 07 a 12/05/09, exigindo-se a devolução das diárias pagas a maior, bem como a apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 004 Exigir a devolução das diárias pagas a maior dos servidores envolvidos com a viagem, considerando que foram pagas com valores previstos para a cidade de Belém/PA (capital) e não para outras cidades.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 005 Conferir os boletins de viagens realizadas, comparando-os ao roteiro previamente estabelecido e aos comprovantes de despesas apresentados na prestação de contas do suprimento fornecido.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria Gestão 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>5.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (022) PROAD COMPROVANTES DE GASTOS COM CGPF SEM DISCRIMINAÇÃO DO PRODUTO E/OU COM PREENCHIMENTO INCORRETO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p>	

		<p>Exigir que os supridos apresentem os documentos fiscais comprobatórios das despesas com os seus campos obrigatórios devidamente preenchidos, conforme determinação do TCU (Acórdão 2582/2005 - Primeira Câmara) e do subitem 2.1.6.2 do Manual do SIAFI (Código 02.11.21), que versa sobre comprovação de despesas realizadas mediante uso de Suprimento de Fundos.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Cobrar do suprido de CPF ***.937.985-** a apresentação de documento fiscal retificador, informando a correta descrição do produto adquirido pelo cupom fiscal nº 023200, exigindo-se a devolução dos recursos se aplicados indevidamente.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.		<p>5.1.2.5 CONSTATAÇÃO: (023) PREFCAMP (DITRAN) DESCONTROLE NO GERENCIAMENTO DA UTILIZAÇÃO, MANUTENÇÃO E APURAÇÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS DE VEÍCULOS CONTRARIANDO OS DITAMES DA IN SLTI/MPOG Nº 03/2008.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir o registro adequado nos boletins diários das informações estipuladas no art. 4º da IN SLTI/MPOG nº 03/2008, não permitindo o uso de descrições vagas como "diversos" ou "interior".</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Manter atualizado mensalmente o Mapa de Controle do Desempenho e Manutenção de cada veículo, conforme disposto no art. 24 da IN SLTI/MPOG nº 03/2008</p>	<p>*</p> <p>IMPLEMENTADA</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.		<p>5.1.2.6 CONSTATAÇÃO: (024) PROAD (001) e PREFCAMP (DITRAN 002) REALIZAÇÃO DE DESPESAS NÃO EVENTUAIS COM MANUTENÇÃO, EM VIAGEM PARA JOÃO PESSOA/PB, E EM QUANTIDADE E ESPECIFICAÇÕES DIVERGENTES DAS CONTIDAS NO MANUAL DO VEÍCULO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir do suprido de CPF</p>	

	<p>***.937.985-** justificativas para as divergências citadas na viagem realizada com utilização do CGPF no suprimento nº. 09/09, e avaliá-las, exigindo devolução de recursos para o caso em que houve utilização indevida do CGPF, bem como apuração de responsabilidade dos envolvidos, se for o caso.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Planejar adequadamente a manutenção dos veículos para que se evite gastos com serviços e troca de peças durante viagens, permitindo-as somente eventualmente e dentro das especificações adequadas para o veículo, conforme art. 45, I, do Decreto nº 93.872/86.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>5.1.2.7 CONSTATAÇÃO: (028) PREFCAMP (DITRAN) PAGAMENTO, DURANTE VIAGEM, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULO SEM QUALQUER JUSTIFICATIVA E POR SERVIÇOS E TROCAS DE PEÇAS DO SISTEMA DE SUSPENSÃO DE VEÍCULO QUE JÁ TINHAM SIDO REALIZADOS POR EMPRESA CONTRATADA E DURANTE O PERÍODO DE GARANTIA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Efetuar rigoroso controle dos gastos com serviços e peças realizados nos veículos da unidade, glosando, se for o caso, despesas para aqueles serviços e peças que ainda estejam em período de garantia, evitando-se, assim, desperdícios e prejuízo ao erário.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Planejar adequadamente a manutenção dos veículos para que se evite gastos com serviços e troca de peças durante viagens, realizando-as somente eventualmente, conforme art. 45, I, do Decreto nº 93.872/86.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 003 Analisar a real necessidade da realização dos gastos no caso citado, apurando-se a responsabilidade dos envolvidos, se</p>	<p>IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p> <p>IMPLEMENTADA</p>

		for o caso.	
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de	<p>6.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (017) PREF-CAMP(DSG) E COGEPLAN (COPAC - 001) / COGEPLAN (COPAC - 002) FALHAS NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS RELATIVAS AO CONTRATO Nº 627.040/2005 OCASIONANDO PRORROGAÇÃO INDEVIDA E RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir que, para os contratos vigentes, o fiscal responsável verifique o cumprimento, pela empresa contratada, das obrigações trabalhistas e sociais, conforme disposto na IN MPOG/SLTI nº 02 de 30/04/2008.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Eximir-se de prorrogar contratos e/ou efetuar pagamento de faturas quando ocorrer descumprimento parcial ou total das responsabilidades assumidas pela empresa contratada, efetuando-se, se for o caso, o pagamento em juízo dos valores em débito, conforme disposto no artigo 36, § 2º, da IN MPOG/SLTI nº 02 de 30/04/2008.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de	<p>6.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (018) COGEPAN AUSÊNCIA DE DESIGNAÇÃO FORMAL DE PREPOSTO PARA REPRESENTAR A EMPRESA CONTRATADA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir de todas as empresas contratadas a designação formal de preposto a ser mantido no local dos serviços, para representá-las durante a execução dos serviços objeto dos contratos e intermediar as solicitações do contratante no que concerne aos terceirizados, conforme disposto nos arts. 63 da Lei nº 8.666/1993 e 4º, IV, do Decreto nº 2.271/1997 (Acórdão TCU 669/2008 - Plenário).</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de	<p>6.1.2.1 CONSTATAÇÃO: (013) COGEPLAN AUSÊNCIA DE EMPENHO PRÉVIO A ADITIVO CONTRATUAL COM O CONSEQUENTE NÃO PAGAMENTO POR SERVIÇOS PRESTADOS DE ADAPTAÇÃO DE PASSARELAS GERANDO AÇÃO JUDICIAL CONTRA A UNI-</p>	

		<p>DADE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar o controle do trâmite documental relativo à celebração de contratos e termos aditivos, de modo que sempre seja verificada a existência de saldo a empregar e efetivado o devido empenho previamente ao ajuste.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de de	<p>6.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (015) COGEPLAN AUSÊNCIA DE PESQUISAS QUE ASSEGUREM QUE OS PREÇOS REPACTUADOS SÃO VANTAJOSOS E COMPATÍVEIS COM AQUELES PRATICADOS NO MERCADO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Anexar ao processo pesquisas de preços que assegurem que os preços repactuados são vantajosos e estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme determina o Acórdão TCU nº 1913/2006 - Segunda Câmara c/c art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de de	<p>6.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (016) COGEPLAN EXISTÊNCIA DE RELACIONAMENTOS ENTRE O SÓCIO DA EMPRESA CONTRATADA E OS REPRESENTANTES E/OU SÓCIOS DAS EMPRESAS QUE APRESENTARAM PROPOSTAS DE PREÇOS PARA PRORROGAÇÃO DOS CONTRATOS Nº 885.053/2008 E 583.045/2004.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Analisar mais acuradamente as propostas de preços, dados contratuais e procuradores das empresas envolvidas nas prorrogações e repactuações dos contratos vigentes, de forma a garantir a impessoalidade e assegurar que os preços prorrogados/repactuados são vantajosos e estão compatíveis com os praticados no mercado, conforme determina o Acórdão TCU nº 1913/2006 - Segunda Câmara c/c art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão 243928/Plano de Providências 2010.	de de nº de de	<p>7.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (003) CCI FALTA OU CONSIGNAÇÃO PARCIAL DE INFORMAÇÕES EXIGIDAS NA DESCRIÇÃO DAS AÇÕES DE AUDITORIA INTERNA CONSTANTES NO PAINT.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p>	

	<p>Incluir, no PAINT e na descrição de suas ações, o seguinte:</p> <p>a) informação sobre a relevância do objeto a ser auditado em relação à entidade, bem demonstrando o motivo da escolha das atividades definidas no plano em detrimento de outras, conforme exigido pelo inciso II, parágrafo 1º, artigo 2º da IN SFC nº 01/2007;</p> <p>b) informações que permitam avaliar se para a sua elaboração, a unidade de auditoria interna levou em consideração os planos, metas, objetivos, programas e políticas gerenciados ou executados por meio da entidade, os resultados dos últimos trabalhos de auditoria realizados e as diligências pendentes de atendimento, especialmente aquelas oriundas da Controladoria-Geral União - CGU e do Tribunal de Contas da União, conforme disposto no art. 2º da IN CGU nº 07/2006;</p> <p>c) informação sobre os resultados esperados com as ações de auditoria, conforme inciso IV, parágrafo 1º, artigo 2º da IN SFC nº 01/2007;</p> <p>d) explicitar a representatividade em termos relativos do escopo do trabalho, demonstrando a amplitude dos exames a serem realizados em relação ao universo de referência concernente ao objeto a ser auditado, de acordo com o inciso V, parágrafo 1º, artigo 2º da IN SFC nº 01/2007.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>7.1.1.2 CONSTATAÇÃO: (004) CCI</p> <p>AUSÊNCIA NO PAINT DE AÇÃO DE AUDITORIA RELEVANTE E EXIGIDA PEL O TCU PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DAS CONTAS DA UNIDADE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Incluir, no PAINT, ação de auditoria que avalie a metodologia de planejamento, a realização e a execução das metas físicas e financeiras dos programas/ações sob a responsabilidade da unidade, conforme previsto no art. 2º da IN CGU nº 07/2006 e considerando ser tema relevante para a avaliação anual da gestão.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>

<p>Relatório de de de Auditoria de de de Gestão nº de 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>7.1.1.3 CONSTATAÇÃO: (005) CCI FALTA DE CUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PREVISTOS NO PAINT 2009.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar procedimentos mais efetivos para cumprimento das atividades previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de de de Auditoria de de de Gestão nº de 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>7.1.1.4 CONSTATAÇÃO: (007) CCI INEXISTÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO RELATIVA AO PLANEJAMENTO DOS TRABALHOS DE AUDITORIA INTERNA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar documento em que contenha todos os itens necessários para a realização do planejamento das atividades de auditoria, bem como envidar esforços para a utilização nas etapas de planejamento das ações de auditoria interna dos sistemas corporativos extratores de dados, a exemplo do SIAFI Gerencial e DW do SIAPE, com o objetivo de agilizar a obtenção das informações a serem utilizados nos trabalhos de auditoria.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA PARCIALMENTE</i></p>
<p>Relatório de de de Auditoria de de de Gestão nº de 243928/Plano de Providências 2010.</p>	<p>7.1.1.5 CONSTATAÇÃO: (008) CCI FALTA DE ELABORAÇÃO DE UM PROGRAMA DE AUDITORIA QUE CONTENHA PROCEDIMENTOS TÉCNICOS, TESTES E DETALHAMENTOS, E INACESSIBILIDADE DA AUDINT A SISTEMAS GERENCIAIS CORPORATIVOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Elaborar programa de auditoria que contemple os procedimentos técnicos específicos para cada área de exame e escopo, onde constem quais sejam os objetivos a serem alcançados, a extensão e a profundidade dos exames, para possibilitar o alcance das metas revistas no PAINT com eficácia e eficiência.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>ITENS RELACIONADOS AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO - Relatório nº 243987</p>		
<p>Relatório de de de Auditoria de de de Gestão nº de 243987/Plano de Providências</p>	<p>1.1.1.1 CONSTATAÇÃO: (007) HU AUSÊNCIA DE CRITÉRIOS PARA FIXAÇÃO DO QUANTITATIVO NECESSÁRIO DE VIGILANTES E FALTA DE MONITORAÇÃO DO</p>	

2010.	<p>FLUXO DE PESSOAS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Implantar sistema de monitoramento do fluxo de pessoas dentro das dependências do hospital, bem como reavaliar, com critérios objetivos e adequados, o quantitativo ideal de postos de vigilância para garantia da segurança do patrimônio da unidade e das pessoas que ali transitam diariamente.</p>	EM IMPLAMENTAÇÃO
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.	<p>1.1.2.2 CONSTATAÇÃO: (014) HU</p> <p>PROCEDIMENTOS MÉDICOS FATURADOS E GLOSADOS PELA AUDITORIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. PROCEDIMENTOS MÉDICOS REALIZADOS SEM A DEVIDA HABILITAÇÃO E FATURADOS COM VALOR A MENOR.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar as providências necessárias para redução/eliminação dos motivos das glosas, principalmente aqueles relacionados ao código CBO e cadastro no CNES.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Adotar as providências necessárias para habilitação do Hospital Universitário no sistema SUS para realização de procedimentos médicos de oncologia, de bariátrica e de HIV, reduzindo ou eliminado a forma atual de faturamento a menor dos procedimentos médicos realizados.</p>	<p>IMPLEMENTADA</p> <p>EM IMPLEMENTADA</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.	<p>1.1.2.3 CONSTATAÇÃO: (028) HU</p> <p>AUSÊNCIA DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS PRESTADOS DE PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES NO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO GERANDO AÇÃO JUDICIAL CONTRA A UNIDADE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Aprimorar o acompanhamento da execução dos contratos, em especial os que apresentam quantitativos estimados, de modo a evitar a prestação de serviços sem que haja</p>	IMPLEMENTADA

	valores empenhados e contratados previamente e em montante suficiente à quitação das obrigações pactuadas.	
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.	<p>1.1.2.4 CONSTATAÇÃO: (030) HU</p> <p>FALHAS E INCONSISTÊNCIAS NA FISCALIZAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS RELATIVAS AO CONTRATO Nº 583.045/2004.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir que o fiscal responsável verifique o cumprimento, pela empresa contratada, das obrigações trabalhistas e sociais, conforme disposto na IN MPOG/SLTI nº 02 de 30/04/2008.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002 Apurar as falhas e inconsistências apontadas, exigindo-se que a empresa contratada cumpra as obrigações não realizadas e efetue ressarcimento ao erário, se for o caso, do valor equivalente aos serviços já recebidos e não prestados.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.	<p>1.1.2.5 CONSTATAÇÃO: (031) HU (001) / COGEPLAN (COPEC - 002)</p> <p>AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO, PELO HU, DO CUMPRIMENTO DAS METAS OPERACIONAIS FIXADAS NO CONVÊNIO Nº 11/08. FALTA DE PRORROGAÇÃO FORMAL DO CONVÊNIO. DIVERGÊNCIA ENTRE OS DADOS CONSTANTES NO PLANO OPERACIONAL, NOS RELATÓRIOS DO HU E NAS PLANILHAS DA SMS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001 Implantar instrumentos gerenciais internos que efetivamente acompanhem e avaliem mensalmente o cumprimento (ou não) das metas operacionais estipuladas no convênio firmado com a Secretaria Municipal de Saúde, tornando compatível os dados e os períodos de apuração dos relatórios e adotando-se descrições similares àquelas definidas no termo de convênio.</p>	<p><i>IMPLEMENTAÇÃO</i></p>

		<p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Providenciar a prorrogação formal (ou renovação) do convênio expirado.</p>	IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.1.3.1 CONSTATAÇÃO: (009) HU</p> <p>AUSÊNCIA DE CONTROLE E REGISTRO PATRIMONIAL DOS BENS DA UNIDADE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Realizar o devido registro patrimonial de todos os bens localizados no HU, bem como elaborar todos os correspondentes termos de responsabilidade, conforme disposto nos itens 7.11, 7.12 e 7.13 da IN SEDAP nº 205/88.</p>	NÃO IMPLEMENTADA
Relatório de Auditoria de Gestão 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.1.4.1 CONSTATAÇÃO: (005) HU</p> <p>MEDICAMENTOS ESTOCADOS EM LOCAL SEM CONDIÇÕES DE ARMAZENAGEM ADEQUADAS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Estocar os medicamentos de forma correta, em local limpo, com estrutura física e elétrica adequada, sem contato direto com o piso, sem incidência direta dos raios solares e empilhados de acordo com as recomendações do fabricante, visando a sua correta conservação, conforme disposto no item 4 da IN SEDAP nº 205/88, bem como nas instruções técnicas constantes do manual "Assistência Farmacêutica na Atenção Básica", 2ª ed., 2006, item 5.4 (Armazenamento), elaborado e distribuído pelo Ministério da Saúde.</p>	EM IMPLEMENTAÇÃO
Relatório de Auditoria de Gestão 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.1.4.2 CONSTATAÇÃO: (006) HU</p> <p>DIVERGÊNCIAS ENTRE A POSIÇÃO DE ESTOQUE NO SISTEMA E O APURADO NA CONTAGEM FÍSICA NOS ESTOQUES DO ALMOXARIFADO E DA FARMÁCIA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Fazer inventário de todos os materiais hospitalares e os medicamentos que estão estocados no al-</p>	IMPLEMENTADA

	<p>moxarifado e na farmácia, procedendo aos devidos ajustes para acerto das fichas de prateleira e do sistema Informatizado, conforme previsto no item 8 da IN SEDAP nº 205/88.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Adotar controle mais rígido das entradas e das saídas dos materiais hospitalares e dos medicamentos, no almoxarifado e na farmácia, registrando tempestivamente as alterações de estoque, bem como estabelecer rotina para realização de inventário físico eventual, por amostragem, para detecção de possíveis divergências, tudo conforme disposto nos itens 3, 7 e 8 da IN SEDAP nº 205/88.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.1.4.3 CONSTATAÇÃO: (025) HU</p> <p>AUSÊNCIA DE CONTROLE DE ESTOCAGEM DOS MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES NAS UNIDADES CLÍNICAS DO HU.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Melhorar o gerenciamento dos medicamentos e materiais hospitalares estocados nas unidades clínicas, dimensionando-se adequadamente o quantitativo excedente necessário para emergências, bem como controlando-se mais efetivamente as devoluções de medicamentos decorrentes de alterações nas prescrições médicas expedidas, visando uso mais racional e adequado dos medicamentos, conforme princípios norteadores do "Guia Básico para a Farmácia Hospitalar", 1994, editado pelo Ministério da Saúde, bem como do manual "Assistência Farmacêutica na Atenção Básica", 2ª ed., 2006, também elaborado e distribuído pelo Ministério da Saúde.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Desenvolver projeto completo e detalhado, onde constem os custos de implantação e de manutenção, a metodologia, o cronograma e o acompanhamento dos resultados, para implantação do sistema de do-</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO</i></p>

	<p>se individualizada, objetivando melhoria na racionalização dos recursos e no uso dos medicamentos, considerando que, conforme "Guia Básico para a Farmácia Hospitalar", 1994, editado pelo Ministério da Saúde, esse novo sistema permite controle mais efetivo dos medicamentos, redução dos custos e dos estoques de medicamentos, maior integração do farmacêutico com a equipe de saúde e redução potencial de erros de medicação.</p>	
	<p>1.1.4.4 CONSTATAÇÃO: (026) HU</p> <p>AUSÊNCIA DE CONTROLE DE ESTOCAGEM DOS REAGENTES NO LABORATÓRIO DO HU. FALTA DE SISTEMA DE CONTROLE DO CONSUMO DE REAGENTES NA PRODUÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS.</p> <p>Recomendação 001 - Implantar sistema de controle de entrada e de consumo dos reagentes estocados no setor de laboratório, inclusive com registros das perdas e das repetições na produção de exames, para possibilitar o adequado acompanhamento dos níveis de estoque e do consumo real e efetivo dos reagentes, para correta decisão de quando e de quanto deve-se comprar para renovação do estoque, bem como para estabelecimento de índices de perdas e repetições visando a racionalização do uso e dos custos para elaboração de exames, conforme orientações e princípios previstos na IN SEDAP nº 205/88, no "Guia Básico para a Farmácia Hospitalar", 1994, editado pelo Ministério da Saúde, bem como no manual "Assistência Farmacêutica na Atenção Básica", 2ª ed., 2006.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.1.4.5 CONSTATAÇÃO: (027) HU</p> <p>ACESSO INCOMPATÍVEL A MÓDULOS DO SISTEMA INFORMATIZADO (MEDLYNX) DE ESTOQUE PELOS FUNCIONÁRIOS TERCEIRIZADOS. FALTA DE PADRONIZAÇÃO DO ACESSO AOS MÓDULOS DO SISTEMA PELOS SETORES CADASTRADOS. ENTREGA DE MATERIAIS PARA EMISSÃO POSTERIOR DE REQUISIÇÃO E/OU LANÇAMENTO A POSTERIORI DE REQUISIÇÕES NO SISTE-</p>	

	<p>MA DE DADOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Revisar todos os acessos dos funcionários terceirizados, restringindo-os aos módulos e funções do sistema informatizado de estoque (MEDLYNX) estritamente necessários ao desempenho das suas atribuições, vedando qualquer acesso de natureza de supervisão e/ou que possa fragilizar e comprometer a integridade do sistema de controle.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Fornecer os materiais ou medicamentos estocados somente com a entrega da devida requisição (assinada e datada), efetuando, de imediato no sistema de dados (MEDLYNX) o lançamento de saída, evitando-se pendências desnecessárias, conforme disposto no item 7.9 da IN SEDAP nº 205/88.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.2.1.1 CONSTATAÇÃO: (001) HU / COGEPLAN (COPRO)</p> <p>AUSÊNCIA DE INDICADORES NO RELATÓRIO DE GESTÃO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DA UFUS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Elaborar indicadores de desempenho que possibilitem a observação, avaliação e correção das atividades desse Hospital Universitário no gerenciamento de seus programas e ações.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.</p>	<p>1.2.2.1 CONSTATAÇÃO: (003) GRH</p> <p>PAGAMENTOS INDEVIDOS DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Realizar levantamento dos valores referentes a adicionais de insalubridade pagos nos meses de dezembro/2009 e janeiro/2010, de forma a identificar os servidores que foram indevidamente beneficiados.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

		<p>RECOMENDAÇÃO: 002</p> <p>Adotar providências para o efetivo ressarcimento dos valores pagos indevidamente, a título de adicional de insalubridade aos servidores nos meses de dezembro/2009 e janeiro/2010.</p>	<p><i>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA</i> (Devido a liminar judicial)</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.2.2 CONSTATAÇÃO: (004) GRH</p> <p>PAGAMENTO INDEVIDO DE ADICIONAL DE PERICULOSIDADE.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Adotar providências para o efetivo ressarcimento dos valores pagos indevidamente, a título de adicional de insalubridade aos servidores nos meses de dezembro/2009 e janeiro/2010.</p>	<p><i>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA</i> (Devido a liminar judicial)</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.2.3 CONSTATAÇÃO: (018) GRH</p> <p>PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE NOS MESES DE DEZEMBRO DE 2009 E JANEIRO DE 2010 A SERVIDORA DEMITIDA.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Adotar providências para o efetivo ressarcimento dos valores pagos indevidamente, a título de adicional de insalubridade a ex-servidora de matrícula SIAPE 1047274, no valor de R\$ 478,18.</p>	<p>*</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.2.4 CONSTATAÇÃO: (021) GRH</p> <p>REEMBOLSO DE REMUNERAÇÃO DA SERVIDORA CEDIDA AO ESTADO REALIZADO A MENOR.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Solicitar ao Governo do Estado de Sergipe o reembolso da diferença de R\$ 1.102,39, em face de erro no cálculo do vencimento básico de servidor cedido</p>	<p>*</p>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.3.1 CONSTATAÇÃO: (019) HU</p> <p>CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS COM REQUISIÇÃO DE SERVIDOR NÃO PERTENCENTE AO SETOR INTERESSADO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p>	

		Que seja observada a necessidade de juntar aos processos de licitação requisições dos setores interessados acerca da real necessidade de contratação dos bens/serviços/obras.	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.3.2 CONSTATAÇÃO: (020) HU</p> <p>REALIZAÇÃO INDEVIDA DE DISPENSAS DE LICITAÇÃO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Realizar planejamento adequado para contratação de bens/serviços/obras de forma a evitar a utilização de dispensas de licitações.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.3.3 CONSTATAÇÃO: (022) HU</p> <p>CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS EM PREÇO SUPERIOR AO VIGENTE NO CONTRATO ANTERIOR/SERVIÇOS COM REQUISIÇÃO DE SERVIDOR NÃO PERTENCENTE AO SETOR INTERESSADO.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Solicitar justificativas à contratada no tocante aos preços propostos e sua adequabilidade aos praticados no mercado local, requerendo a devolução dos valores pagos a maior, se for o caso.</p>	<i>NÃO IMPLEMENTADA</i>
Relatório de Auditoria de Gestão nº 243987/Plano de Providências 2010.		<p>1.2.3.4 CONSTATAÇÃO: (023)</p> <p>CONTRATAÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS SEM PLANILHAS QUE COMPROVEM A REAL NECESSIDADE DOS QUANTITATIVOS PROPOSTOS.</p> <p>RECOMENDAÇÃO: 001</p> <p>Elaborar planilhas detalhadas com a descrição qualitativa e quantitativa dos serviços/bens/obras a serem contratados, nos seus processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade.</p>	<i>IMPLEMENTADA</i>

*Itens para os quais não houve manifestação do setor responsável, impossibilitando a equipe de auditoria verificar se a recomendação foi implementada.

b) Recomendações ou determinações oriundas do Tribunal de Contas da União:

Documento/data		Recomendações	Item	Cumprimento
Of. N° 278/2010-TCU/SECEX-SE, Diligência	31/03/10	Adoção da medida prevista no subitem 1.5.1, acórdão n° 1171/2010.	1.5.1	IMPLEMENTADA (Of. n° 170-GR/10 - 30/04/10)
OF. N° 840/2010-TCU/SECEX-SE	11/08/10	Apresentar esclarecimentos/informações necessários ao saneamento dos autos.	-	IMPLEMENTADA (Of. n° 449-GR/10 - 11/08/09)
Of. N° 5623/2010-TCU/SECEX-SE, Determinação	07/06/10	Adoção da medida prevista no item 9.8, acórdão n° 2399/2010.	9.8.1 9.8.2 9.8.3 9.8.4 9.8.5 9.8.6 9.8.7 9.8.8 9.8.9 9.8.10 9.8.11 9.8.12 9.8.13 9.8.14 9.8.15 9.8.16 9.8.17 9.9.18 9.8.19 9.8.20 9.8.21 9.8.22	IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO * * * * * * * * IMPLEMENTADA NÃO IMPLEMENTADA NÃOIMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO * * * * * *
Of. N° 998/2010		Conhecimento do Acórdão n° 5014/2010.	9.18.1 9.18.2 9.18.3 9.18.4 9.18.5 9.18.6 9.18.7 9.18.8 9.18.9 9.18.10 9.18.11 9.18.12 9.18.13 9.18.14 9.18.15	IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO EM IMPLEMENTAÇÃO EM IMPLEMENTAÇÃO IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO NÃO IMPLEMENTADA * IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA

			<p>9.18.16 9.18.17 9.18.18 9.18.19 9.18.20 9.18.21 9.18.22 9.18.23 9.18.24 9.18.25 9.18.26 9.18.27 9.18.28 9.18.29 9.18.30 9.18.31 9.18.32 9.18.33 9.18.34 9.18.35 9.18.36</p>	<p>IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO EM IMPLEMENTAÇÃO EM IMPLEMENTAÇÃO IMPLEMENTADA * IMPLEMENTADA NÃO IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO EM IMPLEMENTAÇÃO IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO * * NÃO IMPLEMENTADA</p>
Of. SEFIP-D/318- Diligência	12/04/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos necessários para a instrução de processo neste Tribunal.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 249-GR/10 - 15/06/10)
Of. SEFIP-D/185- Diligência	24/03/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos necessários para a instrução de processo neste Tribunal.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 295-GR/10 - 16/06/10)
Of. SEFIP-D/173- Diligência	24/03/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos necessários para a instrução de processo neste Tribunal.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 290-GR/10 - 11/06/10)
Of. SEFIP-D/175- Diligência	24/03/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos necessários para a instrução de processo neste Tribunal.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 289-GR/10 - 11/06/10)

Of. SEFIP-D/174- Diligência	24/03/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos necessários para a instrução de processo neste Tribunal.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 290-GR/10 - 11/06/10)
Of. SEFIP-D/176- Diligência	24/03/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos necessários para a instrução de processo neste Tribunal.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 204-GR/10 - 07/05/10)
Of. SEFIP-D/975- Diligência	24/03/10	Encaminhar a esta SEFIP os documentos e esclarecimentos.	-	IMPLEMENTADA (Of . nº 510-GR/10 - 27/10/10)
Of.nº 440/2010-TCU/SECEX-SE	21/03/10	Informar se todos os agentes inseridos no rol de responsáveis se enquadram aos critérios estabelecidos no art. 10 da IN TCU nº 57/08.	-	IMPLEMENTADA (Of. nº 274-GR/10 - 07/06/10)
Diligência nº 2635/2010/SEFIP/TCU	02/10/10	Informar as providências adotadas para o saneamento das ilegalidades pelo Controle Interno.	-	IMPLEMENTADA (Of. nº 304-GR/10 - 21/07/10)
Diligência nº 2636/2010/SEFIP/TCU	02/10/10	Informar as providências adotadas para o saneamento das ilegalidades pelo Controle Interno.	-	IMPLEMENTADA (Of. nº 299-GR/10 - 17/06/10)
Of.nº62/2010	03/02/10	Conhecimento e adoção da medida prevista no subitem 9.8, cópia do acórdão nº 158/2010.	9.8.1 9.8.2 9.8.3 9.8.4	IMPLEMENTADA N/MPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA
Of.nº1481/2010	20/12/10	Encaminhar a SECEX-SE informações e/ou documentos.	-	IMPLEMENTADA Of. nº 009-GR/11 10/01/11
Of.nº 1040/2010/SECEX-SE	21/09/10	Informar sobre o cumprimento das determinações constantes do Acórdão 1740/09.	1.5.1.1 1.5.1.2 1.5.1.3 1.5.1.4 1.5.1.5 1.5.1.6 1.5.1.7 1.5.1.8	IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA EM IMPLEMENTAÇÃO IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA IMPLEMENTADA

*Itens para os quais não houve manifestação do setor responsável, impossibilitando a equipe de auditoria verificar se a recomendação foi implementada.

c) Recomendações formuladas pela Unidade de Auditoria Interna:

Com relação às recomendações da CCI, as constatações elencadas nos relatórios de auditoria interna - RAI encaminhados aos gestores da entidade para providências, as mesmas vem sendo observadas pelos setores auditados, bem como as orientações emanadas desta Coordenação, as quais serão objeto de acompanhamento durante os trabalhos de auditoria previstos no PAINT/2011, a saber:

Documento/data	Recomendações	Cumprimento
<p>Relatório de Atividades nº 033107/10.</p>	<p>Cronograma executado: 12 a 23/07/10.</p> <p>Escopo: Verificar a legalidade dos processos licitatórios, por meio de análise, visando assegurar a regularidade dos procedimentos, em observância às normas vigentes, em especial a Lei 8666/93 e o Decreto 5450/05, e ainda os atos relativos a dispensa e inexigibilidade de licitação, por meio de constatações e recomendações. O universo foi definido como sendo a totalidade dos procedimentos finalizados no primeiro semestre do corrente exercício, anexo I, importando numa soma de R\$ 15.284.681,56 (quinze milhões, duzentos e oitenta e quatro mil, seiscentos e oitenta e um reais e cinquenta e seis centavos), distribuídos em diversos programas; deste, foi selecionada uma amostra de 15%, cujo critério de escolha foi o maior valor da despesa, anexo II, representando um montante de R\$ 9.123.538,02 (nove milhões, cento e vinte e três mil quinhentos e trinta e oito reais e dois centavos), ou 59,7% dos recursos licitados no período analisado. Os programas, ações e natureza da despesa são variados e constam nos papéis de trabalho utilizados para cada processo. No check-list utilizado durante</p>	

	<p>os trabalhos, anexo III, atemos a verificação das publicações obrigatórias no DOU, consultas ao SIAFI e SICAF, regularidade junto ao INSS e FGTS, correspondência do pré-empenho e empenho, minutas dos editais e contratos, itens relevantes do edital tais como sanções, condições de fornecimento e pagamento, dentre outros, parecer da assessoria jurídica, numeração das páginas, dentre outros que constavam no referido check-list ou foram objeto da observação da equipe de auditores durante a execução da atividade. Foram verificados, também, os contratos relacionados aos processos licitatórios analisados, em atendimento ao item 3.2 do PAINT/2010. Tais contratos foram verificados segundo check-list, somam um total de 05 (cinco contratos) assinados, quais sejam: 1277.068/2010, 1284.075/2010, 1285.076/2010, 1314.105/2010, 1306.097/2010 e 1316.107/2010.</p> <p>2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Atentar-se para que seja apensado aos processos licitatórios todas as publicações no DOU relacionadas aos mesmos.</p> <p>5.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Apensar tais orçamentos, relacionados ao objeto desta licitação, ao processo 19.198/2009.</p> <p>6.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Os setores responsáveis pela instituição do processo apensem todos os documentos exigidos pela legislação.</p> <p>6.1.2 RECOMENDAÇÃO: 002 O setor financeiro se abstenha de emitir nota de empenho caso o processo não possui todos os documentos necessários para o</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
--	--	---

	<p>atendimento da Lei 8.666/93.</p> <p>6.1.3 RECOMENDAÇÃO: 003 Ao processo 14.283/09, sejam apensados os documentos relacionados nos itens "a", "b", "c", "d" e "e".</p> <p>7.1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Ratificar, com parecer jurídico inclusive, a modalidade em questão no processo 8265/2010, se inexigibilidade ou dispensa. Tal ratificação deve constar nos ritos processuais e se for o caso de alteração fazer nova publicação no DOU.</p> <p>7.1.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Apensar ao processo novo extrato do SICAF, para comprovar que a empresa em questão continua em situação regular.</p> <p>7.1.3 RECOMENDAÇÃO: 003 Retificar a publicação do DOU, informando quem autoriza o procedimento, e quem é o gestor do contrato, haja vista tratarem-se de pessoas diferentes, pensando ao processo tais publicações.</p>	<p><i>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLAMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Atividades nº 044112/10.</p>	<p>Cronograma: 01 a 18/06/2010.</p> <p>Escopo: Verificar a consistência dos pagamentos dos servidores que tiveram folha revisada e rubricas informadas, através da análise dos processos de pagamentos e da consulta ao SIAPE, impedindo a ocorrência de pagamentos indevidos. Análise de 20% dos processos de pagamento à servidor com folha alterada e rubrica informada, no período de janeiro a maio do exercício 2010.</p> <p>1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Implantar rotinas administrativas que visem revisar, anualmente</p>	

	<p>te, a folha de pagamento dos servidores a fim de assegurar as rubricas informadas.</p> <p>1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Instituir controles e registros administrativos acerca dos servidores que tenham suas folhas alteradas ao longo do exercício, a fim de facilitar as informações às atividades de controles interno e externo.</p> <p>1.1.3 RECOMENDAÇÃO: 003 Implantar mecanismo de controle para que possa atender as solicitações dos órgãos de auditoria e de controle interno e externo tempestivamente.</p>	<p>*</p> <p>*</p> <p>*</p>
<p>Relatório de Atividades n° 044305.</p>	<p>Cronograma executado: 24/05/10 a 06/02/10.</p> <p>Escopo: Verificar o cumprimento da entrega das declarações de bens e rendas dos ocupantes de cargo de direção e função gratificada e/ ou autorização de acesso, por meio eletrônico a SRFB, no prazo legal, evitando o não cumprimento às normas vigentes. Através do registro de entrega da declaração de bens e rendas de 100% dos ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas, ou autorização de acesso eletrônico a SRFB, no exercício 2010.</p> <p>2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Coletar todas as declarações de bens e rendas, ou autorização de consulta, dos integrantes do rol de responsáveis.</p> <p>2.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Coletar todas as declarações de bens e rendas, ou autorização de consulta, dos ocupantes de cargos de direção (CDs) e funções gratificadas (FGs).</p>	<p><i>PARCIALMENTE IMPLEMENTADA</i></p> <p>*</p>

<p>Relatório de Atividades n° 055104/10.</p>	<p>Cronograma executado: 13/04/10 a 31/05/2010.</p> <p>Escopo: Verificar as divergências entre os saldos das contas patrimoniais e o sistema de controle de bens móveis, localizar parte dos bens a fim de verificar a fidelidade dos controles administrativos internos e ainda acompanhar a implementação de determinações e recomendações dos órgãos de controle- CGU e TCU. Foram localizados 10% dos 5514 bens tombados no período de janeiro a março de 2010, sendo a amostra composta por 514 itens (TRMs n° 0671/10, 0673/10, 0674/10, 0675/10, 0679/10, 0684/10, 0685/10, 0717/10, 0799/10).</p> <p>1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Solicitar a DICON, a regularização do saldo da conta "Bens móveis", compatibilizado ao saldo da DIPATRI.</p> <p>2.1 RECOMENDAÇÃO: 002 Implementar rotina que facilite os controles.</p> <p>3.1 RECOMENDAÇÃO: 003 Implementar rotina que facilite os controles</p>	<p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO</i></p> <p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO</i></p> <p><i>EM IMPLEMENTAÇÃO</i></p>
<p>Relatório de Atividades n° 055204.</p>	<p>Cronograma executado: 13/04/10 a 24/05/2010.</p> <p>Escopo: Verificar os controles de manutenção e consumo de combustíveis dos veículos que compõem a frota da instituição, bem como o atendimento as recomendações do Plano de Providências n° 224851/2009.</p> <p>1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Verificar junto a COPEC a emissão do competente documento de designação do servidor e sua</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>

	<p>respectiva publicação.</p> <p>2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Implementar rotinas e procedimentos administrativos que permitam melhor controle e transparência das atividades relacionadas ao serviço de manutenção e abastecimento de veículo.</p> <p>3.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Manter preenchimento adequado dos boletins, a fim de que se possa ter informações consistentes quanto ao controle de manutenção e abastecimento dos veículos.</p> <p>4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Nos processos de pagamento sejam anexadas justificativas que embasem a solicitação de abastecimento e manutenção dos veículos.</p> <p>5.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Cumprir o contido na cláusula 4.1, alínea b, do contrato.</p> <p>6.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir dos motoristas o preenchimento detalhado de todos os campos dos boletins diário de viatura.</p> <p>7.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Exigir do responsável pelo HORTO a implantação de ficha de controle das atividades realizadas, mediante a utilização dos equipamentos existentes no HORTO.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPELEMNTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Atividades n° 022202/10.</p>	<p>Cronograma de Execução: 09/03/10 a 23/05/2010.</p> <p>Escopo: Verificar a legalidade na aplicação de recursos públicos pagos a título de Gratificação por Encargo de Cursos ou Concursos que trata o art. 76-A da Lei n° 8.112 de 11/12/1990, evitando pagamentos indevidos, ensejando na devolução ao erário dos recursos e/ou a responsabilização dos agentes envolvidos.</p>	

	<p>Verificamos 20% dos pagamentos realizados pelos programas de capacitação e treinamentos de servidores do período de fevereiro/2009 a fevereiro/2010, servidores que colaboraram no processo seletivo vestibular no exercício 2009 e os que trabalharam no programa de pré-vestibular do CODAP. O total de servidores que receberam a rubrica 066 foi de 518, a amostra comporta um total de 103 servidores e foi selecionada da seguinte forma: 10% foi escolhida pela ordem decrescente dos valores, tendo em vista a relevância do montante pago; 10% foi escolhida de forma aleatória, sendo substituído os sujeitos recepcionados no primeiro grupo amostral. Os trabalhos não puderam ser aprofundados, pois não foram disponibilizados todos os processos de pagamento solicitados, sendo que alguns beneficiários não foram localizados nas relações dos setores responsáveis pelas solicitações e cálculos dos pagamentos (DIDEV, CODAP e CCV), mas que tiveram pagamentos efetuados, conforme consulta SI-APE. O prazo de execução do trabalho teve que ser ampliado em diversos momentos devido ao não atendimento da GRH às datas previstas para envio de respostas.</p> <p>1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder abertura de processos individuais para o pagamento do benefício dos servidores do CODAP.</p> <p>1.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Implementar sistema operacional específico para o controle de horas e pagamento aos servidores que façam jus a gratificação por encargo de curso e concurso.</p> <p>1.3 RECOMENDAÇÃO: 003</p>	<p style="text-align: center;">*</p> <p style="text-align: center;">*</p>
--	---	---

	<p>Recomendamos que conste nos processos encaminhados para pagamento da rubrica 066, o " Autorizo" de forma clara pela autoridade competente.</p> <p>1.4 RECOMENDAÇÃO: 004 Informe a CCI os procedimentos adotados para a constatação, bem como o prazo para sua implantação.</p> <p>1.5 RECOMENDAÇÃO: 005 Recomendamos ao setor reanalisar os processos de pagamentos, refazer os cálculos e, nas situações que o caso requerer, proceder a devolução dos valores pagos a maior, bem como o complemento dos valores pagos a menor aos servidores.</p> <p>1.6 RECOMENDAÇÃO: 006 Recomendamos ao setor reanalisar os processos de pagamento, refazer os cálculos e, nas situações que o caso requerer, proceder a devolução de valores pagos a maior, bem como o complemento dos valores pagos a menor aos servidores.</p> <p>1.7 RECOMENDAÇÃO: 007 Recomendamos localizar os processos de pagamento dos servidores citados e identificar a regularidade do pagamento, encaminhando relatório a essa CCI.</p> <p>1.8 RECOMENDAÇÃO: 008 Recomendamos verificar junto a assessoria jurídica da UFS e a setorial do MEC, quanto a legalidade do pagamento à servidores, pela rubrica 066, pela atividade de ministrar aulas no curso pré-vestibular nesta UFS.</p> <p>1.8.1 RECOMENDAÇÃO: 008 Caso se verifica a incompatibilidade de pagamento da rubrica</p>	<p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p>
--	--	--

	<p>para as atividades em questão, proceder a suspensão dos pagamentos e adotar as medidas que o caso requer para sua regularização..</p> <p>1.9 RECOMENDAÇÃO: 009</p> <p>Recomendamos a formalização de procedimentos, rotinas e documentos que devem constar nos processos, de forma padronizada para o pagamento de despesas de natureza relacionadas à constatação acima.</p> <p>1.9.1 RECOMENDAÇÃO: 009</p> <p>Recomendamos a revisão dos processos de pagamento originados pelo CODAP, a fim de que os mesmos sejam complementados com as informações pendentes e que a GRH analise se as mesmas justificam os valores pagos, adotando as providências cabíveis para os casos não sanados ou para os valores pagos, em desconformidade com a legislação pertinente.</p> <p>1.10 RECOMENDAÇÃO: 010</p> <p>Recomendamos apurar os casos, fazer os levantamentos necessários e tomar as medidas cabíveis, inclusive com a devolução dos recursos caso as justificativas apresentadas não sanem a situação apontada no processo 12454/09.</p> <p>1.10.1 RECOMENDAÇÃO: 010</p> <p>Recomendamos reanalisar todos os processos de pagamento da referida gratificação cujos beneficiários sejam servidores do CODAP ou que o pedido de pagamento tenha sido desse setor, e solicitar a correção e/ou complementação das informações que justifiquem os pagamentos. Após os trabalhos confeccionar relatório dos casos analisados e das pro-</p>	<p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p>
--	--	--

	<p>vidências adotadas e encaminhando-as a CCI para acompanhamento.</p> <p>1.11 RECOMENDAÇÃO: 011 Recomendamos que o pagamento referente a essas atividades somente seja executado após sanadas as fragilidades apresentadas, devendo constar no processo: atividades e valores em acordo com a Portaria do MEC, declaração de horas acumuladas que indiquem o quantitativo mensal e que somente efetue pagamento, após a sua normatização pela instituição.</p> <p>1.13 RECOMENDAÇÃO: 013 Verificar junto a assessoria jurídica da UFS e a setorial do MEC, a legalidade do pagamento à servidores, pela rubrica 066, pela atividade de curso pré-vestibular para público externo a instituição.</p> <p>1.13.1 RECOMENDAÇÃO: 013 Caso se verifica a incompatibilidade de pagamento da rubrica para as atividades em questão, proceder a suspensão dos pagamentos e adotar as medidas que o caso requer com a devida regularização.</p> <p>1.14 RECOMENDAÇÃO: 014 Recomendamos a GRH reanalisar os processos de pagamento originados no CODAP, nos últimos 12 meses, refazendo os cálculos e, nas situações que o caso requerer, proceder a devolução de valores pagos a maior, bem como o complemento dos valores pagos a menor e ainda a complementação dos documentos e informações que servem para embasar os pagamentos a servidores.</p>	<p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p>
Relatório de Atividades nº 011204/10.	Cronograma de Execução: 26 a 30/04/10. 62h/h.	

	<p>Escopo: Verificar o atendimento da CPSPAD de informações a fim de atender o ofício 8893/2010/CSMEC/CORAS/CRG/CGU-PR de 22/03/10. Solicitamos informações acompanhadas de documentos comprobatórios para encaminhamento da presidente da comissão a fim de subsidiar seus trabalhos.</p> <p>3.4.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Determinar a empresa contratada que apresente as notas fiscais de compra dos materiais e equipamentos citados, promovendo a readequação contratual na qual não incida o percentual de BDI contratado.</p> <p>1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover o ressarcimento dos valores pagos a maior apurados mediante readequação contratual, em face da incidência de BDI sobre o fornecimento de equipamentos e materiais.</p> <p>1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Orientar os fiscais de contrato e membros de comissão de licitação quanto à obrigatoriedade de parcelamento de objeto, prevista no art. 23, §§ 1º e 2º da Lei 8666/93.</p> <p>3.4.2.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Adotar medidas para que sejam ressarcidos os valores pagos indevidamente no total de R\$6.689,79.</p> <p>1.1.2 RECOMENDAÇÃO: 003 Promover o devido ajuste no percentual do BDI, expurgando a incidência da CPMF, adotando-o para os pagamentos oriundos de eventuais aditivos contratuais.</p> <p>8.1.2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover estudo acerca da revi-</p>	<p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p> <p>*</p>
--	--	--

	<p>são contratual, suprimindo a incidência de BDI sobre os itens citados ou realização de novas licitações para fornecimento dos mesmos.</p> <p>8.1.2.5 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceda análise acerca da compatibilidade dos preços dos itens constantes das planilhas orçamentárias aos praticados no mercado local, e, especificamente nos casos de contratação de obras, adotar como parâmetro os preços constantes do SINAPI e ORSE.</p> <p>8.1.2.8 RECOMENDAÇÃO: 001 Oriente os membros das comissões de licitação da FUFMS e FAFESB para não permitir à inclusão de percentual referente à IRPJ e CSSL nas planilhas de composição de BDI das empresas licitantes.</p>	<p style="text-align: center;">*</p> <p style="text-align: center;">*</p> <p style="text-align: center;">*</p>
<p>Relatório de Atividades n° 011206/10.</p>	<p>Cronograma de Execução: 01 a 10/07/10. 56 h/h.</p> <p>Escopo: Solicitar informações acerca do andamento dos trabalhos de apuração de indícios de acumulação apontados no anexo ao ofício circular n° 04/2010-AECI/GM/MEC. Acompanhar as providências tomadas para os casos em que seja constatado a ocorrência de acumulação ilegal de cargos.</p> <p>4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Continuar eivando esforços para conclusão dos trabalhos relativos a primeira relação de servidores (44) e quando concluído encaminhar relatório com informações de cada caso, especificando em especial os que forem identificado indícios de acumulação indevida.</p>	<p style="text-align: center;"><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>

	<p>4.2 RECOMENDAÇÃO: 002 Centrar esforços para conclusão, dentro do exercício, da apuração dos indícios de acumulação de cargos da segunda lista, composta por 340 nomes.</p> <p>4.3 RECOMENDAÇÃO: 003 Recomendamos a elaboração de um controle eletrônico onde sejam relacionadas as informações relativas aos processos por servidores, semelhante a encaminhada com a CI 07/2010, haja vista que o acompanhamento dos trabalhos de apuração por parte da CCI e da CGU ocorrerão em outros momentos ao longo dos próximos meses.</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>
<p>Relatório de Atividades n° 011306/10.</p>	<p>Cronograma de Execução: 01 a 05/07/10. 10h/h</p> <p>Escopo: Apreciação e análise do balancete do mês de maio/2010 através dos processos n° 23113.010382/10-17 e 23113010399/10-10 que trata da análise dos Balancetes Orçamentário, Financeiro, Patrimonial, das Demonstrações das Variações Patrimoniais e da Conciliação das Contas do Patrimônio, efetuada pela Divisão de Contabilidade-DICON, com exceção desta última para o HU, referentes ao mês de maio de 2010.</p> <p>1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover junto ao agente bancário o envio dos extratos bancários para a conciliação da conta caução.</p> <p>2.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder junto aos órgãos competentes a regularização da escritura definitiva do terreno da UFS e o seu registro contábil.</p>	<p>*</p> <p>*</p>

	<p>3.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Proceder os registros da conformidade de gestão em tempo hábil, evitando restrição na conformidade contábil da Unidade.</p> <p>4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Providenciar o ajuste da diferença dos saldos dos grupos de contas existentes entre os registros contábeis e o sistema de patrimônio da UFS.</p>	<p style="text-align: center;">*</p> <p style="text-align: center;">*</p>
<p>Relatório de Atividades n° 022304/10</p>	<p>Cronograma de Execução: 07/06/10 a 16/06/2010</p> <p>Escopo: Analisar e avaliar a regularidade da utilização de Cartões de Pagamento do Governo Federal de despesas efetuadas, tendo por fim a regular aplicação dos recursos em observância as normas vigentes. Verificar o atendimento das recomendações da CGU, em especial as contidas na nota técnica 8743/10. A amostra prevista para análise era de 30% dos processos de prestação de contas apresentadas nos últimos 06 meses, representando 11,4 suprimimento de fundos. Dada a relevância do objeto auditado foram analisados 14 suprimimento de fundos com as respectivas prestações de contas do total de 38 processos, o que representa 36,8% da amostra.</p> <p>4.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Encaminhar a CCI, comprovante do recolhimento do valor referente às GRUs.</p> <p>5.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Incluir os documentos mencionados pela CGU como componentes necessários a prestação de contas dos suprimimentos de fundos concedidos a servidores para abastecimento e manutenção de veículos da Instituição em viagens.</p>	<p style="text-align: center;"><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p style="text-align: center;"><i>IMPLEMENTADA</i></p>

	<p>6.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Manter todos os veículos da Instituição inclusos em contrato de manutenção preventiva, a fim de minimizar a ocorrência de problemas mecânicos durante as viagens.</p> <p>7.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Orientar os motoristas de veículos a trazerem as peças substituídas durante as viagens e solicitar atesto da empresa quanto à necessidade de substituição da mesma, em atendimento a recomendação da CGU.</p> <p>8.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Promover o ressarcimento dos valores referentes à atualização monetária da quantia paga a FAPESE a título de taxa de administração.</p> <p>8.1.2 RECOMENDAÇÃO: 001 Encaminhar comprovante da devolução dos recursos a CCI assim que o ressarcimento for efetivado.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p> <p><i>NÃO IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Atividades n° 055206/10.</p>	<p>Cronograma: 17/06/2010</p> <p>Escopo: Verificação de utilização de veículos da frota da Instituição em atividades/horários com indícios de fins particulares.</p> <p>1.1 RECOMENDAÇÃO: 001 Recomendamos que os veículos da frota sejam utilizado somente para em atividades relacionadas as necessidades da Instituição e não sejam utilizados por motivos ou em atividades particulares dos servidores, tais como: deslocamentos para almoço, per noite na residência dos servidores e finais de semana.</p>	<p><i>IMPLEMENTADA</i></p>
<p>Relatório de Atividades Bimestral</p>	<p>Cronograma executado: 01 a 10/07/10.</p>	

<p>nº 04/2009.(Ofício 04/2010-AECI/GM/MEC - Acumulação de Cargos)</p>	<p>56 h/h.</p> <p>Escopo: Solicitar informações acerca do andamento dos trabalhos de apuração de indícios de acumulação apontados no anexo ao ofício circular nº 04/2010-AECI/GM/MEC. Acompanhar as providências tomadas para os casos em que seja constatado a ocorrência de acumulação ilegal de cargos.</p> <p>Resumo dos procedimentos: Levantamentos de informações acerca dos trabalhos desempenhados pela CAAC - Comissão para Apuração de Acumulação de Cargos, nomeada pelas Portarias nº 1609/2009 e 2730/2009-GR. Solicitamos ao setor responsável informações sobre as apurações já efetuadas e o resultado das mesmas, a identificação das apurações que estavam em andamento, o quantitativo pendente e a previsão para encerramento das atividades. Emitimos solicitações de auditoria e relatório sob o número 011206. Os recursos aplicados nesta área são do programa 12364107340090028, funcionamento de cursos de graduação cujo valor previsto para o exercício é de R\$ 102.793.848,00, pois também envolve as demais despesas necessárias ao funcionamento de todos os cursos de graduação da Instituição.</p> <p>Informação: O presidente da comissão informou que até o momento possui: 08 casos onde detectou não haver indícios de acumulação de cargos; 12 cujos processos estão em fase de instrução para abertura; 03 cujos servidores foram excluídos da Instituição; 12 cujo servidor foi cedido ao governo do Estado; 01 em que a situação foi regularizada; 07 em que o processo foi concluído e está em tramitação, mas sem especificar qual foi a situação detectada, se de acumulação ou não.</p> <p>3.3.1.1 CONSTATAÇÃO: Não foi informada a situação dos servidores cujos processos estão "concluídos e em tramitação", se nos mesmos foram detectados indícios de acumulação ou não.</p>	
--	--	--

	<p>3.3.1.2 CONSTATAÇÃO: A relação de servidores a serem apurados os indícios de acumulação totaliza mais de 380 pessoas. No que solicitamos confirmação se em 15 dias, conforme informado no ofício 005/10-CAAC, será possível concluir os trabalhos, pois tal previsão será informada ao Ministério da Educação e a Controladoria Geral da União, que a utilizará como referência em futuras diligências.</p> <p>3.3.1.3 CONSTATAÇÃO: Não foi informado o número de processos a serem abertos.</p> <p>3.3.1.4 CONSTATAÇÃO: As informações contidas no anexo são por demais resumidas, impossibilitando a confecção do relatório requerido pela CGU. Sendo necessário a complementação das informações, informando o que efetivamente foi apurado em casos como os descritos "em tramitação" por exemplo.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001 (Item 3.3.1.2): Continuar eivando esforços para conclusão dos trabalhos relativos a primeira relação de servidores (44) e quando concluído encaminhar relatório com informações de cada caso, especificando em especial os que forem identificado indícios de acumulação indevida.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002 (Item 3.3.1.2): Centrar esforços para conclusão, dentro do exercício, da apuração dos indícios de acumulação de cargos da segunda lista, composta por 340 nomes.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 003 (item 3.3.1.3 e 3.3.1.4): Recomendamos a elaboração de um controle eletrônico onde sejam relacionadas as informações relativas aos processos por servidores, semelhante a encaminhada com a CI 07/2010, haja vista que o acompanhamento dos trabalhos de apuração por parte da CCI e da CGU ocorrerão em outros momentos ao longo</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>
--	--	---

	<p>dos próximos meses.</p> <p>INFORMAÇÃO: Esta atividade não está prevista no PAINT/2010. Todavia, por tratar-se de solicitação do Ministério da Educação, e o tema, "indícios de acumulação indevida de cargos", ser de interesse do gestor e da Instituição, e considerando ainda que o mesmo é objeto de verificação por parte da CGU e TCU, e constou em relatório destes órgão em exercícios anteriores, a CCI está fazendo o acompanhamento de perto das atividades executadas pela CAAC, incluindo-as nos itens 1.2 e 1.3 do referido plano. Anexo I, relação das situações já apuradas.</p>	
<p>Relatórios de Atividades Bimestrais nº 01, 02, 03, 04, 05 e 06/2009. (Análise de balancetes)</p>	<p>Cronograma: mensalmente. 142 h/h.</p> <p>Escopo: Análise de 12 (doze) balancetes da Instituição ao longo de todo o exercício. Foi verificado o atendimento das formalidades legais da peça contábil.</p> <p>Informação 01 - Nos processos de análise sempre constavam as seguintes recomendações:</p> <p>RECOMENDAÇÃO 001: Promover junto ao agente bancário o envio dos extratos bancários para a conciliação da conta caução.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 002: Proceder junto aos órgãos competentes a regularização da escritura definitiva do terreno da UFS e o seu registro contábil.</p> <p>RECOMENDAÇÃO 003: Proceder os registros da conformidade de gestão em tempo hábil, evitando restrição na conformidade contábil da Unidade.</p> <p>Informação 2: Foram emitidos pareceres aprovando as contas com ressalvas em todos os balancetes, estas relacionadas na maior parte das</p>	<p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p> <p>NÃO IMPLEMENTADA</p>

	<p>ocorrências a seguintes situações: "ressalvas nos códigos 001 e 104 na conformidade contábil e a diferença existente entre os gupos de contas patrimoniais relativas a bens móveis, na UG 154050-FUFS gestão 15267 e nos códigos 001 e 104, UG 154177-HU, os documentos analisados que integram os retromencionados balancetes, representam adequadamente os atos praticados pelos agentes responsáveis da Instituição nos meses auferidos.</p> <p>Informação 03: Até o último balancete analisado no exercício, novembro, as ressalvas identificadas nos anteriores persistiam.</p>	
--	---	--

*** Até o final dos trabalhos de auditoria o setor responsável não disponibilizou documentos e/ou respostas que servissem de embasamento para a equipe de auditoria aferir se a recomendação foi implementada ou não.**

Durante os trabalhos de auditoria da CCI alguns setores e atividades, objeto de análise, não receberam recomendações por não ter sido constatada nenhuma falha ou fragilidade relevante, dentre eles:

Atividades de auditoria	Conclusão dos Trabalhos
Relatório de Atividades nº 033308/10.	<p>Cronograma executado: 02 a 13/08/2010. 112 h/h.</p> <p>Escopo: Verificar a legalidade e as formalidades nos pagamentos decorrentes dos contratos objeto da atividade de auditoria nº 3.2 do PAINT/2010, por meio do confronto entre o relatório do fiscal do contrato, os bens fornecidos e/ ou os serviços prestados, com o objeto contratado Os procedimentos utilizados foram: Verificação da regularidade dos fornecedores junto ao FGTS, INSS, SICAF; verificação o atesto da nota fiscal; verificação da descrição do produto ou serviço com o contrato; autorização de pagamento pela autoridade competente; conta orçamentária relativa ao pagamento. Os processos analisados importam num montante de R\$ 418.273,79. Tais processos foram verificados segundo check-list padrão.</p> <p>Informação: O universo de processos de licitação, dispensa e inexigibilidade selecionados como amostra na atividade 3.1 resultaram nos contratos analisados na atividade 3.2, estes por</p>

	<p>sua vez tiveram os processos de pagamento selecionados para esta atividade, conforme previsto no PAINT/2010. Todavia, durante a realização dos trabalhos, nem todos os contratos já haviam gerado processos de pagamento. Em algumas situações o contrato ainda não havia sido assinado; em outras ainda não havia empenho; e havendo casos que os bens ainda não haviam sido entregues. Por motivos dessa natureza, durante a execução dos trabalhos, os processos de pagamento disponíveis para auditoria foram limitados.</p> <p>Resultado dos Trabalhos: a partir dos testes aplicados na amostra definida, dentro do escopo de trabalho acima descrito, não foi obtido nenhum achado de auditoria, ou evidência que ensejasse constatação ou recomendação.</p>
<p>Relatório de Atividades nº 044106/10</p>	<p>Cronograma inicial: 01 a 18/06/2010</p> <p>Escopo Verificar a consistência dos pagamentos dos servidores que tiveram folha revisada e rubricas informadas, através da análise dos processos de pagamentos e da consulta ao SIAPE, impedindo a ocorrência de pagamentos indevidos. Análise de 20% dos processos de pagamento à servidor com folha alterada e rubrica informada, no período de janeiro a maio do exercício 2010.</p> <p>Resumo dos procedimentos: Levantamentos de informações acerca da legislação aplicável. Elaboração dos papéis de trabalho a serem utilizados e o guia de procedimentos a serem aplicados em trabalhos de auditoria dessa natureza. Solicitamos relação dos servidores que tiveram alteração na folha de pagamentos no período de janeiro a maio do corrente exercício. Seria executado ainda, seleção da amostra por critério aleatório, confirmação das alterações informadas por consulta ao SIAPE e validação documental da mesma por consulta ao prontuário do servidor.</p> <p>INFORMAÇÃO: Informações e a relação dos servidores que tiveram a folha alterada foi solicitada e reiterada ao setor responsável. Todavia, a mesma não foi disponibilizada, inviabilizando o início das atividades. O período de tempo que a equipe de auditoria ficou aguardando o material passou a interferir e prejudicar o cumprimento dos cronogramas previstos no PAINT/2010, de tal sorte que, ao final do mês de junho a atividade ainda não havia sido executada. Desta forma, a equipe de auditoria se viu impossibilitada de executar a atividade em questão passando para o próximo item do cronograma a fim de não compro-</p>

<p>Relatório de Atividades nº066111/10.</p>	<p>metê-lo.</p> <p>Cronograma executado: 20/11/10 a 10/12/2010. 116 h/h.</p> <p>Escopo: Dentre as obras que compõe o programa REUNI na Instituição, foram selecionadas como amostras as relacionadas pelo setor responsável como concluídas no campus de São Cristovão e Saúde. Os processos relativos as mesmas foram solicitados. Os procedimentos de auditoria empregados tiveram como objetivo verificar o cumprimento de formalidades legais dos processos, são elas: descrição do objeto, contrato, vigência, portaria de nomeação do fiscal, ordem de serviço, termo de recebimento e status da obra. As obras que compõe o referido programa importam em R\$ 37.432.374,91 na Instituição. A amostra selecionada compreende o montante de R\$ 5.901.843,17, que corresponde a 15,8% do total de recursos e 34,5% do quantitativo de obras.</p> <p>INFORMAÇÃO 001: Das 10 obras que tiveram os processos selecionados para análise, foi constatado que apenas 03 (três) estavam concluídas; 01 (um) estava em fase de licitação, portanto não havia trabalhos iniciados; e 05 estavam em processo de execução, todas estas obras se encontram dentro do prazo de vigência dos contratos e/ou seus aditivos.</p> <p>INFORMAÇÃO 002: 01 (uma) não teve o processo correspondente localizado pelo setor responsável, trata-se do nº 06991/07-76, referente a construção do prédio da Didática VI. O mesmo foi excluído da análise, porém, segundo informação do DOFIS, as obras encontram-se paralisadas.</p> <p>INFORMAÇÃO 003: Dentre os itens observados durante os trabalhos de auditoria, nada foi evidenciado que gerasse constatações e/ou recomendações, em relação aos itens mencionados. Ficando a equipe de auditoria impossibilitada de realizar trabalhos mais aprofundados, haja vista não possuir formação ou conhecimento técnico relacionado a "obras e construção civil" em si, isto constituiu uma limitação às observações <i>in locu</i> e/ou interpelações às informações prestadas pelos auditados, de tal sorte que não estamos aptos a emitir opinião acerca deste aspecto, restringindo-nos as formalidades legais e processuais das mesmas.</p>
<p>Relatório de Atividades</p>	<p>Escopo Verificar a consistência dos pagamentos</p>

des nº044111/10.	<p>dos servidores que tiveram folha revisada e rubricas informadas, através da análise dos processos de pagamentos e da consulta ao SIAPE, impedindo a ocorrência de pagamentos indevidos. Análise de 20% dos processos de pagamento à servidor com folha alterada e rubrica informada, no período de janeiro a maio do exercício 2010.</p> <p>Resumo dos procedimentos: Levantamentos de informações acerca da legislação aplicável. Elaboração dos papéis de trabalho a serem utilizados e o guia de procedimentos a serem aplicados em trabalhos de auditoria dessa natureza. Solicitamos relação dos servidores que tiveram alteração na folha de pagamentos no período de janeiro a outubro do corrente exercício. Seria executado ainda, seleção da amostra por critério aleatório, confirmação das alterações informadas por consulta ao SIAPE e validação documental da mesma por consulta ao prontuário do servidor.</p> <p>INFORMAÇÃO: Assim, como na tentativa anterior de executar esta atividade, o setor responsável não disponibilizou as informações solicitadas a equipe de auditoria, também, não apresentou justificativas ou respostas aos documentos emitidos, ou sequer manteve nenhuma forma de comunicação com os auditores. Todavia, frisamos que no mês de junho emitimos a Solicitação de Auditoria nº 044106-001 no dia 21, esta reiterada no dia 30. Na ocasião foi emitido o relatório nº 044106 que relatou o insucesso das tentativas de executar a atividade em questão. Agora, no final do segundo semestre patrocinamos nova tentativa de auditar a folha de pagamentos com a emissão da Solicitação de Auditoria nº 044111 no dia 05/11/10, que não atendida, foi reiterada no dia 26/11/10. Ambas não foram respondidas. A falta de cooperação dos setores responsáveis inviabilizou totalmente a execução desta atividade do PAINT/2010. O período de tempo que a equipe de auditoria ficou aguardando o material passou a interferir e prejudicar o cumprimento dos cronogramas previstos no Plano, de tal sorte que, ao final do mês de novembro a atividade ainda não havia sido executada. Desta forma, a equipe de auditoria se viu impossibilitada de executar a auditoria em questão, passando a atender outros itens do PAINT/2010, a fim de não comprometer a execução de outras atividades. Em tempo, sugerimos a esta Coordenação de Controle Interno que adote as providências cabíveis junto aos setores responsáveis.</p>
Relatório de Atividade-	

des nº022108/10.

Cronograma executado: 22/11/10 a 30/11/2010. 120 h/h.

Escopo: Verificar a legalidade quanto as formalidades legais necessárias para composição dos convênios, em especial os que envolvem transferência de recursos da Universidade Federal de Sergipe, situação da prestação de contas, evitando o descumprimento a legislação. O universo foi definido como sendo a totalidade dos convênios em vigência até o mês de novembro do corrente ano e que constam no anexo I parte "A", englobando tanto o primeiro quanto o segundo semestre, importando numa soma de R\$ 33.712.000,00 (trinta e três milhões e setecentos e doze mil reais); deste, foi selecionada como amostra 04 convênios. Frente ao quantitativo de convênios informados pelo setor responsável, 6 (seis), resolvemos escolher, pelo critério de maior valor, 04 (quatro), que estão descritos no anexo I parte "B". Assim, a amostra superou a expectativa inicial, 20% do quantitativo, e englobando um montante de R\$ 33.664.000,00 (trinta e três milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil reais), ou 99,85% dos recursos relacionados nesta ação no período analisado. No check-list utilizado durante os trabalhos, anexo III, atemos a verificação das publicações obrigatórias no DOU, consultas ao SIAFI, SICAF e CADIN, regularidade junto ao INSS, FGTS e Fazendas Públicas (Federal, Estadual e Municipal), disponibilidade de recursos, minutas dos convênios, planos de trabalho e projetos, documentos obrigatórios da conveniente, tais como contrato social, comprovante de capacidade técnica e jurídica, e ainda, parecer técnico da área finalística da instituição, termo do convênio e aditivos, comprovante de contrapartida, quando é o caso, parecer da assessoria jurídica, numeração das páginas dentre outros, que constam no referido check-list ou foram objeto da observação da equipe de auditores durante a execução da atividade.

Resumo dos procedimentos: Levantamentos de informações acerca da legislação aplicável. Elaboração dos papéis de trabalho a serem utilizados e o guia de procedimentos a ser aplicado em trabalhos de auditoria dessa natureza. Solicitamos relação dos convênios em vigência ao setor competente. Verificamos as formalidades legais de cada um deles, emissão de pré-relatório para manifestação do setor frente aos achados de auditoria. Elaboração do relatório final.

Conclusão: Após verificadas as constatações e apontamentos evidenciados pela equipe de auditoria, o setor complementou as informações penden-

	<p>tes nos processos de convênio, explicando que a maior parte dos documentos encontravam-se em arquivo paralelo do setor. Os mesmos foram apensados não requerendo recomendações sobre os processos analisados.</p>
<p>Relatório de Atividades nº011512/10.</p>	<p>Cronograma: 15 a 23/12/2010. 90 h/h.</p> <p>Escopo: Verificar o cumprimento das resoluções do CONSU, com a aplicação de testes substantivos, evitando a inobservância às deliberações, salvaguardando os interesses da administração e da comunidade.</p> <p>Procedimentos: Das 42 Resoluções emitidas pelo Conselho Universitário no exercício 2010, foram excluídas as que tratam da concessão moções, títulos honoríficos e as que negam provimento. Assim Foram objeto de verificação um total de 12 Resoluções quanto ao seu cumprimento, quais sejam as de número 02, 04, 06, 07, 10, 16, 18, 23, 25, 28, 29 e 37. Estas tinham como objeto a criação de cursos e aprovação de indicações. Para verificação destas, procedemos a solicitação de processos, portarias e contato direto com os setores relacionados.</p> <p>Informação 001: Para as resoluções nº 02, 07, 16, 18, 23, 25 e 28 através de contato telefônico e visita in loco, verificou-se que as unidades cuja criação foram autorizadas, já estavam operando.</p> <p>Informação 002: Para as resoluções 04, 29 e 37. Solicitamos as portarias de nomeação. Para as resoluções 04 e 30 nos foi informado que a própria resolução supria a necessidade de Portaria, em contato com a FAPESE, fomos informados que o indicado na Resolução 29 tem atividades na Instituição ao qual foi indicado, já o indicado na Resolução 04 ninguém afirmou conhecê-lo. A Portaria relacionada a Resolução 37 está em elaboração.</p> <p>Informação 003: Para as resoluções 06 e 10 foram solicitados os processos nº 12206/09; 7806/88, 1555/94, 2277/94, 3007/94, 7558/99 e 4722/88, que tratam sobre a questão. Todavia, em virtude do Recesso Natalino, os mesmos não foram disponibilizados a tempo para análise pela equipe de auditoria. Ficando esta atividade pendente para o mês de janeiro do exercício vindouro.</p> <p>Informação 004: Nenhuma das resoluções emitidas e verificadas tratava sobre a geração de despesas ou gastos, exceto as que criavam novas estruturas administrativas, em geral desmembrando-as de outras para atender a demanda de novos cursos cria-</p>

	<p>dos pela Instituição.</p> <p>Conclusão:</p> <p>Após a análise, das 10 (dez) Resoluções verificadas, 100% delas foram cumpridas pelos setores administrativos da Instituição. Não sendo auferidas as resoluções de nº 06 e 10 devido não terem sido evidenciadas situações ou fatos que indiquem descumprimento de Resoluções deste egrégio Conselho.</p>																				
<p>Relatório de Atividades nº 011308/10.</p>	<p>Cronograma: 09, 10 e 26/08/10. 24h/h.</p> <p>Escopo: acompanhamento das providências da Gerência de Recursos Humanos quanto à solicitação da mensagem nº 539652/2010 SIAPE que trata de ocorrências de suspensão temporária administrativa e/ou abandono de cargo de servidores da Instituição; acompanhamento da implementação de recomendações decorrentes dos trabalhos da auditoria interna relativas a atividade nº 4.3 do PAINT/2010 - Declaração de Bens e Rendas, que gerou o relatório de auditoria nº 044305/2010-CCI.</p> <p>I - RECURSOS HUMANOS</p> <p>Através da Solicitação de Auditoria nº 011308-01 emitida no dia 10/08/10 para a Gerência de Recursos Humanos com cópia ao Departamento de Pessoal, foi solicitada informações a cerca da situação dos servidores elencados na mensagem nº 539652 SIAPE de 02/08/10. A mesma versava sobre situações de suspensão temporária administrativa e afastamentos por abandono de cargo ou emprego, ocorrências 03187 e 03131 respectivamente. Na referida mensagem, cópia encaminhada em anexo a S.A., constam as seguintes matrículas:</p> <table border="1" data-bbox="614 1568 1481 1709"> <tr> <td>0283713</td> <td>0364251</td> <td>0375278</td> <td>1124106</td> <td>0396440</td> </tr> <tr> <td>0343842</td> <td>0364424</td> <td>0375494</td> <td>1101053</td> <td>1033336</td> </tr> <tr> <td>1081199</td> <td>0367034</td> <td>0364167</td> <td>0425872</td> <td>0365043</td> </tr> <tr> <td>0358596</td> <td>0364779</td> <td>0375509</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> </table> <p>Todavia, o setor responsável só encaminhou informações sobre o servidor de matrícula 0425872, com anexos impressos do SIAPE, onde constava a exoneração do mesmo em 01/12/2008. Nada foi informado a respeito dos demais servidores, nem do encaminhamento de resposta ao órgão emissor da mensagem original.</p>	0283713	0364251	0375278	1124106	0396440	0343842	0364424	0375494	1101053	1033336	1081199	0367034	0364167	0425872	0365043	0358596	0364779	0375509	-	-
0283713	0364251	0375278	1124106	0396440																	
0343842	0364424	0375494	1101053	1033336																	
1081199	0367034	0364167	0425872	0365043																	
0358596	0364779	0375509	-	-																	

Assim, não foi possível verificar a regularidade da situação dos servidores em questão, tão pouco, o atendimento da mensagem emitida pela Coordenadora Geral de Cadastro em exercício do Ministério do Planejamento. Face a relevância do tema, suspensão e exoneração de servidores, destacamos a importância de serem mantidos atualizados os cadastros e informações de pessoal, bem como realizar o pronto atendimento/acompanhamento de situações atípicas, haja vista os desdobramentos legais que podem ocorrer e suas consequências para a Instituição.

II - DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS

Em relação ao acompanhamento das atividades da auditoria interna, emitimos a Solicitação de Auditoria nº 011308-02/CCI, em 10/08/10, também destinada a Gerência de Recursos Humanos com cópia ao Departamento de Pessoal da Instituição. Nesta, solicitamos informações acerca do atendimento das recomendações para atendimento da Instrução Normativa nº 05/94-TCU, relativas a entrega de Declaração de Bens e Rendas dos integrantes do Rol de Responsáveis, bem como dos ocupantes de cargos de direção e funções gratificadas, conforme abaixo elencadas:

Relatório de Auditoria nº 01/2009:

A) RECOMENDAÇÃO: Proceder a notificação dos integrantes do Rol de Responsáveis para que os mesmos apresentem suas Declarações de Bens e Rendas no prazo fixado pela IN nº. 05/94-TCU.

B) RECOMENDAÇÃO: Proceder a notificação dos ocupantes dos cargos de direção e funções gratificadas para que os mesmos apresentem suas Declarações de Bens e Rendas anualmente, conforme a Instrução Normativa nº 05/94-TCU.

C) RECOMENDAÇÃO: Recomendamos a notificação dos referidos servidores para adequação de suas Declarações de Bens e Rendas do exercício 2007 com a legislação pertinente

Todavia, não nos passando qualquer tipo de informações sobre as recomendações acima. Em oportuno, é relevante frisar que em novo trabalho de auditoria realizado neste exercício, foi elaborado o relatório nº 044305/2010.

Destacamos que o recebimento das Declarações de Bens e Rendas dos integrantes do Rol de Responsá-

	<p>veis deve ser atestado anualmente na Prestação de Contas da Instituição, e as dos ocupantes dos cargos de direção e função gratificada é de entrega obrigatória. Este procedimento administrativo vem constando no Plano Anual de Auditoria Interna desde o exercício 2007, sendo realizadas anualmente atividades de acompanhamento ao longo do ano. Em que pese os esforços dos setores responsáveis e a instauração de novos controles administrativos, a eficácia destes não está sedimentada, não está sendo detectado avanços relacionados a esta área, no sentido de solucionar a problemática. É importante destacar que este é item recorrente dos relatórios de auditoria da Controladoria Geral da União e das Diligências do Tribunal de Contas da União, com apontamentos relativos a falta de entrega das Declarações de Bens e Rendidas, e o risco de aplicação de penalidades administrativas aos gestores da Instituição é elevado.</p> <p>Em resposta a Solicitação de auditoria nº 011312-010/2010, documento encaminhado pela GRH informa que apenas 05 integrantes do Rol de responsáveis ainda estão com a entrega da Declaração pendente.</p>
Relatório de Atividades Bimestral nº05/10.	<p>Elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna/2011.</p> <p>Cronograma: 12 a 29/10/10. 168 h/h.</p> <p>Escopo: Elaboração do Plano Anual de Atividade de Auditoria Interna para o exercício 2011, realização de levantamento acerca da legislação pertinente, resultado das últimas auditorias realizadas pela CCI, CGU e TCU, atendimento aos itens obrigatórios conforme as INs CGU nºs 07/06, 01/07 e 09/07, com envio à CGU para análise prévia no dia 29 de outubro de 2010. O referido plano teve sua formatação modificada absorvendo, modelo apresentado no último FONAI-MEC.</p>

f) Decisões e Recomendações do Conselho Universitário.

Resolução CONSU	Assunto	Interessado	Situação
01	Nega Provimento a recurso de candidata a concurso	Maфра Merys Ribeiro Lima Paz de Carvalho.	-----
02	Aprova a criação do curso de graduação em Design bacharelado hab. Design Gráfico.	-----	Cumprida

03	Escolhe entidade para representar a comunidade.	-----	-----
04	Designa representante para FAPESE.	Prof. Luiz Gonzaga de Azevedo.	Cumprida
05	Nega provimento a recurso de candidata a concurso.	Ana Maria Lourenço de Azevedo.	-----
06	Dar provimento a recurso de concurso.	Ilda Maria Santos Tavares.	Não verificada
07	Cria o departamento de Educação do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho.	-----	Cumprida
08	Autoriza afastamento do país.	Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho	-----
09	Aprova moção de condolências.	Prof. Dr. Josué Modesto dos Passos Subrinho.	-----
10	Revisa processos de incorporação de função de servidores da UFS.	York Lopes de Oliveira, Juarez Andrade Prado, Maria José Santana dos Prazeres, Maria Matos Silva, Maria Salete Gama de Carvalho, e Rosenira Mendonça Alves.	Não verificada
11	Aprova projeto de reestruturação do Hospital Universitário.	-----	-----
12	Confere título de Doutor Honoris Causa.	Prof. José Ibarê Costa DANTAS.	-----
13	Confere título de professor emérito.	Prof: Agamenon Guimarães de Oliveira, Antônio Campos de Lima, Gonçalo Ferreira Melo, Maria Edma de Barros e Maria Giovanni dos Santos Mendonça.	-----
14	Confere medalha de mérito universitário.	Prof: Manuel Bernardino Lino Salvador.	-----
15	Revoga portarias e aprova moção de reconhecimento.	João Cardoso Nascimento Junior	-----
16	Aprova desmembramento do departamento de Artes e	-----	Cumprida

	Comunicação Social e cria o núcleo de Artes e Design.		
17	Altera a resolução Nº 45/2006/CONSU.	-----	-----
18	Cria o departamento de Letras do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho.	-----	Cumprida
19	Aprova alterações no regimento do CPPD.	-----	-----
20	Homologa bancas de Concursos do Colégio de Aplicação.	-----	-----
21	Não se encontra disponível no site da UFS.	-----	-----
22	Aprova credenciamento da FAPese junto ao MEC e MCT.	-----	-----
23	Aprova nova denominação e sigla do departamento de Comunicação Social.	-----	Cumprida
24	Aprova regimento interno da comissão própria de avaliação - CPA/UFS	-----	-----
25	Cria o departamento de Ciências Contábeis do Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho.	-----	Cumprida
26	Aprova o plano de desenvolvimento institucional da UFS de 2010/2014.	-----	-----
27	Nega provimento a recurso de concurso.	Ângelo Francklin Pitanga.	-----
28	Aprova desmembramento do departamento de Letras e cria o departamento de Letras Vernáculas e o departamento de Letras estrangeiras.	-----	Cumprida
29	Designa representante para FAPese.	Prof. Adriano Antunes de Souza Araujo.	Cumprida
30	Nega provimento a recurso.	Matheus Roriz Silva Cruz	-----
31	Nega provimento a recurso para anulação de concurso.	Paulo Ricardo Saquete Martins Filho.	-----
32	Aprova moção de condolências.	Prof. Esmeraldino Casali.	-----
33	Nega provimento a recurso.	José Wellington de Oliveira Santos.	-----
34	Nega provimento a recurso para revisão de pontuação de concurso.	Karine Vaccaro Tarko.	-----
35	Ratifica a alteração realiza-	-----	-----

	do no estatuto da FAPese.		
36	Nega provimento a recurso para revisão de concurso.	Daniela Vinha.	-----
37	Aprova exoneração e indicação de coordenador da CCI.	Adriana de Lima.	Em implementação
38	Nega provimento a solicitação do SINTUFS para reposicionamento de aposentados.	-----	-----
39	Nega provimento a recurso de servidor.	Francisco Petronio Soares de Lima.	-----
40	Aprova moção de condolências.	Ademir Alves Nascimento.	-----
41	Aprova a criação da habilitação em Astronomia do curso de graduação em Física bacharelado.	-----	-----
42	Nega provimento a recurso para anulação de processo seletivo.	Gilberth Tadeu Dos Santos Aciole.	-----

Após a análise das 10 (dez) Resoluções verificadas, constatou-se que 100% foram cumpridas pelos setores administrativos da Instituição. Não sendo aferidas as resoluções de nº 06 e 10 devido não terem sido evidenciadas situações ou fatos que indiquem o descumprimento de Resoluções desse egrégio Conselho.

g) Ações relativas às demandas recebidas pela ouvidoria da entidade.

A UFS instituiu o órgão de Ouvidoria em 23/03/09 através da Resolução nº 02/2009-CONSU e aprovou a indicação do Ouvidor Geral e do Vice-Ouvidor em 24/08/09, através da Resolução nº 28/2009. Atualmente, a Ouvidoria está instalada provisoriamente na sala 16 do CCET, aguardando a conclusão das obras de infra-estrutura da Vivência, local definitivo de suas instalações. A Ouvidoria funciona no horário das 08 às 12h e das 14 às 18h, e em breve também no turno noturno.

Durante o período de 01 de março a 30 de dezembro de 2010, a Ouvidoria Geral da UFS recebeu 572 (quinhentos e setenta e duas) manifestações, antes de 01/03/2010 o setor ainda estava em fase de organização. Aquelas foram catalogadas, analisadas e enviadas aos setores responsáveis para apreciação e providências, conforme quadro abaixo:

Situações Reclamadas	Fatos Apurados
1 - Falta de professor	Identificamos 3 (três) causas principais para a falta de professores em algumas disciplinas: <ul style="list-style-type: none"> •Demora, por parte do MEC, nas autorizações para realizações dos concursos; •Alguns concursos não tiveram candidatos aprovados;

	<ul style="list-style-type: none"> •Em alguns casos, distribuição inadequada da carga horária docente, segundo relatório de auditoria por parte do TCU. <p>Percebemos que ao longo do semestre os Departamentos souberam resolver o problema da falta de professores.</p>
2 - Comportamento de professores	Foram recebidas diversas reclamações a respeito do comportamento inadequado de professores em sala de aula. A Ouvidoria fez a mediação de todos os casos dessa natureza e, em quase sua totalidade, foram resolvidos com sucesso.
3 - Sala de Aula	<ul style="list-style-type: none"> •Falta de carteiras, prontamente resolvida pela disponibilização novas unidades; •Inúmeras reclamações sobre ventiladores quebrados ou de sua falta. <p>De acordo com a PREFCAMP, foram consertados em torno de 100 ventiladores e 200 novos comprados que se encontram em fase de instalação.</p>
4 - Atendimento pelo DAA	<ul style="list-style-type: none"> •Inúmeras reclamações chegaram a esta Ouvidoria sobre falta de atendimento telefônico por parte do DAA. Acreditamos que o referido problema tenha sido resolvido, já que reclamação desse tipo não tem chegado à Ouvidoria. •Demora excessiva em atender as demandas protocoladas, quer por parte dessa Ouvidoria ou do público em geral. Atualmente observamos uma melhoria significativa. <p>O DAA alega que com o crescimento vertiginoso da UFS, o atendimento leva tempo devido ao trâmite de milhares de processo. Nesse caso, encontra-se em fase de execução a digitalização dos documentos, que sem dúvidas irá conferir maior agilidade ao DAA.</p>
5 - Limpeza nas didáticas	Temos recebido diversas reclamações de estudantes neste sentido. Fizemos todos os encaminhamentos e sentimos que o problema vem melhorando. Poderia estar bem melhor se, como atesta vários depoimentos de estudantes protocolados nessa Ouvidoria, os alunos fizessem a sua parte.
6 - Transporte e Trânsito	<p>As principais e inúmeras reclamações dos estudantes, dizem respeito ao número insuficiente de ônibus no período noturno e a falta de um semáforo nas duas pistas, Aracaju/São Cristóvão - São Cristóvão/Aracaju, próximo ao principal acesso ao Campus.</p> <p>Com respeito às linhas de ônibus, a Ouvidoria está aguardando a manifestação da SMTT de Aracaju sobre as solicitações feitas por ofício, e-mail e telefone. Com relação ao semá-</p>

	<p>foro, aguardamos a manifestação do Diretor do DER feita pelo Magnífico Reitor.</p> <p>Temos recebido inúmeras reclamações sobre o trânsito intenso de motos em passarelas destinadas a pedestres e estacionamento em locais inadequados. A PREFCAMP informou à Ouvidoria que estão sendo construídos estacionamentos cobertos para motos e logo que fiquem prontos, haverá um trabalho de conscientização para a devida utilização.</p>
6 - Relacionamento Chefe/Servidor	<p>Surgiram alguns problemas de relacionamento pessoal entre Chefe/servidor, bem como questões que envolveram horários de serviços de servidores. Diversas reuniões foram realizadas com a mediação dessa Ouvidoria, com a finalidade de restabelecer diálogos e ajustar horários. Informamos que todas as pendências dessa natureza foram resolvidas com sucesso.</p>
7 - Segurança no Campus	<p>Recebemos inúmeras reclamações a esse respeito, todas encaminhadas e respondidas pela PREFCAMP. As reclamações foram as mais diversas: arrombamento de carro, roubo, furtos de bicicleta, notebooks e data shows, dentre outros. O prefeito afirma que todas as providências estão sendo tomadas e que se encontra em processo licitatório a compra de câmaras eletrônicas. A questão de segurança é um fator preocupante, tendo em vista que a UFS cresceu bastante e não possui controle de entrada e saída de pessoas, principalmente de professores, estudantes e servidores. Nesse sentido a Ouvidoria sugeriu ao Magnífico Reitor que fossem adotadas medidas para identificação de acesso ao Campus.</p>
8 - Trotes	<p>Recebemos várias reclamações de estudantes e de pais de estudantes sobre a violência dos trotes nos calouros e danos ao patrimônio público.</p> <p>A Ouvidoria sugeriu a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis que elaborasse uma minuta de resolução, para apreciação dos senhores conselheiros do CONSU, proibindo o trote em toda UFS.</p>
9 - Produtos Químicos Controlados	<p>O Chefe do Departamento de Química solicitou a mediação da Ouvidoria junto a GRH, PROAD e PREFCAMP, para cumprir as exigências legais apontadas pelo Exército em uma vistoria realizada no almoxarifado de produtos químicos do DQI.</p> <p>A mediação foi feita com sucesso, e as exigências estão sendo atendidas e sanadas.</p> <p>Foi sugerido ao Diretor do CCET que elaboras-</p>

	se uma minuta de resolução disciplinando a aquisição de produtos químicos controlados pelo Exército e pela Polícia Federal, para apreciação do CONSU.
--	---

Para cumprir o que estabelece a Resolução 002/2009/CONSU, é indispensável a colaboração dos setores envolvidos. O tempo de atendimento às demandas em algumas situações é elevado em virtude da falta de tempestividade de setores da instituição, cujo tempo de resposta é um importante indicador para a avaliação do funcionamento de uma Ouvidoria. Neste sentido a Ouvidoria Geral da UFS, tem enfrentado uma série de dificuldades quanto ao tempo de resposta às manifestações enviadas. A maioria dos setores responde com presteza às manifestações da Ouvidoria, outros levam 30 a 60 dias para enviar uma resposta (considerando-se uma resposta em geral, sem a solução do problema necessariamente) e uns poucos não respondem. Está sendo realizado trabalho de esclarecimento e conscientização junto aos gestores da UFS sobre a importância do tempo de respostas às manifestações dos usuários.

Observamos, também, que uma parte da Comunidade Universitária, principalmente, a discente desconhece a existência da Ouvidoria, apesar de inúmeros esforços para a sua divulgação. Diante disto, está sendo conferido uma maior visibilidade, distribuindo cartilhas, folders, publicando cartazes, utilizando a Home Page, e fixando outdoors em pontos estratégicos em todos os campi da UFS.

h) Ações relativas a denúncias recebidas diretamente pela entidade.

Nº do processo	Fato denunciado	Providências adotadas	Diligências	Procedência ou improcedência da denúncia que já tenha sido apurada
23113.001761/10-34	Desaparecimento de bens da BICEN.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 276, de 09/02/2010	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.014687/09-82	Supostas irregularidades ocorridas no Museu de Arqueologia Xingó.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.482, de 06/11/2010.	Inerentes à averiguação da ocorrência.	Improcedente

23113.015217/ 09-54	Apurar ocorrência relatada nos itens 3.2.3.1 e 3.2.3.2 do Relatório n° 224851/2009 da CGU.	Instauração de Sindicância. Portaria n° 342, de 12/02/2010.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente. Gerou o PAD n° 23113.010745 /10-79
23113.013017/ 08-11	Apuração de denúncia feita pela servidora Mariacide Roseneide Santos envolvendo o ISQV/UFS.	Instauração de Sindicância. Portaria n° 505, de 11/03/2010.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.002884/ 10-10	Desaparecimento de bens do Depto de Zootecnia/CCBS	Instauração de Sindicância. Portaria n° 691, de 31/03/2010.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.001932/ 10-25.	Irregularidades na documentação que apresentaram na Caixa Econômica Federal na contratação de empréstimo consignado, constando assinatura falsificada do Diretor do DP da UFS, além de dados falsos sobre a margem consignável disponível.	Instauração de PAD. Portaria n° 458, de 04/03/2010.	Inerentes ao rito ordinário	Procedente
23113.002694/ 10-84	Apuração de possível irregularidade quanto à contratação de serviços voluntários no DOD/CCBS.	Instauração de Sindicância. Portaria n° 1.101 de 17/05/2010.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.014841/ 09-71	Possível irregularidade quanto ao cumprimento de dever funcional	Instauração de PAD. Portaria n° 818 de 19/04/2010.	Inerentes ao rito ordinário	Improcedente em parte
23113.007459/ 10-71	Descumprimento do Regime de Dedicação Exclusiva.	Instauração de PAD. Portaria n° 1.040, de 10/05/2010	Inerentes ao rito ordinário	Procedente

23113.008215/ 10-42	Ter deixado de apresentar parecer técnico sobre o laudo do perito judicial que atuou no processo nº 2009.85.00.003906-4.	Instauração de PAD. Portaria nº 1.150 de 19/05/2010.	Inerentes ao rito ordinário	Procedente.
23113.008305/ 10-33	Apurar ocorrência relatada no item 5.1.1.1 do Relatório nº 224851/2009	Instauração de Sindicância. Portaria nº 1.729 de 27/07/10	Inerentes ao rito ordinário	Procedente
23113.010745/ 10-79	Ter autorizado modificações no projeto de reforma dos prédios do CCBS e do CCET para atender as solicitações dos professores dos respectivos centros, permitindo a substituição das obras previamente estabelecidas, sem a realização dos termos aditivos correspondentes.	Instauração de PAD. Portaria 1.482 de 05/07/2010,	Inerentes ao rito ordinário	Procedente. Foi instaurado primeiro a sindicância nº 23113.015217/09-54.
23113.010793/ 10-11	Realização de cursos pelo ISQV - Instituto Ser-gipano de Qualidade de Vida, utilizando o nome da UFS, sem a formalização de qualquer convênio ou contrato de parceria entre as Instituições. Inobservância da jornada de trabalho pelos servidores técnico-administrativos lotados no CECH, com a aquiescência da Direção do Centro.	Instauração de PAD. Portaria 1.711 de 23/07/2010.	Inerentes ao rito ordinário	Procedente

	Usurpação, pela Direção do CECH, de atribuição privativa da Reitoria da UFS.			
23113.009947/10-96	Possível prática de ato irregular ao retirar documentos do setor que trabalha sem consentimento do superior hierárquico.	Instauração de PAD. Portaria 1.917 de 17/08/2010.	Inerentes ao rito ordinário	Improcedente
23113.012384/10-13	Apurar responsabilidade de servidores que deram causa ao pagamento dos adicionais de insalubridade, periculosidade após decorrido o prazo máximo de regularização estabelecido na Orientação Normativa SRH/MP nº 04/2005, de 13/07/2005.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.190 de 22/09/10.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.016598/10-69	Extravio de peças cirúrgicas (partes do corpo) do Centro Cirúrgico do HU.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.450 de 20/10/10.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.018096/10-81	Assalto a servidor nas dependências do RESUN, que foi obrigado a entregar a quantia de R\$ 10.088,00.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.457, de 21/10/2010.	Inerentes à averiguação da ocorrência	Procedente
23113.014082/10-25	Possíveis irregularidades que dizem respeito à conduta de servidor com alunos e colegas.	Instauração de PAD. Portaria nº 2.388, de 14/10/2010.	Inerentes ao rito ordinário	Em andamento
23113.011156/10-53	Foi desligado do PROLING-UFPb em 11/05/2009 e até então não retor-	Instauração de PAD. Portaria nº 2.393, de	Inerentes ao rito ordinário	Em andamento

	nou às suas atividades na UFS. Encaminhou atestados médicos particulares, sem a tramitação exigida pela Portaria nº 308/UFS, de 17/04/2006, e, portanto, não foram homologados pela Junta Médica Oficial.	15/10/2010.		
23113.019024/10-14	Acidente envolvendo o veículo IAF-7477, conduzido por terceiro.	Instauração de Sindicância. Portaria nº 2.709, de 26/11/2010	Inerentes à averiguação da ocorrência	Em andamento

i) Ações relacionadas à apuração de indícios de acumulação de cargos ilícitas durante o exercício 2010.

Durante o exercício 2010, as ações de apuração de indícios de acumulação ilícita de cargos foram paralisadas no final do primeiro semestre quando o então presidente da Comissão de Apuração de Acumulação de Cargos - CAAC, renunciou ao cargo. Após esse período não foi indicado novo presidente, ficando os trabalhos paralisados ao longo do segundo semestre.

Em decorrência desse fator, a maior parte dos processos iniciados não foram concluídos. Destes a maioria encontra-se em uma das seguintes situações: a) Não concluído - situação onde o processo foi aberto, o servidor foi ou está sendo notificado, mas ainda não foi apensado documentos para dar prosseguimento, tais como declaração de não acumulação, pedidos de exoneração, dentre outros que venham a elucidar a real situação; e b) Em análise - nestes casos, o processo já recebeu tais documentos ou razões de defesas, porém, as mesmas ainda não foram analisadas para emissão do parecer que indique a procedência ou improcedência da acumulação ilícita, a regularização da situação ou qualquer outro desfecho para o processo aberto.

Item	Processo	Matrícula	Procedência ou improcedência de indício a acumulação irregular, situação levantada ou status do processo.	Medida adotada ou sugerida
1	4207/05-13	4264615	O docente compareceu, assinou declaração que não acumula cargo. Processo em re-análise.	Re-análise do caso
2	4121/05	4263104	A CAAC julgou que não há	Improcedente

	-91		acumulação - Processo regular	
3	4151/05 -52	13167147	O docente apresentou o Plano de Atividades Docente e o processo está em análise	Em análise
4	4136/05 -69	12137911	Envio de correspondência, o servidor tomou ciência, entregou documentação que está em análise	Em análise
5	4129/05 -01	4264348	Envio de correspondência e o servidor compareceu, apresentou documentação que encontra-se em análise	Em análise
6	4148/05 -48	21781657	O docente apresentou Declaração do Tribunal de Contas do Estado (30)hs e a documentação está em análise	Em análise
7	4124/05 -80	11544679	Envio de correspondência, o processo está em análise	Em análise
8	4140/05 -36	12526487	Envio de correspondência, a professora apresentou documento informando que não faz parte do HUSE, em análise	Em análise
9	4120/05 -29	4263112	Teve apuração em 2008 com situação considerada regularizada. Nova demanda pela SRH/AUDIR, em fase de análise pela GRH	Em análise
10	4125/05 -42	10754483	Envio de correspondência pela CAAC, apresentou documentação e está em fase de análise	Em análise
11	4397/05 -42	3301151	Envio de correspondência pela CAAC, apresentou documentação e está em fase de análise	Em análise
12	4110/05 -75	6525441	Envio de correspondência, aguarda documentação	Em análise
13	4215/05 -33	11502321	Envio de correspondência, apresentou documentação. Em fase de análise	Em análise
14	4132/05 -16	4264259	Apresentou documentação para análise	Em análise

15	4144/05 -97	4263988	Apresentou defesa, em fase de análise	Em análise
16	4131/05 -45	4264666	Apresentou defesa, em fase de análise	Em análise
17	4137/05 -12	4263341	Apresentou defesa, em fase de análise	Em análise
18	4135/05 -04	11114208	Envio de correspondência pela GRH, assinou termo de comparecimento	Não concluído
19	4208/05 -78	4261535	Envio de correspondência pela GRH. Apresentou documentação, aguarda parecer da CAAC	Em análise
20	4216/05 -04	4264861	Envio de correspondência pela GRH, aguarda entrega da documentação.	Não concluído
21	4105/05 -35	10502042	Envio de correspondência pela CAAC, aguarda documentação.	Não concluído
22	14589/0 8-82	25782747	Envio do Ofício 32/10/GRH, de 29/09/2010, o servidor tomou ciência e a CAAC aguarda documentação.	Não concluído
23	13760/0 8-54	1647234	Envio do Ofício 32/10/GRH de 29/09/2010. Aguarda documentação	Não concluído
24	12292/1 0-05	13617797	Envio de correspondência pela GRH, em 21/12/2010, aguarda comparecimento do servidor à CAAC	Não concluído
25	9857/10 -03	13617797	Envio de correspondência. Já foi respondido quando apontado no Acórdão TCU/Secex-Se nº 480/2010-situação regular	Regularizada
26	12293/1 0-60	13617797	Envio de correspondência, o servidor assinou declaração de não acumulação, documentação em análise	Em análise
27	5013/08 -05	15345310	Envio de correspondência pela GRH, aguarda documentação da servidora	Não concluído
28	18190/0 8-25	16539258	Envio de correspondência, a servidora apresentou documentação, em análise	Em análise
29	4751/10 -97	26095816	Envio de correspondência pela GRH, aguarda docu-	Não concluído

			mentação da servidora	
30	14476/09-77	10931903	Envio de correspondência pela GRH e pela CAAC, apresentou declaração de exoneração da Sec. Estado da Educação em 04/10/2010, em análise	Em análise
31	8657/06-94	15345352	Envio de correspondência pela GRH, aguardando documentação para análise	Em análise
32	4425/06-67	15104177	Envio de correspondência, aguarda documentação para análise	Em análise
33	9970/02-06	13568877	Envio de correspondência	Não Concluído
34	9964/02-03	13594550	Processo regularizado, não houve acumulação de cargo	Regularizada
35	8704/06-72	15345310	Envio de correspondência pela GRH em 19/2010, aguarda documentação para análise pela CAAC	Não Concluído
36	7039/04-38	13594550	Envio de correspondência	Não Concluído
37	8655/06-69	15345247	Envio de correspondência, emissão de ficha de cadastramento SIAPE, constando 40hs, aguarda apresentação de defesa pelo servidor	Não Concluído
38	18945/10-51		Envio de correspondência pela GRH, abertura de processos individuais.	Não Concluído
39	6890/08-40	1627941	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
40	5107/08-49	10344633	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
41	10767/09-78	26095816	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
42	2033/10-12	17447454	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
43	11112/10-88	25832035	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
44	11113/10-41	4266189	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído

45	11114/1 0-11	22984144	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
46	11115/1 0-76	10039300	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
47	11116/1 0-39	15681425	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
48	11117/1 0-00	12126242	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
49	11118/1 0-64	25236319	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
50	11119/1 0-27	25790227	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
51	11120/1 0-14	15713777	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
52	11121/1 0-79	32992948	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
53	11122/1 0-31	15193650	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
54	11123/1 0-02	15057942	Envio de correspondência pela GRH, aguarda comparecimento pelo servidor	Não Concluído
55	10679/0 7-58	1292226	Em que pese a comissão anterior ter julgado a situação pela legalidade, em desacordo com as decisões do TCU e da própria legislação em vigor, concluímos que a servidora exerceu irregularmente o regime de trabalho "DE" durante o período de 21/12/2005 a 29/01/2006, portanto, sugerimos convocar a interessada para ciência do presente despacho e que sejam adotadas as providências legais que o caso requer.	Encaminhado a GRH para providências
56	03577/0 9-12	425362 e 7425362	Em conformidade com as declarações apresentadas e anexadas aos autos que demonstram que o horário	Encaminhado a GRH para providências

			semanal são compatíveis e a carga horária semanal se encontra em acordo com o parecer AGU GQ-145, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/1998 e Acórdão TCU nº155/2005-1º Câmara, ou seja 60 horas semanais, consideramos a situação do servidor REGULARIZADA, salvo melhor juízo.	
57	02191/09-20	1670583	Após a notificação a servidora apresentou as declarações que demonstram que o horário semanal são compatíveis e a carga horária semanal se encontra em acordo com o parecer AGU GQ-145, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/1998 e Acórdão TCU nº155/2005-1º Câmara, ou seja 60 horas semanais, consideramos a situação da servidora LEGAL, salvo melhor juízo.	Encaminhado a GRH para providências
58	06994/08-45	1465560	A servidora prestou serviço no Exército Brasileiro no período de 29/05/2002 a 15/02/2005 como soldado e ingressou para o quadro de servidores ativos da UFS em 19/08/2004, no cargo de Assistente em Administração. Como os dois cargos públicos são inacumuláveis, a servidora exerceu concomitante e ilicitamente os dois cargos durante 181 (cento e oitenta e um) dias. Em conformidade com o que determina o Art. 133, da lei 8122/90, a partir da data em que o servidor faça a opção por um dos cargos, configurará a boa fé	Encaminhado a GRH para providências

			<p>e cessará a sua acumulação.</p> <p>Consideramos a situação da servidora LEGAL, salvo melhor juízo.</p>	
59	04752/1 0-50	3413238	<p>Para que possamos efetuar a devida análise necessária se faz instruir os autos do presente processo anexando a declaração de Acumulação de cargo, Emprego, Função Pública ou Proventos, devidamente preenchido. Caso a interessada declare possuir outro vínculo é imprescindível uma declaração do Órgão informando a carga horária contratual e o horário de trabalho semanal em que a servidora irá desempenhar suas atividades laborais no DME/CCBS.</p> <p>Lembramos que as declarações devem demonstrar que o horário semanal de trabalho são compatíveis e a carga horária semanal se encontra em conformidade com o parecer AGU GQ-145, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/1998 e Acórdão TCU nº155/2005-1º Câmara, ou seja 60 horas semanais.</p>	Encaminhado a GRH para providências
60	10537/1 0-51	426700	<p>Após efetuar a devida análise nos autos do presente processo foi constatado que o servidor ocupante do cargo de Técnico em laboratório desta instituição solicita a redução de sua jornada de trabalho para 20 horas semanais do Instituto Federal de Sergipe. Conforme as informações constantes dos autos, os horários sema-</p>	Encaminhado a GRH para providências

			<p>nal de trabalho são compatíveis e a carga horária de 40 horas semanais do Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia de Sergipe. Conforme as informações constantes dos autos, os horários semanal de trabalho são compatíveis e a carga horária semanal se encontra em conformidade com o parecer AGU GQ-145, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/1998 e Acórdão TCU nº155/2005-1º Câmara, ou seja 60 horas semanais, portanto nada a opor quanto a redução de sua jornada de trabalho.</p>	
61	12454/10-05	426409	<p>Para que possamos efetuar a devida análise necessário se faz instruir os autos do presente processo anexando a Declaração de Acumulação de Cargo, Emprego, Função Pública ou Proventos, devidamente preenchido e assinado pelo interessado.</p>	Encaminhado a GRH para providências
62	18593/09-82	3210281	<p>Após análise efetuada pela CGU/SE a mesma se manifestou pela ILEGALIDADE da nomeação da servidora, de acordo com o documento a folha 52 dos autos. A interessada foi notificada para conhecimento da manifestação da CGU/SE, que após ciência, anexou cópia da portaria nº5870, de 14/09/2009, da secretária de estado da Administração do Governo de Sergipe, demonstrando que a interessada foi exonerada, a pedido, a partir do dia 04/09/2009. O docu-</p>	Encaminhado a GRH para providências

			<p>mento comprobatório encontra-se apensado aos autos a folha 56 do processo em tela.Em conformidade com o que preceitua o § 5º do Art. 133,da lei 8112/90, a formalização de opção pela servidora configurará sua boa fé e cessará a acumulação hipótese em que será regularizada a situação da servidora LEGAL.</p>	
63	12292	1361779	<p>Para que possamos efetuar a devida análise necessário se faz instruir os autos do presente processo anexando a Declaração de Acumulação de Cargo, Emprego, Função Publica ou Proventos, devidamente preenchido e assinado pelo requerente. Caso a interessada declare possuir outro vinculo é imprescindível uma declaração do Órgão informando a carga horária contratual e o horário de trabalho semanal em que a servidora irá desempenhar suas atividades laborais no HU/UFS devidamente assinado pelo chefe imediato.</p> <p>Lembramos que as declarações devem demonstrar que o horário semanal de trabalho são compatíveis,o intervalo entre as jornadas de trabalho não deve ser inferior a uma hora e a carga horária semanal deve estar em conformidade com o parecer AGU GQ-145,publicado no Diário Oficial da União de 01/04/1998 e Acórdão TCU nº155/2005- 1º Câmara,ou</p>	Encaminhado a GRH para providências

			seja 60 horas semanais.	
64	12293/1 0-60	1103817	<p>Para que possamos efetuar a devida análise necessário se faz instruir os autos do presente processo anexando a Declaração de Acumulação de Cargo, Emprego, Função Pública ou Proventos, devidamente preenchido e assinado pelo requerente. Caso a interessada declare possuir outro vínculo é imprescindível uma declaração do Órgão informando a carga horária contratual e o horário de trabalho semanal em que a servidora irá desempenhar suas atividades laborais no HU/UFS devidamente assinado pelo chefe imediato.</p> <p>Lembramos que as declarações devem demonstrar que o horário semanal de trabalho são compatíveis, o intervalo entre as jornadas de trabalho não deve ser inferior a uma hora e a carga horária semanal deve estar em conformidade com o parecer AGU GQ-145, publicado no Diário Oficial da União de 01/04/1998 e Acórdão TCU nº155/2005- 1º Câmara, ou seja 60 horas semanais.</p>	Encaminhado a GRH para providências
65	-	1185055	Acumulação ilícita de cargos de docência que demanda devolução ao erário.	Procedente, com devolução dos valores apurados

Ainda sobre os casos de indícios de acumulação ilícita de cargos, conforme ofício CGU nº 11803/2010, que encaminhou relação de servidores para apuração, tem alguns de seus nomes listados no quadro anterior. Todavia, pelas razões apresentadas no início deste item, os trabalhos encontram-se paralisados.

j) Obrigações legais da entidade em relação às entidades de previdência privada, em especial quanto ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001 e o § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

Não se verificou a concessão de benefício de Plano de Previdência Privada aos servidores da Instituição no exercício de 2010.

III- Relato gerencial sobre a gestão de áreas essenciais da unidade.

a) Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentária.

A Universidade Federal de Sergipe utilizou durante o exercício de 2010, os programas e ações abaixo descritos para o desenvolvimento das suas atividades meio e finalística.

01. Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 0089		Denominação: Previdência de Inativos e Pensionistas da União			
Tipo do Programa: Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais					
Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes					
Objetivos Específicos: -					
Gerente: -			Responsável: -		
Público Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empe- nhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não proces- sados	Valores Pagos
Inicial	Final				
48.018.471 ,00	59.632.471 ,00	59.332.172,98	59.332.172 ,98	-	59.332.172,98
Informações sobre os resultados alcançados					
Ação 0181 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis					
Dotação		Despesa Empe- nhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não proces- sados	Valores Pagos
Inicial	Final				
48.018.471	59.632.471	59.332.172,98	59.332.172	-	59.332.172,98

,00	,00		,98			
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa beneficiada	30/12/2009	48.018.471,00	59.632.471,00	846	925
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Quantidade de pensionistas multiplicada pelo valor da pensão.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta executada acima do previsto. O número de solicitações por aposentadorias alicerçadas na legislação vigente foi maior que o previsto pela Gerência de Recursos Humanos.						

Fonte: COPRO/COGEPLAN

02. Apoio Administrativo

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 0750		Denominação: Apoio Administrativo				
Tipo do Programa: Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos						
Objetivos Específicos: -						
Gerente: -			Responsável: -			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
9.080.938,00	13.396.977,00	12.545.877,91	12.085.451,14		12.085.451,14	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ação 2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.291.616,00	3.877.829,00	3.617.484,74	3.342.142,50		3.342.142,50	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		

1	Pessoa beneficiada	30/12/2009	4.291.616,00	3.877.829,00	4.967	2.207
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Quantidade de servidores e dependentes beneficiados multiplicado pelo valor per capita do benefício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta não atingida. A realização dessa ação depende da filiação dos servidores, com seus respectivos dependentes, ao plano de saúde vinculado à instituição.						
Ação 2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
352.200,00	458.011,00	264.083,12	264.083,12	-	264.083,12	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Criança atendida	30/12/2009	352.200,00	458.011,00	445	347
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Quantidade de filhos de servidores de 0 a 6 anos multiplicado pelo valor do benefício.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta não atingida. No quadro de recursos humanos da instituição há reduzido número de servidores que possuem filhos nessa faixa etária (0 a 6 anos).						
Ação 2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
799.924,00	799.924,00	518.455,99	518.455,99	-	518.455,99	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor beneficiado	30/12/2009	799.924,00	799.924,00	593	892
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Quantidade de servidores beneficiados multiplicado pelo valor do auxílio transporte.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta executada acima do previsto. O quantitativo realizado depende do número de servidores que requerem o auxílio.						
Ação 2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa	Restos a	Valores	

Inicial	Final				Liquidada	Pagar não processados	Pagos
3.401.016,00	8.025.031,00	7.960.769,53			7.960.769,53	-	7.960.769,53
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício	
		Data	Índice inicial	Índice final			
1	Servidor beneficiado	30/12/2009	3.401.016,00	8.025.031,00		2249	2314

Fórmula de Cálculo do Índice:

Quantidade de servidores multiplicado pelo valor do auxílio alimentação.

Análise do Resultado Alcançado:

Meta suplantada. Os gastos foram realizados de acordo com o quantitativo de servidores beneficiados.

Ação 20CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				
236.182,00	236.182,00	185.084,53	-		-

Informações sobre os resultados alcançados

Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor beneficiado	30/12/2009	236.182,00	236.182,00	1313	-

Fórmula de Cálculo do Índice:

Análise do Resultado Alcançado:

Meta não atingida. Processo de contratação de clínica especializada para a realização dos exames foi concluído em outubro/2010. Procedimentos estão sendo adotados para o início da execução do programa no mês de janeiro/2011.

Fonte: COPRO/COGEPLAN

03. Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Não foi possível coletar dados sobre esse programa tempestivamente para composição deste relatório.

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 0901	Denominação: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
Tipo do Programa: Operações Especiais	
Objetivo Geral: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais	
Objetivos Específicos: -	

Gerente: -		Responsável: -				
Público Alvo: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.200.127,00	2.174.099,00	-	-	-	-	-
Informações sobre os resultados alcançados						
Ação 00G5 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
256.552,00	256.552,00	-	-	-	-	-
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
Ação 0005 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.943.575,00	1.917.547,00	-	-	-	-	-
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
-	-	-	-	-	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
-						
Análise do Resultado Alcançado:						
Despesa involuntária. Ocorre apenas nas situações de sentenças judiciais transitadas.						

Fonte: COPRO/COGEPLAN

04. Brasil Escolarizado

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1061		Denominação: Brasil Escolarizado				
Tipo do Programa: Programa Finalístico						
Objetivo Geral: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência						
Objetivos Específicos: -						
Gerente: -			Responsável: -			
Público Alvo: Crianças, adolescentes e jovens						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
5.061.738,00	5.061.738,00	4.208.348,74	2.571.728,70		2.304.106,31	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ação 2991 - Funcionamento do Ensino Médio na Rede Federal						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
159.397,00	159.397,00	17.933,95	906,17	-	-	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	30/12/2009	159.397,00	159.397,00	470	457
Fórmula de Cálculo do Índice:						
O valor é definido pela matriz CONDICAp.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta não atingida.						
Ação 8429 - Formação Inicial e Continuada a Distância						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
4.902.341,00	4.902.341,00	4.190.414,79	2.570.822,53		2.304.106,31	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	30/12/2009	4.902.341,00	4.902.341,00	10346	7867

Fórmula de Cálculo do Índice:
Análise do Resultado Alcançado:
Meta não atingida. Existe a previsão de implementação de novos cursos de pós-graduação e extensão mas até o final do ano de 2010 não foram implementadas.
Fonte: COPRO/COGEPLAN

05.Gestão da Política de Educação

Identificação do Programa de Governo						
Código no PPA: 1067		Denominação: Gestão da Política de Educação				
Tipo do Programa: Programa de Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais						
Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação						
Objetivos Específicos: -						
Gerente: -			Responsável: -			
Público Alvo: Governo						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
677.787,00	677.787,00	87.139,34	78.834,34		74.290,73	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
677.787,00	677.787,00	87.139,34	78.834,34		74.290,73	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Servidor capacitado	30/12/2009	677.787,00	677.787,00	935	2413
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta atingida						
Fonte: COPRO/COGEPLAN						

06.Brasil Universitário

Identificação do Programa de Governo	
Código no PPA: 1073	Denominação: Brasil Universitário

Tipo do Programa: Programa Finalístico						
Objetivo Geral: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento						
Objetivos Específicos: -						
Gerente: -			Responsável: -			
Público Alvo: Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES, bem como bolsistas das IES privadas						
Informações orçamentárias e financeiras do Programa						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
241.446.376,00	293.653.376,00	262.227.898,98	226.065.887,46		224.385.345,23	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ação 4002 - Assistência ao Estudante do Ensino de Graduação						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
7.608.098,00	7.608.098,00	6.885.655,48	5.289.373,67		5.255.917,87	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno assistido	30/12/2009	7.608.098,00	7.608.098,00	2731	2731
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Valor do benefício multiplicado pelo número de discentes contemplados pelo programa.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta realizada. Considerando o grande quantitativo de graduandos na instituição, a UFS conseguiu realizar a meta, pois no exercício de 2010 houve plena efetivação dos programas de assistência para o educando na instituição.						
Ação 4004 - Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
371.500,00	371.500,00	128.279,35	117.856,40		112.326,92	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pessoa beneficiada	30/12/2009	371.500,00	371.500,00	500	33601
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						

Meta suplantada.						
Ação 4008 - Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
1.700.000,00	1.700.000,00	1.613.086,08	564.406,62		544.301,43	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Volume disponibilizado	30/12/2009	1.700.000,00	1.700.000,00	22000	30416
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Quantidade do material bibliográfico a ser adquirido multiplicado pela estimativa de preços de cada unidade.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta suplantada. O programa PROQUALI que estimulou a aquisição de material bibliográfico e, ainda, a implantação do novo campus em Lagarto provocaram uma maior aquisição de livros, fazendo com que a meta desta ação fosse realizada acima do previsto.						
Ação 4009 - Funcionamento de Cursos de Graduação						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
156.735.141,00	189.097.141,00	162.490.962,01	153.839.850,44		152.715.440,94	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	30/12/2009	156.735.141,00	189.097.141,00	17378	25487
Fórmula de Cálculo do Índice:						
As despesas obrigatórias garantidas pelo Governo Federal. O custeio é definido pela matriz ANDIFES.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta suplantada.						
Ação 09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
22.209.551,00	32.424.551,00	32.184.623,05	32.184.623,05		32.184.623,05	
Ordem	Indicador (Unidade)	Referência			Índice previsto	Índice atingido
		Data	Índice	Índice fi-		

	medida)		inicial	nal	no exer- cício	no exer- cício
		30/12/2 009	18.921.8 62,00	26.876.682 ,00	-	-
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Percentual do tributo multiplicado pelo salário de cada servidor.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Despesa obrigatória para pagamento de tributos.						
Ação 1H81 - Expansão do Ensino Superior - Campus de Itabaiana						
Dotação			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final					
2.445.625,00	2.445.625,00		2.079.492,71	1.690.166,48		1.575.634,98
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Vaga disponibilizada	30/12/2009	2.445.625,00	2.445.625,00	2500	2500
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Quantidade de vagas disponibilizadas multiplicadas pelo custo unitário.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta atingida. O Campus Universitário Prof. Alberto Carvalho conta atualmente com 2.500 alunos desde o início de agosto/2010 em virtude da entrada de 500 alunos aprovados no último concurso vestibular.						
Ação 11C1 - REUNI - Readequação da Infra-Estrutura da Universidade Federal de Sergipe						
Dotação			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final					
20.614.992,00	20.614.992,00		20.416.340,40	6.229.375,24		5.846.864,48
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Vaga disponibilizada	30/12/2009	20.614.992,00	20.614.992,00	4410	4910
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta suplantada. A Universidade cumpriu e ultrapassou a meta de vagas prevista para 2010.						
Ação 7L83 - Ampliação da Infra-Estrutura Física de Instituições Federais de Ensino Superior						
Dotação			Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final					

10.192.387,00	10.192.387,00	9.580.108,00	230.291,81		230.291,81	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade construída/ampliada	30/12/2009	10.192.387,00	10.192.387,00	1	1

Fórmula de Cálculo do Índice:

Custo da unidade construída.

Análise do Resultado Alcançado:

Meta atingida. Contratação realizada em outubro/2010, sendo que as obras foram iniciadas em dezembro/2010.

Ação 4086 - Funcionamento dos Hospitais de Ensino

Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
19.569.082,00	29.199.082,00	26.849.351,90	25.919.943,75		25.919.943,75	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Unidade mantida	30/12/2009	19.569.082,00	29.199.082,00	1	1

Fórmula de Cálculo do Índice:

Análise do Resultado Alcançado:

Meta atingida.

Fonte: COPRO/COGEPLAN

07.Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Identificação do Programa de Governo					
Código no PPA: 1375		Denominação: Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica			
Tipo do Programa: Programa Finalístico					
Objetivo Geral: Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil					
Objetivos Específicos: -					
Gerente: -			Responsável: -		
Público Alvo: Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada					
Informações orçamentárias e financeiras do Programa					
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos
Inicial	Final				

3.366.685,00	3.366.685,00	1.241.785,20	899.315,84		838.966,64	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ação 4006 - Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
2.487.208,00	2.487.208,00	871.265,24	667.350,03		607.000,83	
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Aluno matriculado	30/12/2009	2.487.208,00	2.487.208,00	1850	1927
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Valor definido pela matriz ANDIFES.						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta suplantada.						
Ação 8667 - Pesquisa Universitária e Difusão de seus Resultados						
Dotação		Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Restos a Pagar não processados	Valores Pagos	
Inicial	Final					
879.477,00	879.477,00	370.519,96	231.965,81		231.965,81	
Informações sobre os resultados alcançados						
Ordem	Indicador (Unidade medida)	Referência			Índice previsto no exercício	Índice atingido no exercício
		Data	Índice inicial	Índice final		
1	Pesquisa publicada	30/12/2009	879.477,00	879.477,00	3300	3671
Fórmula de Cálculo do Índice:						
Análise do Resultado Alcançado:						
Meta suplantada. A produção científica no portal Lattes do CNPQ seguiu o esperado para o ano de 2010.						

Fonte: COPRO/COGEPLAN

b) Avaliação do indicadores de Desempenho utilizados pela entidade.

Os indicadores relacionados abaixo, exigidos pela Decisão/TCU/408/2002, pelo acórdão nº 2167/2006 e ainda pela orientação contida no ofício circular 01/2007-SEGECEX-TCU, foram apreciados.

Apresentam dados confiáveis e representam a realidade institucional da entidade quanto à qualidade, confiabilidade, representatividade entre outros aspectos de que trata art. 7º, item II da IN 01/2007 CGU, os quais foram elaborados em consonância com as informações emanadas dos setores competentes desta Universidade.

Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010
Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente	7.896,14	9.883,72	7.896,43	9.776,97	13.132,80
Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente	7.745,90	9.691,02	7.790,49	8.948,41	12.182,89
Aluno Tempo Integral/Professor Equivalente	11,59	10,67	12,59	8,90	10,47
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente com HU	7,00	7,20	9,41	6,47	7,21
Aluno Tempo Integral/Funcionário Equivalente sem HU	10,00	10,59	13,45	10,30	10,94
Funcionário Equivalente com HU/Professor Equivalente	1,66	1,48	1,34	1,37	1,45
Funcionário Equivalente sem HU/Professor Equivalente	1,16	1,01	0,94	0,86	0,96
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,61	0,56	0,72	0,48	0,43
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,06	0,05	0,04	0,05	0,05
Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	3,18	3,60	3,48	3,46	3,47
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	3,31	3,29	3,31	3,74	3,93
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,62	0,64	0,84	0,52	0,56

Fonte: COPAC/ COGEPLAN

Para o cálculo desses indicadores foram utilizadas as variáveis apresentadas no quadro a abaixo:

Variáveis relevantes para o Cálculo dos Indicadores

Variáveis	2006	2007	2008	2009	2010
A _G - total de alunos regularmente matriculados na graduação	12.164	13.196	15.010	17.145	20.358

A _{PG} - total de alunos na pós-graduação <i>stricto sensu</i>	835	661	635	888	1.098
AR - total de alunos de residência médica	37	48	48	48	48
A - número total de alunos	13.036	13.905	15.693	18.081	23.638
A _G TI - número de alunos de graduação em tempo integral	7.379,33	7.360,8 2	10.769,3 7	8.145,91	8.854,85
A _G E - número de alunos equivalentes da graduação	11.814,1 6	12.124, 86	17.232,0 8	13.331,3 4	14.285,8 2
A _{PG} TI - número de alunos de pós-graduação em tempo integral	1.670	1.322	1.270	1.776	2.155
A _R TI - número de alunos de residência médica em tempo integral	74	96	96	96	96
Aluno Equivalente (A _G E + A _{PG} TI + A _R TI)	13.558,2 0	12.124, 86	18.598,0 8	15.203,3 4	16.536,8 2
Aluno Tempo Integral (A _G TI + A _{PG} TI + A _R TI)	9.123,3	8.778,8 2	12.135,3 7	10.017,9 1	11.105,8 5
NP - número de professores equivalente	787,50	823	964	1.126	1.060,50
NF ₁ - número de funcionários equivalente com HU	1.303,50	1.218,7 5	1.289,50	1.547,25	1.540,50
NF ₂ - número de funcionários equivalente sem HU	912,80	828,75	902,00	972,50	1.015,00
NI - número de ingressantes na graduação	2.135	2.101	2.553	2.655	2.818
ND - número de diplomados (*)	1.332	1.337	2.139	1.393	1.575

(*) Foram considerados diplomados dos períodos 2009/2 e 2010/1
 FONTE: COGEPLAN

A partir do desempenho institucional no exercício 2010, e comparando-o aos resultados do exercício 2009 é possível apresentar a seguintes considerações acerca de cada um dos indicadores apresentados:

b.1 Indicador: Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente

O indicador Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente especifica o aporte financeiro médio despendido pela instituição com cada um dos seus alunos, considerando todas as despesas acadêmicas da instituição. Os resultados revelam que em 2009, a relação Custo Corrente com HU/Aluno Equivalente era de 9.777 e, em 2010, este número passou para 13.133. Acréscimo justificado pelo aumento expressivo do Custo Corrente em mais de 45%, apesar do indicador Aluno Equivalente também sofrer aumento superior a 8% em relação ao ano anterior. O resultado do indicador expressa uma elevação do custo corrente por aluno em 34,33%, justificado pelo maior aporte financeiro para a instituição. Esses recursos possibilitaram a ampliação do quadro de pessoal efetivo e a o fortalecimento das aquisições em consumo e manutenção. Neste

caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.2 Indicador: Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente

O indicador Custo Corrente sem HU/Aluno Equivalente especifica o aporte financeiro médio despendido pela instituição com cada um dos seus alunos, retirando das despesas acadêmicas da instituição todos os gastos com o hospital universitário. Este indicador, quando comparado ao ano de 2009, sofreu um acréscimo de 36,15%, passando de 8.948 para 12.183. Fato este justificado pelo aumento do Custo Corrente ser superior ao indicador Aluno Equivalente. O resultado do indicador expressa um bom desempenho da instituição em relação à otimização dos seus gastos. Neste caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.3 Indicador: Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente

O indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente mensura a produtividade e eficiência do corpo docente a partir do número médio de alunos atendidos por professor. Em 2009, para cada professor da UFS havia 8,90 alunos e, em 2010, este número passou para 10,47 alunos por professor, representando crescimento superior a 20% em relação ao período anterior. A boa evolução do indicador foi impulsionada pela criação de novos cursos de graduação implantados em 2010.

b.4 Indicador: Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU

O indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU mensura a produtividade e eficiência dos servidores técnico-administrativos do quadro da instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário. Em 2009, a relação era de 6,47 alunos por funcionário e, em 2010, este número passou para 7,21 alunos por funcionário, representando um acréscimo de 11,44% no número de alunos em tempo integral atendidos por funcionário. O resultado do indicador expressa um aumento do número de alunos atendidos por funcionário.

b.5 Indicador: Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU

O indicador Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU mensura a produtividade e eficiência dos servidores técnico-administrativos do quadro da instituição, a partir do cálculo do número médio de alunos por funcionário, excluindo os servidores lotados

no hospital universitário. Em 2009, a relação era de 10,30 alunos por funcionário e, em 2010, este número passou para 10,94 alunos por funcionário, o que representa um acréscimo de 6,21% no número de alunos atendidos em tempo integral. O resultado do indicador expressa um aumento do número de alunos atendidos por funcionário.

b.6 Indicador: Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente

O indicador Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente mede o apoio dado por todos os profissionais da atividade-meio à realização da atividade-fim. Em 2009, essa relação era de 1,37 funcionários por professor; em 2010, passou para 1,45, representando um acréscimo de 5,84%, justificada pela recomposição mais acelerada do número de servidores em relação ao número de docentes. O resultado do indicador expressa um pequeno acréscimo na relação funcionários por professor, incluídos os funcionários do Hospital Universitário, justificado pela recomposição gradativa do quadro de técnicos na instituição. Neste caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.7 Indicador: Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

O indicador Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente mede o apoio dado pelos profissionais acadêmicos da atividade-meio à realização da atividade-fim. Em 2009, essa relação era de 0,86 funcionário por professor; em 2010, passou para 0,96, o que corresponde a um acréscimo de 11,63% nessa relação. O resultado do indicador expressa um bom desempenho da instituição, uma vez que, sendo sua missão a formação de pessoas, a aceleração na recomposição do quadro técnico-administrativo apresenta-se como fator positivo. Neste caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.8 Indicador: Grau de Participação Estudantil (GPE)

O indicador Grau de Participação Estudantil (GPE) tem como principal função expressar o grau de utilização, pelo corpo discente, da capacidade instalada da universidade e a velocidade de integralização curricular de seus cursos. Em 2009, o grau de participação estudantil era de 48% e em 2010 passou para 43%, representando um decréscimo de 10,42%. Apesar do número de alunos tempo integral aumentar em 8,70%, o crescimento do total de alunos matriculados aumentou em mais de 18%. O resultado do indicador expressa uma redução do grau de participação estudantil decorrente, principalmente, pelo maior crescimento

do número de alunos matriculados na graduação por conta do aumento do número de vagas para o ingresso na instituição e criação de novos cursos que ainda não completaram o período de integralização. Para reverter o resultado do indicador, no exercício de 2009, foi aprovada a Resolução 21/2009/CONEPE que regulamenta, entre outras atividades, ações para ampliação do acesso, redução da evasão e permanência dos estudantes de graduação. A Pró-Reitoria de Graduação é a responsável pela implementação das medidas.

b.9 Indicador: Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)

O Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG) é o indicador que mede o envolvimento da comunidade discente com a pós-graduação. Em 2009, esse índice era de 5%, mantendo o mesmo valor percentual em 2010. Para tal, o total de alunos matriculados na pós-graduação aumentou aproximadamente 29% em relação ao ano anterior. O resultado do indicador expressa um bom desempenho da instituição em relação ao envolvimento discente com a pós-graduação. Neste caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.10 Indicador: Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação

O indicador Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação determina a qualidade dos cursos de pós-graduação, *stricto sensu*, avaliados pela CAPES. O Conceito do Programa é o conceito da última avaliação realizada pela CAPES, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem doutorado, a nota máxima é 7. O Número de Programas é o total de programas de pós-graduação *stricto sensu* (com mestrado ou com mestrado e doutorado) que tenham sido objeto de avaliação. Os programas com somente mestrado profissionalizante não devem ser considerados.

Em 2009, esse indicador era de 3,46 e em 2010 passou para 3,47, representando um aumento de 0,30%. A criação/inclusão de dois doutorados, com conceitos acima da média, impactaram positivamente no cálculo deste indicador. O resultado do indicador expressa um pequeno crescimento do conceito CAPES/MEC para a pós-graduação. Neste caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.11 Indicador: Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)

O Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) indica o nível de qualificação dos docentes da instituição em termos do número de gra-

duados, mestres e doutores, podendo chegar ao valor máximo de 5, quando todos os docentes de uma IES são doutores. Em 2009, esse indicador era de 3,74 e em 2010 passou para 3,93, justificado pelo acréscimo do quadro docente efetivo que, no geral, possuem titulação superior aos docentes temporários. O resultado do indicador expressa um bom desempenho da instituição uma vez que o IQCD de seu corpo docente foi elevado em 5,08%. Neste caso não ocorreu disfunção estrutural ou situação que impactasse negativamente o resultado obtido.

b.12 Indicador: Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)

O indicador Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) mede, principalmente, o grau de evasão por diplomação dos alunos e é obtido pela razão do número de diplomados e o número de ingressantes, ajustados pelo ano em que esses alunos entraram na instituição e por um tempo de permanência fixado, pela SESu /MEC, para cada curso. Este indicador sofreu um acréscimo de 7,69%, isto é, em 2009 a taxa de sucesso era de 52% e em 2010 passou para 56% por conta do aumento em mais de 13% do número de alunos diplomados. O resultado do indicador expressa uma melhora da taxa de sucesso na graduação dos alunos, decorrente do maior aumento porcentual do número de alunos diplomados em relação ao número de ingressantes.

c) AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS ADMINISTRATIVOS DA UNIDADE.

No decorrer dos trabalhos de auditoria realizados na instituição, durante o exercício de 2010, verificamos controles administrativos em diversos setores. De forma geral, os mesmos são aderentes às normas e rotinas administrativas. Todavia, alguns controles administrativos ainda apresentam fragilidades, sendo justificado pela limitação de pessoal, a exemplo dos setores de recursos humanos e o Hospital Universitário.

d) REGULARIDADE DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS.

Do universo dos processos apresentados a seguir, foram analisados 23 (vinte e três) processos a saber: 8150/10, 2376/10, 17655/09, 2042/10, 222/10, 6261/10, 5597/09, 1214/10, 19492/09, 144/10, 15287/09, 4242/10, 8265/10, 1948/10, 14283/10, 1414/10, 18231/09, 18047/09, 19475/09, 19198/09, 2923/10, 16653/09, 7092/10.

No exercício de 2010 foram realizados: 199 (cento e noventa e nove) Pregões Eletrônicos; 25 (vinte e cinco) Concorrências Públicas; 92 (noventa e duas) Dispensas de licitação; 30 (trinta) Inexigibilidades; 27 (vinte e sete) Tomadas de Preços; 10 (dez) cotações eletrônicas. Situação apresentada em 15 de dezembro de 2010, conforme observado pela equipe da auditoria interna no setor competente desta Universidade.

Com referência aos processos relativos à dispensa e inexigibilidade, ficou constatado o objeto da contratação e o valor, a fundamentação, identificação do responsável pela fundamentação da escolha da modalidade e dos contratados e, ainda das empresas consultadas no caso de dispensa. Os procedimentos licitatórios, encontram-se dentro das formalidades exigidas.

e) GERENCIAMENTO DA EXECUÇÃO DOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES.

Dos 57(cinquenta e sete) Convênios firmados, 07 foram objeto de análise por parte da auditoria interna a saber: 1461.038/09, 1473.049/09, 1478.053/09, 1479.054/09, 1480.055/09, 1484.059/09, 1500.074/09. A amostra ficou abaixo da prevista em termos quantitativos, uma vez que foi estimado analisar 20% dos convênios. Todavia, no período dos trabalhos alguns não estavam assinados, ou em estágio avançado de andamento. Apesar do quantitativo analisado ter ficado abaixo do previsto, a amostra selecionada englobou um montante de R\$ 33.664.000,00 (trinta e três milhões e seiscentos e sessenta e quatro mil reais), que representou 99,32% dos recursos relacionados a convênios no exercício 2010, cujo total foi de 33.893.007,57. Durante os trabalhos foram observadas algumas constatações relacionados a elementos que não estavam pensados aos processos de convênio, descritos na tabela abaixo e que constam do relatório de auditoria interna nº 022108/2010.

<p>01.CONSTATAÇÃO: Não foram apresentadas as prestações de contas parcial ou total relativas aos convênios nº 1478053/2009, 052/2008 e 1509083/2009, processos 10969/09, 8442/08 e 12008/09, respectivamente.</p>
<p>02.CONSTATAÇÃO: No convênio 1509083/2009, processo 12008/09, não foram localizados os seguintes documentos:</p> <p>a) Comprovante de capacidade técnica e jurídica do convenente; b) Parecer técnico da área finalística do órgão concedente; c) Indicação do(s) número(s) da(s) ordem(s) bancária(s).</p>
<p>03.CONSTATAÇÃO: No convênio 052/2008, processo 8442/2008, não foram localizados os seguintes documentos:</p> <p>a) Comprovante de capacidade técnica e jurídica do convenente; b) Proposta do projeto so convenente; c) Comprovante de adimplência do SIAFI e do CADIN; d) Indicação do crédito disponível para cobertura da despesa (pré-empenho); e) Parecer técnico da área finalística do órgão concedente; f) Minuta do plano de trabalho.</p>
<p>04.CONSTATAÇÃO: No convênio 1637.057/2010, processo 7825/2008, não foram localizados os seguintes documentos:</p> <p>a) Comprovante de capacidade técnica e jurídica do convenente; b) Declaração do convenente de que não se encontra em mora ou inadimplência com órgãos da União; c) Documentos de quitação com a seguridade social (INSS e FGTS) e com a Fazenda Pública (Federal, Estadual e Municipal) do convenente, e ou extrato do SICAF; d) Comprovante de adimplência do SIAFI e do CADIN; e) Extrato do pré-convênio; f) Parecer técnico da área finalística do órgão concedente;</p>

- g) Minuta do plano de trabalho;
- h) Cópia da publicação no DOU;
- i) Indicação do(s) número(s) da(s) ordem(s) bancária(s).

Todas as pendências e situações levantadas foram atendidas pelo setor, apensando os referidos documentos que se encontravam em arquivo paralelo aos processos de convênios. Assim, foi observado que os mesmos foram acompanhados pelo setor de Convênios desta FUFMS, ainda acompanhadas as metas previstas, os resultados alcançados e a situação da prestação de contas, bem como os atos e fatos que porventura prejudicaram o desempenho, com a finalidade de comprovar a legitimidade e a legalidade dos mesmos.

Gerenciamento da Execução dos Convênios, Acordos e Ajustes Firmados							
Nº do Convênio	Objeto	Valor	Metas ou objetivos previstos	Resultados alcançados	Situação da Prestação de Contas	Atos e Fatos que prejudicaram o desempenho	Providências adotadas para os casos onde houver atraso ou ausência das prestações de conta parcial ou final
994.104 /2004- UFS / CV 0104081 200 (FINEP)	Desenvolver o projeto de Avaliação da Clínica da atividade potencial Ansiolítica do extrato de Erythrina velutina.	103.000,00	1 - Coleta e identificação do material botânico (Erythrina velutina); 2 - Avaliação fisiológica do vegetal, para determinação das melhores condições para a coleta da matéria-prima vegetal; 3 - Estudos de pré-formulação de formas farmacêuticas sólidas (cápsulas) contendo o extrato seco (= aquoso liofilizado) de Erythrina velutina; 4 - Estudos pré-clínicos farmacológicos e toxicológicos do ex-	1 - Coleta e identificação do material botânico (Erythrina velutina); 2 -Avaliação fisiológica do vegetal, para determinação das melhores condições para a coleta da matéria-prima vegetal; 3 - Estudos de pré-formulação de formas farmacêuticas sólidas (cápsulas) contendo o extrato seco (= aquoso liofilizado) de Erythrina velutina;	Foram recebidos R\$ 103.000,00. A prestação de contas é feita anualmente pela FAPese e não há prestações em atraso. A última prestação de contas, referente ao período de Jan/2009 a Dez/2009, foi finalizada em 12/05/2010	Ocorreram problemas inerentes ao processo de investigação científica (dificuldade na descoberta de um marcador para o extrato em estudo), e problemas relacionados ao processo de expansão da UFS, um vez que reformas no Departamento de Fisiologia interditaram alguns laboratórios por um período de nove meses.	Vigente

			<p>trato aquoso de Erythrina velutina;</p> <p>5 - Avaliação da potencial ação ansiolítica do extrato seco (= aquoso liofilizado) de Erythrina velutina em voluntários humanos saudáveis submetidos a uma situação experimental de ansiedade;</p> <p>6 - Realização de ensaios clínicos controlados (comparativos com placebo, randomizados e duplo-cego) em pacientes com Transtorno de Ansiedade Generalizada.</p>				
1073.065/2005-UFS / CV 0105050700 (FINEP)	Desenvolver o projeto de Consolidação da Pesquisa na Universidade Federal de Sergipe IV	955.000,00	<p>Os objetivos do projeto na área de Processamento da Informação e Imagem incluíam a implantação de infraestrutura (adaptação de espaço existente, com a climatização e divisão de intraspaços) com equipamentos necessários para o funcionamento de uma Estação de Imagem.</p> <p>Nas áreas temáticas de Saúde e Meio Ambiente os objetivos incluíam a implantação de infraestrutura multiusuário:</p>	Foi solicitada a FAPESSE a compra de todos os itens previstos para serem comprados com os recursos do convênio. Todos os itens foram comprados.	O convênio 01.05.0507.00, título do projeto "Consolidação da Pesquisa na Universidade Federal de Sergipe IV" já foi encerrado. A prestação de contas final já foi enviada a FINEP pela FAPESSE.	Não houve	Encerrado

			construção de um Centro de Pesquisas Biomédicas, instalação de Rede Óptica de Comunicação de Dados do Campus da Saúde e aquisição de equipamentos.				
1150.05 8/2006- UFS/TC 0050002 2719064 - PETRO- BRAS	Desenvolver o projeto de Obtenção e caracterização de emulsões para uso em recuperação avançada de petróleo	285.810 ,00	Realizar estudo sobre substâncias surfactantes e emulsões água-petróleo de forma a investigar a possibilidade de utilizá-las para aumentar o fator de recuperação de campos maduros através da correção de mobilidade	Foram realizados estudos sobre: a) O desempenho do dodecil sulfato de sódio (SDS) para a obtenção de emulsão água-óleo; b) Avaliado as potencialidades do SDS na correção do perfil de escoamento do óleo pesado; c) Avaliada a influência de configuração molecular, concentração, propriedades físico-químicas, pH e condutividade do meio, temperatura, velocidade e tempo de agitação; d) Realizado caracterização de três emulsões (A/O) formuladas com diferentes concentrações de SDS e diferentes quantidades de óleo pesado.	No momento, não se aplica aos supracitados projetos.	Sim. a) A impossibilidade da FAPESSE pagar bolsa de participação de aluno em desenvolvimento de pesquisa P&D dificulta a inserção destes na pesquisa com a ajuda de uma bolsa de pesquisa. b) Também é muito difícil desenvolver projeto de pesquisa experimental adquirindo reagentes através de pregões. Pois a necessidade de reagentes em um projeto de desenvolvimento de produto se dá de forma variada, em pequenas quantidades, testando fornecedores, pois envolve definidas propriedades, tais como, pureza, consistência, densidade, estabilidade, entre outras,	Vigente

						de difícil controle em uma compra através de pregão. c) A demora na finalização de uma compra, o que torna impossível o andamento do desenvolvimento do projeto dentro do cronograma previsto.	
1155.110/2006-UFS / 46002206723 (Petrobrás)	Desenvolver o projeto de implantação do laboratório de catálise do departamento de engenharia química da UFS, visando estudar o craqueamentos de frações pesadas de petróleo	1.274.062,74	Este projeto tem como objetivo implementar o Laboratório de Catálise da Universidade Federal de Sergipe através da: - Construção de um laboratório com área de aproximadamente de 100 m2 bem como de casa de gases e capela, para instalar de forma adequada equipamentos que serão comprados através do presente projeto, de tal forma a poder concentrá-los em apenas um local dentro do campus da Universidade Federal de Sergipe (UFS); - Compra de unidade multireatores equipada com cromatógrafo a gás para realização de testes catalíticos com alta capacidade de expe-	O Projeto já foi executado quase que na totalidade, inclusive a UFS já inaugurou o referido Laboratório.	A FAPese - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, já realizou prestação de contas parcial, com subsequente recebimento por parte da Petrobras da segunda e última parcela dos recursos. Como remanesceram alguns recursos Ao término do convênio a Fundação irá providenciar a prestação de contas final a ser submetida à Petrobras e ANP - Agência Nacional do Petróleo Gás e Biocombustíveis, órgão de acompanhamento e fiscalização.	Nesta etapa de desenvolvimento do projeto já não mais encontramos maiores dificuldades.	Vigente

			<p>rimentos (catálise combinatorial) e de acessórios, materiais de laboratório, móveis e computadores;</p> <p>- Instalação, montagem e calibração dos equipamentos, bem como validação da operação.</p>				
1163.06 7/2006- UFS / CV 0106050 700 (FINEP)	Desenvolver o projeto de Consolidação da Pesquisa na UFS V	1.016.3 01,00	<p>O objetivo do projeto é atualizar a rede de comunicação de dados da UFS, visando proporcionar aos pesquisadores, alunos e à administração da Universidade Federal de Sergipe acesso eficiente e confiável à informação, através de uma infraestrutura de comunicação de dados que lhes permita utilizar seus serviços e sistemas, bem como as novas demandas por aplicações multimídia, de forma satisfatória, integrando-os e elevando o desempenho institucional como um todo.</p> <p>O projeto veio a beneficiar a rede comunicação em dois campi (São Cristóvão e Saúde).</p>	<p>Foi solicitada a FAPese a compra de todos os itens previstos para serem comprados com os recursos do convênio. Todos os itens foram comprados. Houve um saldo remanescente e também a necessidade de remanejamentos. Solicitamos a FINEP autorização para utilização do saldo remanescente e dos rendimentos financeiros em outubro de 2010. A FAPese ainda não informou se a FINEP aceitou a solicitação.</p>	<p>No convênio 01.06.0507.00, título do Projeto "Consolidação da Pesquisa na Universidade Federal de Sergipe V" houve prestação de contas parcial e seu encerramento deverá acontecer até a data de 29/08/2011, quando será realizada a prestação de contas final.</p>	Não houve	Vigente
1227.10	Desenvolver	2.713.3	1 - Criar infra es-	Continua em pro-	Sim, houve presta-	O atraso nas obras	

3/2006-UFS / 4600223 866	o Projeto de implantação de infraestrutura do laboratório de caracterização e processamento de petróleo (LCPP) da Universidade Federal de Sergipe	50,16	<p>estrutura para um laboratório voltado à área de caracterização e processamento de petróleo, dentro do Núcleo Regional de Competência em Petróleo, Gás e Biocombustíveis (NUPEG) da UFS;</p> <p>2 - Dar suporte técnico e analítico nas áreas de processamento e caracterização de petróleos, instalando de forma adequada equipamentos e desenvolvendo metodologias de análises para o desenvolvimento de projetos de P&D, prestação de serviços e de consultoria.</p>	<p>cesso de construção o prédio do NUPEG, que abrigará o LCPP. Foram também organizados o mini-curso "Tópicos Especiais em Fundamentos e Caracterização de Emulsões" e o "Workshop sobre Caracterização e Processamento de Petróleo", que reuniram profissionais da área de caracterização e processamento de petróleo, tanto da universidade quanto dos setores produtivos, abrindo possibilidades de interação UFS-Petrobras em relação a projetos de P&D a serem aportados futuramente no LCPP. Foi dada continuidade à cotação de equipamentos nacionais e importados, descritos na planilha orçamentária do projeto, visando solicitação de compra à FAPESSE em tempo compatível com a licitação, compra, término da obra e instalação.</p>	ção de contas parcial	do NUPEG que abrigarão o LCPP e a inexistência de espaço físico que inviabilizam a aquisição e a instalação de equipamentos necessários para a condução de projetos de P&D, e consequentemente, o alcance dos resultados esperados.	
--------------------------	---	-------	---	--	-----------------------	---	--

1228.10 4/2006- UFS / 4600223 863 (Petro- brás)	Desenvolver o projeto de Implantação da infraestrutura do Laboratório de produção, separação, caracterização, processamento e armazenamento de biocombustíveis da UFS (LCPB)	1.973.5 68,95	Criar a infraestrutura do núcleo de produção, separação, caracterização, armazenamento e processamento de biocombustíveis (biodiesel) no Departamento de Engenharia Química da Universidade Federal de Sergipe para desenvolver linhas de pesquisa nas áreas de novas tecnologias	Projetos, licitações e construção do LCPB (1º ao 18º mês)	Foram realizadas duas prestações de contas parciais e está sendo realizada a terceira prestação de contas parcial	Atrasos na construção do prédio estão prejudicando o desempenho do convênio	Vigente
1229.10 5/2006- UFS / 4600223 862 (Petro- brás)	Desenvolver o projeto de Implantação de infraestrutura do Laboratório de Modelagem e Ciências Geológicas (LMCG) do NEREM	5.534.0 38,89	Implantação física (obras e equipamentos) que apoiem o desenvolvimento de pesquisas em Geologia no NUPEG, ou seja, a construção dos laboratórios de: setor de petrologia sedimentar e caracterização de reservatórios em Microescla; setor análise estratigráfica e caracterização e modelagem de reservatórios em macroescala; setor de bioestratigrafia e paleoecologia; setor de Geologia estrutural e de Geofísica aplicada; setor de preparação de amostras e laminação e de galpão para armaze-	A falta de conclusão das obras do prédio impediu a meta principal estabelecida, que foi a implantação dos laboratórios. Todavia, mesmo assim, tendo sido aprovado pelo CTC-NUPEG fora autorizadas compras de alguns equipamentos que permitiram a obtenção de dados para projetos de P&D aprovados pela Petrobrás durante esse período	Informação não recebida	O atraso na obra de construção do prédio do NUPEG constituiu-se, sem dúvida, um impedimento para o bom desenvolvimento desse projeto	Vigente

			namento e descrição de testemunhos; setor de sedimentologia, dinâmica ambiental e análogos modernos; setor de Hidrogeologia e gestão hidroambiental. E, ainda a construção de sala de almoxarifado (equipamento e material de campo) e da sala de projetos (para professores e, outra para estagiários). Nesse contexto foram igualmente previstos equipamentos para serem instalados nos laboratórios.				
1231.106/2006-UFS / CV 4600223 861 (PETROBRAS)	Criar a infraestrutura do Laboratório de Tecnologias e Monitoramento Ambiental - LTMA, para desenvolver linhas de pesquisa nas áreas de novas tecnologias e monitoramento ambiental.	3.271.637,48	*	*	*	*	*
1345.108/2006-UFS	Realizar curso de Licenciatura plena em	630.000,00	Realização de curso de licenciatura plena em pedagogia para 50 (cinquenta) Bene-	Até o momento executamos 09 módulos dos 10 previstos para a execução do	Todo ano é realizada a prestação de contas parcial da parte pedagógi-	Em diferentes momentos há diferentes dificuldades para execução do	Vigente

	Pedagogia a ser oferecido a 50 jovens e adultos beneficiários da Reforma Agrária dos Estados da região Nordeste.		ficiários da Reforma Agrária vinculado a projetos de assentamentos da Região Nordeste.	Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia para Beneficiários da Reforma Agrária do Nordeste. Em relação ao número de alunos, informo que houve um falecimento e 6 desistências. Na atualidade estão frequentando 43 alunos.	ca e à prestação de contas ao INCRA também é realizada anualmente pela FAPESE.	convênio. A principal delas é a não institucionalização do curso. Isso acarreta um tratamento diferenciado, o que é necessário, mas ao mesmo tempo, a sua execução está sempre condicionada às exceções, como é o caso da oferta, espaço de execução das aulas, espaço para realização das refeições (pois eles recebem almoço pelo convênio e fazem as refeições na sala de aula). Também não há nenhuma assessoria de bolsista ou funcionário da UFS à coordenação desse curso no tempo em que eles estão em aula.	
1220.020/2007-UFS / 4600223868 (Petróleo)	Desenvolver o projeto de Estudo de Utilização de Biossurfactante na extração de petróleo oriundo de campos maduros	753.166,82	<input type="checkbox"/> Definir condições operacionais para a obtenção de biossurfactantes. <input type="checkbox"/> Selecionar o tipo de microorganismo a ser utilizado no processo de obtenção do biossurfactante. <input type="checkbox"/> Realizar planeja-	<input type="checkbox"/> Caracterização e seleção de biossurfactantes com potencial de aplicação em processos de recuperação melhorada de petróleo. <input type="checkbox"/> Otimização do processo de produção do biossurfac-	O projeto continua em andamento, logo ainda não foi realizada a prestação de conta final e as parciais são realizadas pela FAPESE quando da solicitação de liberação de parcelas, conforme cronograma de de-	As dificuldades encontradas foram a demora no remanejamento solicitado resultando em atraso na aquisição e instalação de equipamentos importados, o qual estavam previsto para serem adquiridos logo no iní-	Vigente

		<p>mento experimental visando encontrar as condições operacionais ótimas para o processo de obtenção do biossurfactante.</p> <p>3</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Estudar a cinética de produção do biossurfactante para os diferentes microorganismos. <input type="checkbox"/> Avaliar qual o processo de separação é economicamente viável para a recuperação, concentração e purificação do biossurfactante. <input type="checkbox"/> Caracterizar o biossurfactante quanto a: estrutura química, solubilidade, estabilidade térmica e química. <input type="checkbox"/> Determinar o grau de toxidez do resíduo resultante do processo de obtenção do biossurfactante em relação ao meio ambiente e ao homem. <input type="checkbox"/> Avaliar, em escala de laboratório, a ação emulsificante do biossurfactante em amostras de petróleo 	<p>tante selecionado, com foco no barateamento do produto final gerado.</p> <p>Como resultados indiretos esperase:</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Implantar infraestrutura básica necessária à modernização e capacitação de profissionais na área de recuperação avançada de petróleo. <input type="checkbox"/> Mostrar a viabilidade técnica e econômica da utilização de biossurfactantes na exploração de petróleo de campos maduros, através da minimização dos impactos ambientais por utilizar um produto biodegradável <input type="checkbox"/> Divulgar os resultados obtidos de modo a difundir a técnica de recuperação avançada por biossurfactante desenvolvido neste projeto em congressos científicos nacionais e inter- 	<p>sempre previsto no projeto, entretanto, também não foi obedecido pela PETROBRAS.</p>	<p>cio do projeto.</p>	
--	--	---	---	---	------------------------	--

			<p>de campo maduro oriundo da região de Carmópolis / Sergipe / Brasil.</p> <p><input type="checkbox"/> Comparar o perfil de escoamento do petróleo em amostras de rocha com e sem a injeção do biossurfactante.</p>	<p>nacionais e/ou através de patentes.</p> <p><input type="checkbox"/> Minimizar os impactos ambientais, através da utilização de biossurfactantes na recuperação avançada de petróleo de campos maduros, contribuindo para o desenvolvimento do Setor de Petróleo e conseqüentemente da Região e do País.</p> <p><input type="checkbox"/> Consolidar a infraestrutura do DEQ/UFS para o curso de mestrado com início previsto para 2007.</p> <p><input type="checkbox"/> Ampliar os projetos de pesquisa científica e tecnológica na área de recuperação avançada de petróleo de campos maduros, através do incremento no volume e na qualidade da produção científica e tecnológica do Grupo de Pesquisa em Biotecnologia e</p>			
--	--	--	---	---	--	--	--

				<p>Meio Ambiente (GPBIOMA).</p> <p><input type="checkbox"/> Promover a interação entre os membros da equipe e as empresas que atuam no Setor de Petróleo, criando condições para a formação de equipes de pesquisadores para desenvolver projetos em conjunto.</p> <p><input type="checkbox"/> Contribuir para a melhoria e/ou aperfeiçoamento tecnológico das atividades envolvendo petróleo, em busca de soluções para o aumento da produção dos campos maduros através da utilização de biossurfactantes.</p> <p><input type="checkbox"/> Com o desenvolvimento de um processo visando utilizar biossurfactantes na extração de petróleo de poços de campos maduros, espera-se em longo prazo:</p> <p><input type="checkbox"/> Dominar a tecnologia da produção,</p>		
--	--	--	--	---	--	--

				<p>recuperação, concentração, purificação e aplicação de biosurfactantes pelos diversos setores industriais.</p> <p><input type="checkbox"/> Proporcionar inovações tecnológicas, através da incorporação da técnica de utilização de biosurfactantes para recuperação avançada de petróleo de campos maduros.</p> <p><input type="checkbox"/> Integrar com outros centros de pesquisa e empresas a fim de consolidar um programa de recuperação avançada de petróleo de campos maduros, contribuindo para o aumento da produção de petróleo e a minimização problemas ambientais no Estado.</p> <p><input type="checkbox"/> Contribuir para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias apropriadas e dotadas de maior ecoeficiência ao</p>		
--	--	--	--	---	--	--

				Setor de Petróleo;			
1223.02 3/2007- UFS / 4600229 220- PETROBR AS	Desenvolver o projeto de Automação e Controle de Processos Petrolíferos	1.574.7 02,72	Criação de linhas de pesquisa em automa- ção e controle na produção de petróleo e gás; • Desenvolvimento de sistemas ou métodos de automação e con- trole nas áreas de elevação, escoamen- to, medição de vazão e processamento pri- mário relacionados com testes práticos. b) Além do atendi- mento a estes obje- tivos, os seguintes resultados são per- seguidos ao longo do desenvolvimento des- te projeto: • Produção de traba- lhos de pesquisa em cooperação com a UFRN sobre temas em torno da automação e controle dos proces- sos empregados pela PETROBRAS na produ- ção de petróleo; • Consolidação de laboratório de pes- quisa e desenvolvi- mento em automação e controle a fim de atender a demandas da PETROBRAS/UFS nesta área; • Estreitamento das relações entre a PE- TROBRAS e a UFS e	a) A equipe execu- tora do projeto tem se qualificado progressivamente visando ao comple- to cumprimento dos objetivos do pro- jeto. b) As pesquisas executadas no âm- bito desse projeto têm sido importan- tes na melhoria dos sistemas de automação, instru- mentação e contro- le das plantas- piloto instaladas no NuEx. c) O projeto tem contribuído para a consolidação da linha de pesquisa em automação e do LACS a fim de atender a demandas da PETROBRAS/UFS nesta área. Inclu- sive, diversos trabalhos foram publicados em de- corrência dessa consolidação. d) O projeto tem fomentado o pro- cesso de aproxima- ção e interação de pesquisadores do DEL/UFS com o pes- soal do CENPES, da UN-SEAL e da UFRN.	Após dois adita- mentos de prazo, o prazo atual de conclusão do refe- rido projeto é 11 de janeiro de 2011. No entanto, já ocorreram várias prestações de con- tas intermediá- rias, tendo, todas elas, sido aprovadas pelo CEN- PES/PETROBRAS.	a) O cronograma sofreu um certo atraso inicial devido ao fato de que entre a assi- natura do convênio e a liberação da primeira parcela dos recursos se passaram aproxima- damente dois meses e meio. b) Devido ao fato de que se tratava da primeira vez que o DEL/UFS ti- nha um projeto em cooperação com a PETROBRAS e também por conta da inex- periência com o novo modelo dos Núcleos de Compe- tência Regionais, foram necessários quatro pedidos de remanejamento fi- nanceiro. c) Embora todos pedidos de remane- jamento tenham sido aceitos pela PETROBRAS, o tempo de resposta às solicitações foi demasiadamente longo. d) Ocorreu uma demora excessiva para a realização da reforma neces-	Vigente

			<p>fortalecimento de linhas de pesquisa em torno dos processos envolvidos na produção de petróleo;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Consolidação de mão-de-obra qualificada para o controle dos processos envolvidos na produção de petróleo, em particular utilizando a ferramenta computacional LabVIEW, além de outros ferramentais empregados pela PETROBRAS. 	<p>e) Um novo projeto de P&D intitulado "Suporte Experimental e Soluções em Automação e Monitoramento Térmico de Plantas de Processos Petrolíferos", foi aprovado, e teve seu início no dia 14 de janeiro do corrente.</p>		<p>sária para implantar a versão preliminar do Laboratório de Automação e Controle - LACS nas dependências do DEL/UFS, enquanto a estrutura do NUPEG-SE, também extremamente atrasada, não está disponível, isso prejudicou o andamento do projeto. Entretanto, os trabalhos foram realizados em locais alternativos, como outros laboratórios do DEL/UFS e também no Núcleo Experimental Eng. Baruzzi, pertencente ao CENPES/PETROBRAS, e localizado no TECARMO, em Aracaju-SE. Finalmente, há poucos meses, a versão preliminar do Laboratório de Automação e Controle ficou pronta, estando em fase final de implantação.</p>	
1224.024/2007-UFS / 4600223858 (Petro-	Desenvolver o projeto de implementação da infraestrutura do laborató-	3.931.764,80	Criar a infraestrutura do Laboratório de Automação, Controle e Simulação - LACS para desenvolver linhas de pes-	1 Finalização da versão preliminar do LACS no DEL Departamento de Engenharia Elétrica da UFS, por	4. Houve uma única prestação de contas, na gestão do coordenador anterior Prof. Leocarlos Bezerra da	3. O fato principal que prejudicou todos os convênios atrelados ao NUPEG foi a não conclusão do prédio.	Vigente

brás)	rio de Auto- mação con- trole e si- mulação com- putacional (LACS)		quisa nas áreas de automação e controle e na modelagem mate- mática e simulação computacional dos processos envolvidos na produção de pe- tróleo e gás.	conta da UFS. 2 Aquisição de itens relevantes como: CLP's (Con- troladores Lógico Programáveis) de grande porte da Allen Bradley; Computadores de alto desempenho; Prototipadora LPKF; Controlador programável NF RIO 90; Plataformas para protótipos eletrônicos NI ELVIS, Sistema Robotico Movel 3AT e Sistemas Roboti- co Movel 3 DX. 3 Foram adquiridos itens adicionais como componentes eletrônicos, fer- ramentas, ar con- dicionado para salas dos profes- sores e mobília para os coordena- dores de projetos de P&D.	Silva, a qual é anexada a este documento.		
1225.02 5/2007- UFS / 4600223 864 (Petro- brás)	Projeto im- plantação do laboratório de tecnolo- gia de ci- mentação de poços - LTCP do departa- mento de Física	4.093.9 90,87	*	*	*	*	

1226.02 6/2007- UFS / 4600223 865 (Petro- brás)	Desenvolver o projeto de Implantação da infraes- trutura do Laboratório de corrosão e proprieda- des mecâni- cas (LCPM) da UFS	5.401.2 10,26	*	*	*	*	
1292.08 7/2007- UFS / 0107034 500 (FINEP e PE- TRO- BRAS)	Realizar o projeto de Desenvolvi- mento de um processo de abatimento de sulfeto da água pro- duzida na exploração de petróleo	471.336 ,00	O principal objetivo da proposta é desenvolver um processo tecnológico para remoção de sulfeto da água produzida na produção de petróleo visando condicioná-la para reinjeção em poços de petróleo. A minimização dos impactos ambientais decorrentes da eliminação do descarte de água produzida em corpos de água superficiais e da redução do consumo de água doce para injeção em áreas de recuperação secundária de petróleo são também objetivos implícitos na presente proposta. O desenvolvimento desse processo tem ainda como objetivos suprir uma demanda urgente da indústria	Desenvolvimento de um sistema filtrante para o pré-tratamento da água produzida; Teste de 3 alternativas de tratamento físico-químico da água produzida para redução do seu teor de sulfeto; Desenvolvimento de um reator químico para o processo de remoção de sulfeto da água produzida; Publicação de trabalhos completos em periódicos indexados; Participação em eventos;	Não foi feita nenhuma prestação de contas até o momento. Estamos aguardando a posição da FINEP sobre o pedido de prorrogação de prazo do projeto.	1. O aporte financeiro da PETROBRAS só foi realizado em 16/09/2010 (vide cópia de correio notificando o evento financeiro em anexo). Como este recurso será utilizado para construção de reatores e complemento de instalações, incluindo sistema de exaustão para o trabalho com ozônio na etapa final do projeto, para posterior execução das atividades pendentes, concluímos que o tempo restante seria insuficiente para tais tarefas. 2. O imbróglgio associado ao gerador de ozônio (já notificado à FINEP), equipamento	Vigente

			de petróleo, em escala quase global, associada aos denominados "campos maduros".			este que será usado na oxidação do sulfeto presente no efluente que estamos estudando, ainda persiste. O único distribuidor do componente danificado nos enviou proposta para reposição da célula geradora, porém, no ato do pagamento do mesmo, a nossa Fundação constatou que a empresa possui pendências que impossibilitam o pagamento. A solução desse impasse ainda continua pendente. O coordenador do projeto buscará uma solução alternativa, provavelmente pagando do próprio bolso - única saída até o momento, diante da dimensão do impasse.	
1305.100/2007-UFS / 0107037800 (FINEP)	Desenvolver o projeto de consolidação da pesquisa na Universidade Federal de Sergipe VI	619.841,00	O objetivo do projeto é consolidar e ampliar a produção científica-tecnológica ligada a grupos de pesquisa que participam de programas de pós-graduação aprovados pela CAPES e progra-	Foi solicitada a FINEP a mudança de rubrica de obras para equipamentos e a FINEP aceitou. Diante disto foi solicitado prorrogação de prazo do convênio para efetuar a compra des-	No convênio 01.07.0378.00, título do projeto "Consolidação da pesquisa na Universidade Federal de Sergipe VI" houve uma prestação de contas parcial em outubro de	O valor originalmente previsto para obra não foi suficiente. Diante disto foi solicitada a mudança na rubrica obras para equipamentos. Solicitação esta atendida pela FI-	Vigente

			<p>mas submetidos á CAPES para aprovação. As metas prevêm a expansão do pólo de novos materiais do Departamento de Física e do Programa de Pós Graduação em Física e aquisição de equipamentos para o programa de Pós-Graduação em Biotecnologia, Farmácia e Ciências e Tecnologia de Alimentos.</p>	<p>tes equipamentos, solicitação está também atendida pela FINEP. Foi solicitada a FAPESSE a compra de todos os itens previstos para serem comprados com a primeira parcela dos recursos. Alguns dos itens ainda estão em processo de compra. Solicitamos a FINEP a liberação da segunda parcela em outubro de 2010. A FINEP aceitou a prestação de contas parcial e já sinalizou a liberação da segunda parcela, embora a FAPESSE ainda não tenha informado da liberação realmente desta segunda parcela.</p>	<p>2010 ao passo que solicitamos a liberação da segunda parcela. O encerramento do convênio está previsto para a data de 08/10/2011, momento em que deverá ser realizada a prestação de contas final.</p>	<p>NEP. A dificuldade encontrada diz respeito a demora na tramitação das solicitações.</p>	
1315.11 0/2007- UFS / 4600242 399 (Petro- brás)	Desenvolver o Projeto Caracterização Multiescalar de reservatórios com foco na qualidade de reservatório, na região do alto	1.244.1 68,07	*	*	*	*	Vigente

	de Aracaju, Bacia Sergipe-Alagoas - CAMURES.						
1440.12 1/2007- UFS / 0056210 983 (Petro- brás)	Desenvolver modelo geológico evolutivo para os riftes marinhos do jurássico da Bacia Lusitânia.	2.722.767,40	*	*	*	*	Vigente
1336.01 5/2008- UFS	Desenvolver o projeto de Caracterização de incrustações e processos corrosivos em tubulações de poços petróleo de Sergipe	593.244,48	Caracterizar os componentes de incrustações e processos de corrosão presentes na superfície interna de tubos de aço empregados para o escoamento de petróleo em poços de Sergipe.	1 - Caracterização de amostras de água produzida dos poços de petróleo da Estação de Siririzinho; 2 - Mapeamento da estação terrestre de Siririzinho (SZ); 3 - Caracterização de água produzida por meio de simulação em laboratório; 4 - Análise e caracterização de amostras de incrustação por meio de difração de raios, Espectroscopia no infravermelho com Transformada de Fourier e por meio de análises térmicas; 5 - Montagem de um sistema para simulação de processos	A prestação de contas foi feita e encaminhada por meio da FAPESE	Não existiram fatos que prejudicaram o andamento do convênio	Vigente

				ilustrativos em laboratório.			
1346.024/2008-UFS / 4600270372 (Petrobrás)	Desenvolvimento do projeto de P&D intitulado Desenvolvimento de Nanocompósitos com Propriedades Biocidas para Prevenção da Corrosão Bacteriana.	1.708.971,20	*	*	*	*	Vigente
1357.034/2008-UFS / 0108020500 (FINEP)	Desenvolver o projeto de Implantação de estrutura para pesquisa dos Campi de Itabaiana, Laranjeiras e da Saúde	434.196,00	Os recursos provenientes da CHAMADA PÚBLICA MCT/FINEP/Ação Transversal - CAMPIS REGIONAIS - 03/2007, da ordem de R\$ 426.189,00 (quatrocentos e vinte e seis mil e cento e oitenta e nove reais), para o desenvolvimento do projeto intitulado "Implantação de estrutura para pesquisados Campi de Itabaiana, Laranjeiras e da Saúde", foi aprovado com recursos para os subprojetos do Campus de Itabaiana, com parcela do recurso da ordem de R\$	Os recursos do subprojeto do Campus de Itabaiana foram remanejados e destinados integralmente a rubrica de obras e instalações para a construção do NIPEC, cujo prédio principal teve sua construção finalizada em maio de 2010, faltando concluir uma segunda etapa com os recursos disponíveis, o que se encontra em fase de projeto para licitação. O sistema de rede de dados e	A FAPESSE não realizou nenhuma prestação de contas parcial deste projeto. Atualmente a FINEP concedeu novo prazo para finalização do convênio, fixando para 09/06/2011.	Os principais fatos que prejudicaram o andamento do subprojeto do Campus de Itabaiana foram: (a) o atraso da conclusão da obra do prédio principal do NIPEC, que finalizou em maio de 2010; (b) o atraso da conclusão do projeto de climatização; e, (c) a inexperiência do jovem grupo de professores do Campus Prof. Alberto Carvalho em processos licitatórios e trâmites	

		<p>246.908,00 (duzentos e quarenta e seis mil e novecentos e oito reais), e para o Campus de Laranjeiras, com parcela do recurso da ordem de R\$ 179.281,00 (cento e setenta e nove mil e duzentos e oitenta e um reais). O subprojeto do Campus de Itabaiana apresentou como proposta dar continuidade ao processo de implementação de infraestrutura de pesquisa no Campus inaugurado em agosto de 2006 pela Universidade Federal de Sergipe, em Itabaiana, região do Agreste do Estado. Constitui-se como uma etapa de desenvolvimento rumo à consolidação de uma prática de pesquisa associada à qualificação de recursos humanos em nível de pesquisa e pós-graduação. Objetivase a implementação de um núcleo de pesquisa e pós-graduação (NIPEC) que promova e potencialize, por um lado, a cooperação e a</p>	<p>climatização dos laboratórios e os equipamentos foram remanejados para os recursos do CTINFRA NOVOS CAMPI (Convênio nº 1193.094/2006-UFS); estando concluído o sistema de rede e a aquisição da maioria dos equipamentos; faltando concluir a licitação do sistema de climatização.</p>		<p>legais via fundação FAPESSE, impossibilitaram a maior agilidade nos prazos de remanejamentos e licitações.</p>	
--	--	---	--	--	---	--

		<p>integração dos 10 Núcleos (futuros Departamentos) que compõem o Campus, a saber: Administração, Biologia, Ciências Contábeis, Educação, Física, Geografia, Letras, Matemática, Química e Sistemas de Informação; por outro, que promova e potencialize o contato e a troca de saberes da Universidade com todos os setores das comunidades que compõem a região administrativa de Itabaiana. O Núcleo de Pesquisa e Pós-Graduação funcionará em espaço próprio de 276 m² construído para esse fim exclusivo, composto por salas equipadas e adequadas à produção e à divulgação de pesquisas voltadas principalmente para o conhecimento da região. Outras salas fomentarão o funcionamento de cursos de pós-graduação lato e stricto sensu, mediante os quais se espera contribuir para o aperfeiçoamento</p>				
--	--	--	--	--	--	--

			<p>das qualificações dos profissionais graduados residentes no interior do Estado, e assim intervir ativamente no processo de desenvolvimento social e econômico dessas comunidades interioranas, incentivando formas conscientizadas e críticas de atuação orientadas para o bem de toda a sociedade. O subprojeto do Campus de Laranjeiras objetiva a implantação do CTPR no segundo pavimento da biblioteca, que será reformado para abrigar os laboratórios de Análise Química, Moldagem e amostras de corpo de prova, Instrumental, Sala de Videoconferência, Coordenação e Sala Operacional.</p>				
1384.05 9/2008- UFS / 4600278 270 (Petrobrás)	Participação da Petrobrás para Implantar infraestrutura laboratorial nas instalações da Universidade Federal de Sergipe,	9.515.7 54,22	Esse convênio tem como objetivo viabilizar a execução de uma infraestrutura integrada de laboratórios nas UFS, em uma única edificação, voltadas às atividades diversificadas da área de petróleo, gás e	Os recursos provenientes desse convênio foram disponibilizados a partir do mês de agosto de 2008 e têm sido utilizados para a melhoria de acesso e das vias de circulação interna da	Tendo em vista as características do plano de trabalho, o aporte financeiro para o presente Convênio deverá ser feito em três parcelas. A primeira parcela foi repassada quando da assinatura do	O desempenho do convênio foi prejudicado em função do atraso das obras de infraestrutura física do NUPEG-SE. Decorrente da Licitação Nº02/2008, a FAPSE contratou a empresa RENOVAR	Vigente

	visando a sua capacitação, para realização de testes, pesquisas e estudos em projetos de interesse da Petrobrás		energia.	UFS e da construção da edificação principal do NUPEG-SE que abrigará sete laboratórios, com área de 9.208m ² , um prédio destinado a conter o microscópio eletrônico, com 172m ² e um galpão para recebimento, preparação e tratamento de testemunhos, com 400m ² , desse modo os resultados alcançados dizem respeito à melhoria do sistema viário, o qual já foi concluído e à continuidade da construção das edificações do NUPEG que estão em andamento, conforme previsto no Convênio.	mesmo. A segunda parcela foi repassada quando da prestação parcial de contas da primeira parcela. O convênio prevê a elaboração de relatórios trimestrais que são repassados para a PETROBRAS. Nesses relatórios são apresentados os desembolsos financeiros referentes ao Convênio, de tal modo que servem para o acompanhamento do convênio por parte da Petrobras e também como instrumento de prestação de contas. No entanto, a prestação de contas final, com todos os comprovantes de execução financeira, ainda serão encaminhados pela FAPese (Instituição Executora) ao final do Convênio, conforme previsto.	para a execução dos serviços, que foram abandonados contendo inúmeras imperfeições/inconsistências entre setembro/outubro de 2009 e daí gerando o Processo Judicial N°201012100552, que na fase atual, realizada a perícia judicial, esperamos contar com a liminar do Juiz para realizarmos a nova Licitação. Assim, fez-se necessário a elaboração de aditivo de prazo do convênio para que as edificações sejam concluídas.	
1421.087/2008-UFS / 4600288079 (Petro-	Desenvolver o projeto de caracterização geológica da plataforma conti-	1.368.394,54	O projeto de pesquisa tem como objetivo a caracterização geológica da plataforma continental norte de Sergipe e sul de	1. Estudos anteriores sobre a plataforma continental A primeira fase do Projeto "Águas	Sim, as prestações de contas parciais vem sendo apresentadas para cada parcela dos recursos recebida, as-	Sim, a maior parte deles gerados pela coordenação atual do Núcleo de Geologia da UFS, mas estes problemas	Vigente

brás)	<p>mental e da influência dos aportes fluviais na região Norte do Estado de Sergipe</p>		<p>Alagoas. O projeto é pautado na avaliação de informações pré-existentes e na coleta de dados em campo entre a foz dos rios São Francisco e Sergipe e na integração das informações, que estão sendo incorporados a um banco de dados ambientais.</p> <p>Objetivos Específicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantar as informações geológicas/geomorfológicas já existentes na literatura científica sobre a plataforma continental do estado de Sergipe e integrá-las em Sistema de Informações Geográficas - SIG e em mapas temáticos. • Realizar mapeamento e levantamento sonográfico, na escala 1:250.000, da região norte de Sergipe • Caracterizar a granulometria e dos sedimentos superficiais da plataforma continental na área compreendida entre o Pontal do Coruripe (Alagoas) e o rio Sergipe. 	<p>Rasas - Geologia" consistiu em um amplo levantamento dos dados, mapas e trabalhos existentes sobre a plataforma continental de Sergipe e Alagoas, incluindo visitas aos principais universidades e centros de pesquisas focados em geologia marinha e oceanografia física. As informações obtidas foram lançadas no banco de dados georeferenciado elaborado pela equipe do UFS/Georioemar.</p> <p>Os resultados de análises de amostras coletadas em diversas campanhas oceanográficas realizadas anteriormente foram lançados na base cartográfica gerada pelo projeto "Águas Rasas - Geologia" e em seguida elaborados novos mapas temáticos sedimentológicos e geoquímicos. Estes mapas estão sendo reinterpretados e se-</p>	<p>sim como os relatórios parciais correspondentes.</p>	<p>foram superados graças às decisões da administração da UFS e aos entendimentos mantidos entre as partes conveniadas e, neste momento, o projeto esta com seu cronograma reajustado, entrando na fase de interpretação dos dados e elaboração do seu relatório final.</p>	
-------	---	--	--	--	---	---	--

		<ul style="list-style-type: none"> • Realizar a caracterização geofísica e sedimentológica da região da desembocadura do rio São Francisco. • Caracterizar a granulometria, carbonatos, teor de matéria orgânica e biodetritos dos testemunhos rasos coletados na área de influência das desembocaduras fluviais e com o objetivo de obter parâmetros de diferenciação entre sedimentos de origem natural continental e marinha e de possíveis fontes antrópicas nos últimos anos. • Fornecer informações geológicas/geomorfológicas (granulometria, teor de carbonatos, teor de matéria orgânica, biodetritos) para os sedimentos coletados em 28 estações de coleta, entre os rios São Francisco e Sergipe, para subsidiar aos projetos de Química e Biologia. • Realizar estudo comparativo com os resultados dos estudos já realizados 	<p>rão comparados com os mapas a serem gerados com os resultados das análises das amostras coletadas no presente projeto.</p> <p>2. Caracterização geológica e mapeamento da plataforma continental A primeira campanha oceanográfica na plataforma continental abrangeu a região entre a foz do rio Sergipe e o Pontal do Coruripe, em Alagoas e teve a duração de 15 dias. O objetivo principal desta campanha foi a coleta de amostras do fundo marinho, em uma área de aproximadamente 4.527 km² e comprimento de 142 km, na qual foi estabelecida uma malha amostral com 454 estações de coleta, distribuídas em 43 transectos espaçados de 2,5 km entre si, entre as isóbatas de 10 e 50 metros (figura 2). Adicionalmente, foram</p>			
--	--	--	--	--	--	--

			<p>pela Petrobras e outras instituições na região plataforma continental de Sergipe e Alagoas</p>	<p>coletadas 50 amostras verticais (testemunhos) nas estações de fundo lamoso com o uso do tubo de PVC com 30 e 50 cm de comprimento.</p> <p>As amostras coletadas foram submetidas a análises sedimentológicas (granulométricas e composicionais) e geoquímicas. As análises granulométricas dos sedimentos grosseiros (cascalhos e areias) foram realizadas por peneiramento mecânico e as das lamas (silte e argila) através do granulômetro a laser. As análises composicionais, além da determinação do percentual de cada componente da amostra (biode-</p>			
--	--	--	---	---	--	--	--

				<p>tritos e a medida dos parâmetros dos cascalhos. As análises geoquímicas consistiram na determinação da natureza dos argilo-minerais, através da difratometria de raios-X, e do teor de carbonatos.</p> <p>As informações geradas serão apresentadas sob a forma de mapas sedimentológicos, batimétricos, geomorfológicos e geoquímicos na escala 1:250.000, de modo a ter integrados, em uma mesma base cartográfica e em um mesmo banco de dados, as informações das áreas submersas. Já foi gerado um novo mapa batimétrico detalhado da plataforma continental, a partir de 70.000 dados das folhas de bordo da DHN/Marinha do Brasil, dados pretéritos da Petrobras e dados do presente projeto, que proporciona-</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>ram uma nova base para a discussão de hipóteses sobre a dinâmica e distribuição sedimentar e evolução das feições do fundo submarino, incluindo canyons, lineamentos de arenito de praia, vales incisos, bancos carbonáticos e alinhamentos de bancos arenosos.</p> <p>Interação rio-mar: sedimentação e impactos ambientais da exploração de petróleo</p> <p>A última fase do projeto "Águas Rasas Geologia" consiste no estudo das interações entre o continente e o mar ao longo das últimas centenas de anos. Estes estudos são importantes para obtenção de um maior conhecimento sobre as influências dos aportes fluviais na sedimentação plataformar e para subsidiar a avaliação dos impactos ambientais das atividades huma-</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>nas.</p> <p>Os estudos desenvolvidos pelo projeto "Águas Rasas Geologia" foram precedidos por um amplo levantamento da bibliografia e dados disponíveis sobre hidrologia fluvial e aportes de sedimentos dos rios, em especial sobre o rio São Francisco e a evolução do seu delta, e seguem duas linhas de abordagem: estudo da evolução da sedimentação terrígena nas zonas plataformais lamosas sob influência direta dos rios São Francisco e Japaratinga e o estudo das mudanças nas posições da desembocadura do delta do rio São Francisco e das relações entre as feições morfológico-estruturais emersas e submersas.</p> <p>Os estudos da evolução da sedimentação nas zonas de sedimentação lamosa associadas à</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>foz dos rios São Francisco e Japaratuba estão sendo desenvolvidos com base nas amostras verticais (testemunhos rasos/curtos) obtidas na 1ª campanha oceanográfica.</p> <p>Estes testemunhos contêm o registro das mudanças ocorridas nas últimas centenas de anos, permitindo o desenvolvimento de estudos sobre a evolução recente da sedimentação na plataforma e a correlação com os aportes fluviais. Auxiliam também no estabelecimento da diferenciação entre variações naturais e mudanças recentes causadas direta ou indiretamente por intervenções antrópicas nas bacias hidrográficas e na área marinha.</p> <p>Os testemunhos foram descritos e fracionados a cada centímetro, resultando em 336 amostras. Estas amostras foram prepa-</p>			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>radas e encaminhadas para realização de análises granulométricas (granulômetro a laser), biodetritos, umidade, densidade, matéria orgânica total, carbono orgânico e nitrogênio total, carbonatos, isótopos (relação C13/N15), argilominerais e datação por Carbono 14 e Chumbo 210. As mudanças na taxa de sedimentação e dos aportes fluviiais serão obtidas a partir da análise dos resultados das datações, composição mineralógica e das relações isotópicas. A interpretação destes dados poderá fornecer parâmetros de diferenciação entre os sedimentos de origem natural continental e marinha. Os estudos sobre as mudanças na posição da desembocadura do rio São Francisco e as relações entre as feições continen-</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				tais e marinhas estão sendo complementados com levantamentos geofísicos, utilizando equipamentos como Perfilador de Subfundo, ADCP, Ecosonda, Sonda Multiparâmetros e GPS geodésico. Com as informações batimétricas e da sísmica rasa (perfilagem de subfundo) será possível a identificação de vales incisos e uma melhor compreensão sobre a natureza das morfoestruturas presentes na plataforma.			
1457.09 4/2008- UFS / 4600286 284 (Petro- brás)	Desenvolver o projeto de Estudo da eficiência de matrizes de catalizadores de FCC no craqueamento de frações pesadas de petróleo	489.886 ,11	Aquisição de catalisadores de FCC com diferentes graus de acessibilidade; Planejamento experimental das reações de craqueamento; Realizar reações na unidade CREC do INCAPE; Realizar reações de craqueamento na unidade BENCHCAT da UFS	Aquisição de catalisadores de FCC com diferentes graus de acessibilidade e planejamento experimental das reações de craqueamento. Além disso reações químicas foram realizadas em nos reatores BENCHCAT e CREC. Artigos científicos se encontram em preparação para submissão e publicação em revistas da área;	Em contato com a FAPESE - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, que é a entidade responsável pela gerência financeira do projeto, fomos informados que ainda não foi feita a prestação de contas parcial deste convênio. Segunda a Fundação a mesma irá providenciar a prestação de contas parcial em tempo hábil com	Até o momento o projeto tem sido desenvolvido de forma satisfatória, sem maiores dificuldades.	Vigente

					respeito à execução do plano de atividades do projeto.		
1476.097/2008-UFS / 4600279057 (Petrobrás)	Desenvolver o projeto de Implantação da infraestrutura para síntese de catalisadores zeolíticos do Laboratório de Catálise do Departamento de Engenharia Química da UFS, visando a capacitação da UFS para realização de pesquisas, testes e estudos.	360.150,00	Implementar a infraestrutura básica voltada a síntese e caracterização de matérias zeolíticas a ser realizada no laboratório de catalise (LABCAT) da Universidade Federal de Sergipe através da adaptação da infraestrutura física e aquisição e instalação de equipamentos de modo a realizar estudos de novas rotas de síntese de zeolitas ZSM-12 de baixo custo.	Até o momento foram adquiridos quase que na totalidade os equipamentos previstos no projeto, tornando bom o nível de eficácia da UFS no desenvolvimento do referido projeto.	Em contato com a FAPESE - Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão de Sergipe, que é a entidade responsável pela gerência financeira do projeto, fomos informados que foi providenciada a prestação de contas parcial, de modo a poder receber a segunda parcela dos recursos pela Petrobras para dar continuidade na execução do projeto.	Até o momento o projeto tem sido desenvolvido de forma satisfatória, sem maiores dificuldades.	Vigente
1461.038/2009-UFS / 0050.0022845.06.4 (Petrobrás)	Desenvolver o projeto "Estudo pela UFS do uso de solo contaminado com óleo e de resíduos da produção de petróleo como material para pavimentação asfáltica"	691.057,00	Analisar a viabilidade técnica do uso de solo contaminado com óleo e de resíduos da produção de petróleo (granalha, escória de cobre e cascalho de perfuração) em camadas de pavimentos asfálticos em laboratório (através de ensaios) e em campo (em trechos experimentais).	O programa experimental idealizado para esta pesquisa contemplou a coleta de amostras de solos e resíduos em campo, a realização de ensaios em laboratório, dimensionamento, execução e monitoramento de trecho experimental. Na etapa laboratorial, foram determinadas as princi-	A FAPESE, responsável pelo gerencialmente financeiro do Convênio, realizou em novembro de 2010 a prestação de contas referente à primeira parcela. Portanto, o desembolso da segunda parcela está prestes a ser efetuado.	Se houvesse menos burocracia na execução das despesas previstas, principalmente no aluguel de veículos para deslocamento até o local da pesquisa, certamente todas as etapas seriam realizadas mais rapidamente.	Vigente

				<p>pais características físicas, químicas e mecânicas dos solos, dos resíduos e das misturas de solo com resíduos. Os ensaios foram realizados simultaneamente no Laboratório de Geotecnia da COPPE/UFRJ e no Laboratório de Geotecnia e Pavimentação da Universidade Federal de Sergipe - GEOPAV -, ficando o primeiro responsável pelas atividades laboratoriais, simulações e dimensionamento das camadas do pavimento. O Fluxograma apresentado na Figura 1 mostra um resumo das principais etapas concluídas nesta pesquisa. As Figuras 2, 3, 4, 5 e 6 mostram detalhes dos resíduos e dos solos utilizados.</p>			
1480.055/2009-UFS / 0104400988 (Petro-	Desenvolver o projeto de Gestão Executiva do núcleo regional de com-	222.395,76	Esse convênio tem como objetivo viabilizar a execução da gestão executiva do Núcleo Regional de Competência em Tec-	Os recursos provenientes desse convênio foram disponibilizados a partir do mês de julho de 2009 e têm	Tendo em vista as características do plano de trabalho, o aporte financeiro para o presente Convênio foi rea-	Até a presente data não existiram quaisquer fatos que prejudicassem o desempenho do convênio. No en-	Vigente

brás) / Conv.Es p. 10 ao TC 0050.00 23459.0 6.4 (Petrobras)	petência em tecnologia do petróleo, gás e biocombustível		nologia de Petróleo, Gás e Biocombustível (NUPEG-SE), que está no âmbito do Programa de Criação de infraestrutura, formação e capacitação de Recursos Humanos, desenvolvimento de projetos e execução de serviços tecnológicos.	sido utilizados para a manutenção da estrutura técnico-administrativa do NUPEG-SE, desse modo os resultados alcançados dizem respeito ao pleno funcionamento do Núcleo, atendendo às despesas operacionais, de transporte e pagamento de pessoal, conforme previsto no Convênio.	lizado em parcela única, repassada quando da assinatura do mesmo. O convênio prevê a elaboração de relatórios quadrimestrais que são repassados para a PETROBRAS. Nesses relatórios são apresentados os desembolsos financeiros referentes ao Convênio, de tal modo que servem para o acompanhamento do convênio por parte da Petrobras e também como instrumento de prestação de contas. No entanto, a prestação de contas final, com todos os comprovantes de execução financeira, ainda será encaminhada pela FAPESE (Instituição Executora) ao final do Convênio, conforme previsto.	tanto, em função do atraso das obras de infraestrutura física do NUPEG-SE, faz-se necessário o remanejamento dos recursos destinados ao convênio, o que garantiria a manutenção do Núcleo até o final do Convênio.	
1484.05 9/2009-UFS / 2600.00 50607.0 9.4 (Petrobras)	Desenvolver a execução dos projetos de pesquisa e desenvolvimento social junto a comunidade	546.724,44	a) Debater e fazer aprovar o estatuto do Conselho Gestor do PEAC; b) Assessorar e assegurar as condições para o processo de eleição da direção	Podemos falar que os resultados esperados e projetados no Plano de Trabalho que é usado como instrumento na execução do convênio entre	Foi realizada prestação de contas final referente ao período de 01/02/2009 a 11/05/2010	Não informado	Encerrado

	<p>abrangidas pelo programa de educação ambiental com comunidades costeiras - PEAC</p>		<p>do Conselho Gestor do PEAC;</p> <p>c) Formar novos pesquisadores em iniciação científica;</p> <p>d) Desenvolver uma iniciativa embrionária de comunicação social do PEAC através da estratégia de Edu - comunicação;</p> <p>e) Contribuir para a "mobilização e envolvimento dos pescadores e pescadoras na construção de um processo de gestão pesqueira a ser desenvolvido pelo IBAMA/SE e SEAP", conforme explicitado no PMPDP;</p> <p>f) Assessorar a direção eleita do Conselho Gestor do PEAC no planejamento das atividades com vistas a assegurar o cumprimento das prioridades definidas pelas comunidades;</p> <p>g) Produzir conhecimentos acerca da realidade sócio-econômica e cultural das comunidades, dialogando com a extensão pesqueira e os dados já acumulados no PEAC.</p>	<p>UFS/FAPESE e PETROBRAS foram alcançados. Num plano mais geral pode-se dizer que um dos principais objetivos alcançados foi o retorno da credibilidade do Programa de Educação Ambiental da Petrobras junto às comunidades e seus sujeitos políticos. Em segundo lugar, mas em íntima relação com o afirmado há pouco, a equipe também avalia positivamente a sua intervenção no eixo "político-organizativo". Foi alcançado, ainda que também de forma parcial, o objetivo de fortalecer a organização coletiva dos "sujeitos políticos", instigando-os a desencadear processos de discussão local. Há ainda a avaliar os resultados obtidos pelo Projeto na ótica das diferentes instituições envolvidas com o Programa.</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>Evidente que para a PETROBRAS, que vinha enfrentando diversos problemas com a operacionalização insatisfatória do PEAC, a incorporação da UFS como instituição executora representou um ponto de inflexão. Foi possível, por meio da capacidade técnica e política dos quadros da UFS, transferir parte da credibilidade dessa instituição para o Programa, fato de domínio público, especialmente transparente durante o II Encontro do PEAC. Essa avaliação certamente está na base do estabelecimento de um novo convênio entre as partes.</p> <p>No tocante à CGPEG/IBAMA, salienta-se que uma visão unilateral observada a princípio, que chegava a uma identificação preocupante entre os papéis do setor produtivo e</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>os do órgão fiscalizador estatal, sofreu também uma inflexão. Hoje, percebe-se que, paulatinamente, esta vem sendo substituída por uma apreensão mais clara da importância da regulação pública e do sentido da fiscalização no âmbito do licenciamento ambiental.</p> <p>Na ótica da UFS, assumir o Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Social trouxe inegáveis contribuições. Na condição de um projeto de extensão, possibilitou um processo de investimento na formação de profissionais que certamente impactará na disponibilidade de novos "quadros" envolvidos com o debate da "questão ambiental". Estando esse segmento do mercado de trabalho em expansão e se constituindo, ineliminavelmente, de forma interdis-</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				<p>ciplinar, indica fecundas perspectivas para os estudantes de graduação - não apenas de Serviço Social-envolvidos.</p> <p>Além de se caracterizar como projeto de extensão, a dinâmica da pesquisa a ele associada é outra dimensão evidente enquanto contribuição para a Universidade, dada a sua natureza. Não são poucos os desafios quanto à produção de conhecimento, colocados pelo contato com as comunidades, à equipe do projeto. Nessa direção, abrem-se perspectivas diversas para o redimensionamento das linhas de pesquisa do Departamento de Serviço Social, com impactos em curto prazo (por exemplo, na elaboração de monografias e relatórios de estágio) e em médio/longo prazo (por exemplo, na projeção de uma</p>		
--	--	--	--	---	--	--

				<p>perspectiva de pós-graduação ainda em gestação). Nesse andamento, é pertinente afirmar que este projeto trouxe para o interior do Departamento de Serviço Social da UFS a possibilidade de intervir, numa direção teórica determinada, nos rumos do debate acerca da Educação Ambiental. A referência aqui é feita, explicitamente, à perspectiva crítica no interior da qual a educação ambiental é pensada estrategicamente em articulação com as determinações socioeconômicas das populações atingidas pela chamada "questão ambiental". Isso sem falar que a produção de conhecimentos acerca da realidade das comunidades pesqueiras no estado de Sergipe também possui importância para os próprios sujeitos que as consti-</p>		
--	--	--	--	---	--	--

				tuem, na medida em que pode representar maior visibilidade social para suas necessidades, com chances de interferir na formulação e gestão de políticas públicas que as atendam de modo mais eficiente.			
1500.07 4/2009- UFS / 2600.00 52299.0 9.4 (Petro- brás)	Desenvolver o Programa de Monitoramento Participativo do Desembarque Pesqueiro - PMPDP	1.179.6 17,39	*	*	*	*	Vigente
1521.09 5/2009- UFS / 0050.00 50002.0 9.9 (Petro- brás)	Desenvolver o projeto de Desenvolvimento de Aditivo Polimérico para escoamento de óleo pesado	360.000 ,00	Sintetizar e caracterizar polímeros anfifílicos e avaliar a viabilidade técnico-econômica da sua aplicação no escoamento de óleos pesados.	Estudo Realizado: Modificação de celulose por meio de reação de substituição do grupo hidroxila por agente modificante em presença de um líquido iônico utilizando: anidrido maleico; acrilamida e anidrido succínico. Em seguida, foram realizadas as seguintes análises: a) Determinação do grau de substituição; b) Caracterizações via espectroscopia de ab-	No momento, não se aplica aos supracitados projetos.	Sim. a) A impossibilidade da FAPESE pagar bolsa de participação de aluno em desenvolvimento de pesquisa P&D dificulta a inserção destes na pesquisa com a ajuda de uma bolsa de pesquisa. b) Também é muito difícil desenvolver projeto de pesquisa experimental adquirindo reagentes através de pregões. Pois a necessidade de reagentes em um projeto de desen-	Vigente

			<p>sorção na região do infravermelho;</p> <p>c) difração de raios-X;</p> <p>d) calorimetria exploratória diferencial;</p> <p>e) Análise de Porosidade por B.E.T.</p> <p>Estudos em andamento</p> <p>Estudo do comportamento reológico de emulsão água/óleo aditivado com celulose modificada com anidrido succínico;</p> <p>Estudo da viscosidade da celulose modificada hidrossolubilizada.</p> <p>Determinação da massa molecular da celulose modificado.</p> <p>Comparar a ação da celulose modificada no comportamento do escoamento de óleos pesados com aditivos comerciais convencionais utilizados na indústria de petróleo para o mesmo fim.</p> <p>Estudo Realizado: Modificação de celulose por meio</p>		<p>volvimento de produto se dá de forma variada, em pequenas quantidades, testando fornecedores, pois envolve definidas propriedades, tais como, pureza, consistência, densidade, estabilidade, entre outras, de difícil controle em uma compra através de pregão.</p> <p>c) A demora na finalização de um compra, o que torna impossível o andamento do desenvolvimento do projeto dentro do cronograma previsto.</p>	
--	--	--	---	--	--	--

				<p>de reação de substituição do grupo hidroxila por agente modificante em presença de um líquido iônico utilizando: anidrido maleico; acrilamida e anidrido succínico. Em seguida, foram realizadas as seguintes análises:</p> <ul style="list-style-type: none">a) Determinação do grau de substituição;b) Caracterizações via espectroscopia de absorção na região do infravermelho;c) difração de raios-X;d) calorimetria exploratória diferencial;e) Análise de Porosidade por B.E.T. <p>Estudos em andamento:</p> <p>Estudo do comportamento reológico de emulsão água/óleo aditivado com celulose modificada com anidrido succínico;</p> <p>Estudo da viscosidade da celulose modificada hidros-</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				solubilizada. Determinação da massa molecular da celulose modificada. Comparar a ação da celulose modificada no comportamento de escoamento de óleos pesados com aditivos comerciais convencionais utilizados na indústria de petróleo para o mesmo fim.			
1530.104/2009- UFS / 0050.0049797.09.9 (Petrobrás)	Desenvolver o projeto de Estudo da Eficiência de Poli (Hidrox-alquil-acrilamidas) na inibição de precipitação e deposição de orgânicos na extração de petróleo no cenário dos campos do pré-sal.	609.577,89	Sintetizar poli(hidrox-alquil-acrilamidas) e avaliar a sua eficiência na precipitação e deposição de substâncias orgânicas durante o escoamento de petróleo em poços no cenário do pré-sal.	Estudos realizados Levantamento do estado da arte sobre: <ul style="list-style-type: none"> • Simulação estoquástica - gerar unidades macromoleculares possíveis a partir das moléculas reacionais; • Simulação através do método de Monte Carlo e de dinâmica molecular para definir a melhor configuração e tempo reacional para obter as propriedades desejadas; Mecanismo de reação <ul style="list-style-type: none"> Ø Desalogenação Ø Substituição Nucléofílica Ø Polimerização 	No momento, não se aplica aos supracitados projetos.	Sim. a) A impossibilidade da FAPESSE pagar bolsa de participação de aluno em desenvolvimento de pesquisa P&D dificulta a inserção destes na pesquisa com a ajuda de uma bolsa de pesquisa. b) Também é muito difícil desenvolver projeto de pesquisa experimental adquirindo reagentes através de pregões. Pois a necessidade de reagentes em um projeto de desenvolvimento de produto se dá de forma variada, em pequenas quantidades, testando for-	Vigente

				<p>Radicalar em solução</p> <p>Processo de polimerização (obtenção do copolímero)</p> <p>Ø Polimerização Miscelar</p> <ul style="list-style-type: none"> • Formação de compostos com estrutura definida (bloco); • Uso de água como meio reacional (maior rendimento frente a outros solventes); <p>Métodos de caracterização</p> <p>Ø Determinação de peso molecular</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viscosimetria <p>Ø Caracterizações</p> <ul style="list-style-type: none"> • Espectroscopia de absorção na região do infravermelho; (FTIR) • Calorimetria exploratória diferencial; (DSC) • Análise de Porosidade/Área Superficial (B.E.T). • Avaliação da ação do polímero na propriedade de interesse. <p>Contatos com pesquisadores que desenvolvem estudos na área de síntese</p> <p>Prof. Dr^a. Elisa-</p>		<p>necedores, pois envolve definidas propriedades, tais como, pureza, consistência, densidade, estabilidade, entre outras, de difícil controle em uma compra através de pregão.</p> <p>c) A demora na finalização de um compra, o que torna impossível o andamento do desenvolvimento do projeto dentro do cronograma previsto.</p>	
--	--	--	--	--	--	---	--

				bete Lucas /UFRJ. Realização em agosto de 2010 do curso sobre sínteses de Polímero com duração de 30 horas.			
1557.13 1/2009- UFS / 0109056 100 (FINEP)	Desenvolver o projeto de Consolidação da Pesquisa ligada aos programas de Pós-Graduação da UFS (Ref. ao Proinfra 01/2007)	1.465.686,00	O objetivo do projeto é consolidar a pesquisa ligada aos programas de pós-graduação strictu sensu da UFS, visando melhorar a quantidade e a qualidade da produção científica e tecnológica e a obtenção de um melhor conceito nas avaliações da CAPES. O subprojeto LAMUR tem como objetivo implantar o laboratório Multiusuário de Ressonância (LAMUR) na UFS através da aquisição de um espectrômetro de ressonância magnética nuclear (RMN). O subprojeto CAAPB visa estabelecer infraestrutura mínima de estaco físico para consolidar as pesquisas dos programas de PG em Biotecnologia; Ciências Farmacêuticas e Ciências e Tecnologia de Alimentos e Ciências da Saúde; além	A assinatura do convênio foi realizada em 24/11/2009. Após a assinatura foi liberada a primeira parcela pela FINEP em Março de 2010. Após esta data foi solicitada a FAPese a abertura de licitação para construção da obra prevista. Solicitamos a FINEP a liberação da segunda parcela para compra do equipamento de RMN já que os recursos liberados na primeira parcela não foram suficientes para construção e compra do equipamento.	No convênio 01.09.0561.00, que tem como título do Projeto "Consolidação da Pesquisa Ligada aos Programas de Pós-Graduação da UFS" houve uma prestação de contas parcial em outubro de 2010 ao passo que solicitamos a liberação da segunda parcela. O encerramento do convênio está previsto para a data de 23/11/2011.	Sim. O convênio teve que retornar a FINEP para correção no nome do presidente da FAPese e isto demorou mais de seis meses. Além disto, houve problemas técnicos durante a licitação da obra que ainda esta em andamento. A FINEP informou que só liberará a segunda parcela quando a obra estiver licitada. Sem a segunda parcela não será possível dar andamento ao projeto.	Vigente

			de propiciar a geração de tecnologias e produção científica diversificada para as explorações agrícolas sustentáveis de sistemas de produção, com o uso de ferramentas biotecnológicas e manejo racional dos recursos naturais, indicando usos farmacológicos e alimentos. As metas do projeto são construção de uma obra para o CA-APB, reforma de salas para adequação de espaço para o equipamento de RMN e aquisição do equipamento de RMN.				
1566.14 0/2009- UFS / 0050.00 54502.0 9.9 (Petro- brás)	Desenvolver o projeto de Estudo do processo GTL (Gas to liquid) Mili-canais em escala piloto visando futuras aplicações offshore	1.955.7 23,71	a) Treinamento e visitas técnicas a refinarias da Petrobras com unidades de reforma; b) Desenvolvimento de padrões e acompanhamento da obra "off site" c) Desenvolver, verificar e determinar, em condições operacionais, o desempenho da planta piloto de GTL.	a) A primeira foi completamente cumprida. O projeto contratou 5 técnicos de nível médio sênior (aposentados da Petrobras), 1 engenheiro químico e 2 técnicas em química de nível médio, com a função de acompanhar os trabalhos da planta piloto. Todos receberam treinamentos em seus procedimentos e uma visita técnica a REDUC-RJ	A primeira parcela do projeto (R\$ 1.219.094,23, 62,3% do valor total) foi depositada em janeiro de 2010. Até o momento, este valor ainda não foi completamente gasto (o saldo atual é de R\$ 659.202,38), não sendo necessária a prestação de contas parcial e solicitação de segunda parcela.	Operacionalmente, nenhum problema. Houve um pequeno atraso na entrega da planta piloto, mas que não comprometeu o cronograma do projeto, que esta conforme previsto.	Vigente

				<p>foi realizada em junho de 2010.</p> <p>b) A segunda meta também foi cumprida, com a planta piloto fabricada pela empresa britânica COMPACT GTL sendo totalmente entregue em outubro/2010. Atualmente, a planta esta completamente montada e realizando os seus primeiros testes em novembro/2010. Os procedimentos operacionais (POPs) foram desenvolvidos pelos técnicos de nível médio sênior e redigidos pelo engenheiro químico</p> <p>c) Esta etapa esta em andamento, devendo se estender ate o final do projeto (junho de 2011).</p>			
1568.14 0/2009- UFS / 0109055 100- FINEP	Desenvolver o projeto de Consolidação da Pesquisa ligada aos programas de Pós-Graduação da UFS (Ref. ao Proinfra 01/2009)	3.824.561,00	O objetivo do projeto é consolidar a pesquisa nos programas de pós-graduação visando melhorar a quantidade e a qualidade da produção científica e tecnológica e a obtenção de um melhor conceito nas avaliações da	A assinatura do convênio foi realizada em 11/11/2009. Após a assinatura foi liberada a primeira parcela pela FINEP em Fevereiro de 2010. Após esta data foi solicitada a FAPESSE a com-	No convênio 01.09.0551.00, título do projeto "Consolidação da Pesquisa Ligada aos Programas de Pós-Graduação da UFS", foi realizada uma prestação de contas parcial em outubro de 2010	Não	Vigente

		<p>CAPEES.</p> <p>O subprojeto Central Analítica para Apoio de Pesquisas em Biomateriais (CA-APB) tem como objetivo adquirir equipamentos analíticos de grande e médio porte para a criação de um laboratório multiusuário, visando o suporte às pesquisas desenvolvidas pelos núcleos de pós-graduação em Agroecossistemas, Biotecnologia, Ciência e Tecnologia de Alimentos e Ciências Farmacêuticas, com vistas a fortalecer a formação continuada de profissionais qualificados e estabelecer a prestação de serviços conforme demandas do Estado.</p> <p>O subprojeto Complementação da infraestrutura dos laboratórios multiusuário do pólo de novos materiais (MULTMAT) tem como objetivo central a complementação da infraestrutura de pesquisa do pólo de Novos Materiais da UFS, com a aquisição de um Cromatógrafo</p>	<p>pra dos itens previstos (descritos abaixo) para serem comprados com a primeira parcela dos recursos. Solicitamos a FINEP a liberação da segunda parcela em outubro de 2010.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição do Equipamento PCR em real time - CAAPB. • Aquisição do Equipamento Microscópio de Fluorescência - CAAPB. • Aquisição do Equipamento em Espectroscopia de Massa - CAAPB. • Aquisição do veículo automotor 0Km tipo Pick-up cabine dupla Ford Ranger XL 4x4 3.0L, Motor Diesel - Mestrado em Ecologia. • Aquisição do veículo automotor 0Km tipo Pick-up cabine dupla Ford Ranger XL 4x4 3.0L, Motor Diesel - Mestrado e Doutorado em Geografia. • Aquisição do veículo automotor 0Km tipo Pick-up cabine dupla Ford 	<p>ao tempo em que solicitamos a liberação da segunda parcela. O término do convênio está previsto para a data de 10/11/2012, quando então deverá ser realizada a prestação de contas final do referido.</p>		
--	--	---	---	--	--	--

		<p>Líquido acoplado a Espectrômetro de Massas seqüencial, atendendo ao laboratório de Cromatografia.</p> <p>O subprojeto Implantação do Laboratório Multiusuário de Investigação para Integração de Pesquisa Básica e Aplicada na área da Saúde (MULTISAUDE) visa adquirir infraestrutura de pesquisa para fortalecer a formação de profissionais em nível de pós-graduação e as pesquisas, integrando as áreas básicas e aplicadas da saúde.</p> <p>O Subprojeto Prospecção ecológico-geográfico do Estado de Sergipe: FASE I - Implementação da frota para estudos de campo (PROPEG) visa incrementar a infraestrutura relacionada aos projetos de grupo de pesquisa em Ecologia, Geografia e Ciências Ambientais por meio da aquisição de três veículos automotores do tipo pick-up 4x4 para trabalhos de</p>	<p>Ranger XL 4x4 3.0L, Motor Diesel - Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição do Equipamento "Cristato" - MULTISAUDE. 			
--	--	--	---	--	--	--

			campo, dinamizando as linhas de pesquisa proporcionando autonomia e flexibilidade aos pesquisadores envolvidos com pesquisa de médio e longo prazo em campo.				
1667.15 2/2009- UFS / CV 0109055 300 (FINEP)	Execução do Projeto Implantação de Infraestrutura para Pesquisa nos Campi de Laranjeiras e Itabaiana.	1.984.564,00	<p>O objetivo do projeto é criar condições para a melhora da produção científica e tecnológica dentro dos programas de Pós-Graduação da UFS, dos quais os professores que fazem parte dos novos campi, também estão inseridos, contribuindo para a criação de novos programas de pós-graduação no interior do Estado de Sergipe.</p> <p>O subprojeto CAMPUSLAR objetiva promover a formação profissional voltada para as necessidades de profissionais que atuam na preservação e conservação do patrimônio material e imaterial, utilizando um espaço de relevante importância cultural para o Estado de Sergipe e para o Nordeste brasileiro. Os recursos</p>	A assinatura do convênio foi realizada em 24/11/2009. Após a assinatura foi liberada a primeira parcela pela FINEP em Abril de 2010. Após esta data foi solicitada a FAPESSE a compra dos itens previstos para serem comprados com a primeira parcela dos recursos. Também foi solicitada a abertura de licitação para construção de uma obra prevista no convênio. Estamos aguardando a conclusão de compra de todos os itens para solicitarmos a segunda parcela.	O convênio 01.09.0553.00, título do projeto "Implantação de Infraestrutura para Pesquisa nos Campi de Laranjeiras e Itabaiana" encontra-se dentro do prazo de validade. Não houve ainda prestação de contas parcial. A prestação de contas parcial será efetivada assim que for utilizado todo o recurso da primeira parcela e a prestação de contas final ocorrerá com o encerramento do projeto que está previsto para a data de 23/11/2011.	Não	Vigente

			<p>serviram para subsidiar a estrutura de laboratórios.</p> <p>O subprojeto NCUFS se enquadra no cenário de expansão da rede federal de expansão de educação superior, possuindo o Campus, a que se destinou este subprojeto, a criar condições de trabalho favoráveis aos pesquisadores, professores/doutores de forma a estimular o desenvolvimento científico regional. As metas do convênio incluem a aquisição de equipamentos, de material bibliográfico, de pick-up e a construção de uma obra.</p>				
1575.00 2/2010- UFS / 0050.00 23459.0 6.4 (Petro- brás)	Desenvolvimento do Projeto "Suporte Experimental e Soluções em Automação e Monitoramento Térmico de Plantas de Processos Petrolíferos-AUTOPETRO"	1.577.3 71,37	Desenvolvimento experimental de bancadas e plantas piloto para suporte a testes e ensaios para pesquisa em processos petrolíferos; Desenvolvimento e implantação de métodos de monitoramento térmico para aumentar a segurança de plantas e processos petrolíferos; Dar continuidade e fortalecer ainda	Realizada análise da viabilidade do uso de pirômetros e câmeras térmicas de diversos tipos para a implementação do sistema de monitoramento térmico; Desenvolvido sistema de reconhecimento de padrões empregando métodos não paramétricos de estimação (método de Parzen),	Não houve prestação de contas (financeira), que é feita pela FAPESSE sempre que se atinge um percentual de 75% de execução dos recursos recebidos. O projeto teve início no primeiro semestre de 2010, não tendo ainda atingido o percentual de execução financeira reco-	Atraso na aquisição de imagens térmicas dos processos a serem monitorados, ou de câmera térmica para obtenção destas imagens. Imagens térmicas adquiridas em situações compatíveis com cenários reais são fundamentais para o desenvolvimento dos módulos de extração dos	Vigente

		<p>mais a parceria já existente entre o Departamento de Engenharia Elétrica da UFS e o Núcleo Experimental Eng. José Octávio do Amaral Baruzzi do CENPES/PETROBRAS.</p> <p>Além do atendimento a estes objetivos, os seguintes resultados são perseguidos ao longo do desenvolvimento deste projeto:</p> <p>Desenvolvimento experimental de bancadas e plantas piloto para suporte a testes e ensaios para pesquisa em processos petrolíferos;</p> <p>Adaptação, testes e desenvolvimento com novas tecnologias que venham a ser pesquisadas pelo CENPES;</p> <p>Adaptação e melhoria das plantas experimentais do NuEx que sejam objeto de estudo deste projeto, aumentando seu grau de automação, sua segurança, e melhorando a qualidade na obtenção de dados experimentais e emprego destes;</p> <p>Desenvolvimento de</p>	<p>implementado em Scilab e ilustrado empregando modelo simulado ideal de planta;</p> <p>Adaptação do sistema inteligente ao Labview.</p>	<p>mendado pela PETROBRAS para reatualização de prestação de contas.</p>	<p>parâmetros do sistema, que passam sem estas imagens a ser baseados em conjecturas teóricas sobre as características que estas imagens teriam na prática, portanto limitando a eficácia do sistema inteligente em desenvolvimento neste momento. A metodologia do projeto foi adaptada para se adequar a este atraso na aquisição deste equipamento, devendo o mesmo ser adquirido até fevereiro de 2011 pela PETROBRAS.</p>	
--	--	--	---	--	--	--

		<p>técnicas de processamento de imagens e reconhecimento de padrões em imagens térmicas para aplicação em plantas, bancadas e outros sistemas industriais visando maior segurança.</p> <p>Desenvolvimento e instalação de protótipo de sistema de aquisição e monitoramento de imagens térmicas;</p> <p>Criação de uma biblioteca de imagens térmicas, classificadas segundo o padrão térmico, para possibilitar pesquisas referentes ao projeto em questão e pesquisas futuras;</p> <p>Consolidação dessa linha de pesquisa no DEL/UFS;</p> <p>Fortalecimento e estreitamento do elo já existente entre o DEL/UFS e o NuEx;</p> <p>Qualificação de mão de obra através da oferta de oportunidades de estágio e iniciação científica para alunos do curso de Engenharia Elétrica da UFS;</p> <p>Publicação dos resultados obtidos em</p>				
--	--	--	--	--	--	--

			congressos nacionais, internacionais e em periódicos indexados.				
1654.07 3/2010- UFS / 2600.00 55470.0 9.4 (Petro- brás)	Desenvolver o Projeto de "Pesquisa e Desenvolvimento Social Junto às Comunidades Costeiras Abrangidas pelo PEAC"	1.002.5 55,02	O objetivo central desse plano é consolidar a intervenção de natureza social junto às Comunidades abrangidas pelo PEAC, atuando especificamente para: a) Assessorar o Conselho Gestor e os Fóruns Regionais como instâncias deliberativas do PEAC; b) Desencadear um processo político-pedagógico de fortalecimento das marisqueiras como grupo social vulnerabilizado no interior da cadeia produtiva da pesca; c) Dar início a um processo com vistas a estabelecer as bases para construção de uma pauta institucional para a pesca artesanal no âmbito do PEAC; d) Elaborar um diagnóstico sócio-econômico dos próximos municípios a serem inseridos na área de abrangência do PEAC.	Do ponto de vista técnico-operativo, o PO IV efetivamente vem se constituindo como uma continuidade do PO III, de tal sorte que as ações previstas no primeiro obedecem a uma continuidade lógica, de forma a atender aos objetivos do Programa e as metas estabelecidas no Projeto de Desenvolvimento Social; Este PO IV vem reafirmando um conjunto de possibilidades no campo da Educação Ambiental no licenciamento, cuja mediação pedagógica invoca a participação dos sujeitos políticos nos processos decisórios pertinentes ao Programa. A atuação do Conselho Gestor, apoiada pela assessoria técnico-social, vem indicar que a direção social	Foi realizada prestação de contas parcial referente ao período de 01/03/2010 a 30/09/2010	Não informado	Vigente

				<p>adotada nas diretrizes do licenciamento mostra-se adequadas;</p> <p>A execução das ações até o presente momento vem sinalizando para um conjunto de novas ramificações que este Projeto deve tomar para dar conta da dinâmica do Programa. São exemplos desta tendência, as demandas por monitoramento dos projetos de compensação; o reforço ao trabalho de base, seja através da atuação junto aos grupos mais vulneráveis, seja por meio do assessoramento no campo das políticas para a pesca; ou ainda, a assessoria à elaboração de projetos sociais e produtivos, tendo em vista o acesso ao fundo público, dentre outras.</p>			
1637.05 7/2010- UFS	Apoio institucional nas atividades do programa editorial de in-	20.000,00	Produção de 60 títulos após a divulgação do edital para publicação de livros da editora UFS a partir do corrente	Previsão de publicação de um total de 60 originais escolhidos pelo Conselho Editorial	Não houve prestação de contas parcial e o convênio está em pleno andamento	Não existem fatos que prejudiquem o desempenho do convênio	

	teresse técnico, científico ou cultural.		mês				
1367.04 4/2008- UFS	Proporcionar aos servidores da UFS ingresso no Plano de Saúde GEAP-Referência	-	Possibilitar que os servidores ativos e inativos da UFS possam ingressar no plano de saúde GEAP-Referência.	Os resultados foram alcançados tendo em vista o aumento do número de servidores que aderiram ao plano.	O Convênio continua em vigor.	Não existiram fatos que prejudicaram o desempenho do convênio.	
1509.08 3/2009	Desenvolver o Projeto de implantação de sistemas informatizados de gestão de informações	900.000 ,00	O objetivo geral do convênio é a execução do Projeto de Implantação de sistemas informatizados de gestão de informações administrativas, acadêmicas e de recursos humanos. Com isso, espera-se alcançar a modernização da gestão administrativa, acadêmica e de recursos humanos das instituições parceiras (UFS e UFRN), facilitando o acesso às informações e conferindo agilidade aos processos mais burocráticos.	Assinatura do Contrato Cooperação entre UFS e UFRN Pagamento da primeira parcela Cooperação Pagamento da segunda parcela Cooperação Capacitação para Equipe do CPD Início dos profissionais contratados (Stefanini) Treinamento dos usuários dos módulos do SIGRH através de vídeo conferência entre a equipe UFS e a UFRN, sub-módulos: <ul style="list-style-type: none"> • Concurso; • Dimensionamento; • Freqüência; • Férias; • Capacitação; • DAP - Administração Pessoal; • Chefias de Unidade; 	Sim, através do Ofício 001/2010/CAMPUSLAG	Não ocorreram fatos que prejudicassem o desempenho da cooperação técnica.	

				<ul style="list-style-type: none"> • GDH - Gestão do Desenvolvimento Humano. Preparação do Ambiente de Treinamento do sistema SIGRH. Chegada dos novos Servidores Computacionais e para equipe de desenvolvimento edital 100/2009 Preparação do Ambiente de Produção do sistema SIGRH. Estudo e conversão dos dados do sistema legado para o SIGRH Liberação dos módulos do SIGRH para produção: <ul style="list-style-type: none"> • Portal do servidor; • Portal Auditoria; • Portal Público; • Dimensionamento; • Frequência; • Férias; • Capacitação; • DAP - Administração Pessoal; • Chefias de Unidade; • Concursos. Treinamento dos usuários dos módulos do SIGAA através de vídeo con- 			
--	--	--	--	---	--	--	--

				<p>ferência entre a equipe UFS e a UFRN, os submódulos são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Curso de Graduação; • Didático Pedagógico; • Alunos, matrículas e programas; • Portal do Coordenador de curso; • Portal da secretaria de curso; • Chefia de Departamento; • Turma Virtual; • Portal do Discente; • Portal Docente; • EAD; • Extensão; • Monitoria; • SAE - Serviço de Assistência ao Estudante; • Pesquisa; • Lato Sensu; • Stricto Sensu; • Secretaria de Apoio. <p>Estudo e conversão dos dados do sistema legado Acadêmico para o SIGAA - Graduação</p> <p>Estudo e conversão dos dados do sistema legado PIBIC para o SIGAA - Pesquisa</p> <p>Estudo do módulo</p>		
--	--	--	--	--	--	--

				SIGAA - Extensão Previsão para li- beração dos módu- los do SIGAA para produção: Gradua- ção - Pesquisa Previsão para li- beração dos módu- los do SIGRH para produção: Avalia- ção/GDH,			
1222.02 2/2007- UFS	Desenvolver o Projeto Revitaliza- ção do Rio São Francis- co: conser- vação in situ e ex situ de és- pecie arbó- reas para a recuperação de mata ci- liar	115.920 ,00	*	*	*		
1549.22 3/2009- UFS	Desenvolver o Projeto "Rede Norte e Nordeste de catálise - Fase 3"	989.582 ,56	*	*	*		
1324.11 5/2007- UFS	Conjugar esforços das partes en- volvidas, com vistas ao comparti- lhamento de informações técnicas decorrentes da produção	90.000, 00	*	*	*		

	de relatórios técnicos de identificação e delimitação de territórios remanescente de quilombos localizados no Estado de Sergipe						
1532.10 6/2009- UFS	Desenvolver o Projeto Povoamentos Agroflorestais em Áreas de Assentamento para Consumo e Sustentabilidade energética Diminuindo a Supressão Florestal de Caatinga	37.631,00	Reunir os agricultores(as) a serem envolvidos no projeto e formação de atividades dentro do assentamento de; - Levantamento pedológico, fertilidade do solo e estado nutricional das plantas nos plantios agroflorestais; - Implantação de unidades agroflorestais de produção para difusão e validação das práticas Agroflorestais de uso múltiplo nas pequenas propriedades rurais do semi-árido sergipano; - Elaboração de um plano de verticalização para os produtos madeireiros e não-madeireiros para as propriedades assistidas no projeto. - Manutenção, mensu-	Geração de renda para os agricultores assentados; - Melhoria na qualidade de vida e bem estar dos assentados; - Desenvolvimento dos arranjos agroflorestais multiuso dos produtos apresentados pelo projeto; - Contribuir significativamente com os assentados aprimorando técnicas de manejo no Bioma Caatinga e - Levantamento de indicadores econômicos de eficiência da atividade da lenha	Não, o projeto terá como ano final 2012.	Ainda não	

			<p>ração e expansão do ensaio de seleção de espécies arbóreas nas unidades demonstrativas;</p> <p>- Análise dos resultados das espécies nas unidades demonstrativas;</p> <p>- Identificação dos conjuntos de componentes e variáveis econômicas e não econômicas das unidades amostrais;</p> <p>- Elaboração do esboço de um modelo tipo de Cadeia de Produção para os sistemas agroflorestais.</p>				
1539.113/2009-UFS	Promover as condições para o desenvolvimento de inovações em tecnologias sociais sustentáveis, produtos e processos, para a operacionalização de um biodigestor piloto, que através do lixo orgânico, produzirá biogás para cocção	28.750,00	<p>1- Estudar a viabilidade do emprego de biodigestor baseado no modelo Capixaba;</p> <p>2- Dimensionar o biodigestor modelo capixaba;</p> <p>3- Construir o biodigestor na Cozinha Solar;</p> <p>4- Utilizar o gás produzido pela reação anaeróbia para cocção na cozinha solar a fim de garantir a experimentação do piloto;</p> <p>5- Aumentar a intervenção da Cozinha Solar na comunidade, estabilizando seu</p>	<p>1 - Instalação do biodigestor utilizando os resíduos do restaurante universitário;</p> <p>Produção literária sobre o dimensionamento do modelo escolhido;</p> <p>2 - Produção e purificação de biogás do biodigestor instalado;</p> <p>3 - Consolidação de uma tecnologia social e ambiental, pois com desenvolvimento do biodigestor, mostrou-se sua viabilidade de aplica-</p>	Sim, houve prestação de contas parcial, sendo aprovado a prestação de contas pelo BNB	Sim. Atraso na liberação dos recursos	

	e biofertilizante.		<p>funcionamento diário, possibilitar um aumento na demanda e uma melhor gestão de resíduos sólidos orgânicos;</p> <p>6- Produzir o biofertilizante como co-produto, estudar a viabilidade de sua utilização pela comunidade;</p> <p>7- Dar suporte tecnológico há experimentos consociados de energias alternativas, a fim de incentivar a construção de protótipos que sirvam a comunidades isoladas, cooperativas e comunidades socialmente vulneráveis;</p> <p>8- Desenvolver experimentos a fim de aperfeiçoar o processo para que no futuro essa tecnologia alcance outras comunidades;</p> <p>9- Avaliar balanço energético e ambiental do uso dessa tecnologia na Cozinha Solar; Divulgar na comunidade científica os resultados obtidos, através da produção literária.</p>	<p>ção em comunidades socialmente vulneráveis;</p> <p>4 - Repercussão e/ou impactos dos resultados:</p> <p>5 - O desenvolvimento deste projeto, adicionalmente aos conhecimentos adquiridos e vivenciados em tecnologia social, engenharia e ambientalismo, promoverá uma mudança comportamental onde os indivíduos de comunidades vulneráveis poderão ter consciência da potencialidade dos resíduos orgânicos na geração de biogás, este que quando aplicado para cocção, aquecimento e conversão em eletricidade, será uma alternativa sustentável para melhoria de renda, bem como a gestão do lixo, dois graves problemas que assolam esses indivíduos.</p> <p>6 - Com difusão desse conhecimento através do estudo piloto do biodi-</p>			
--	--------------------	--	--	---	--	--	--

				gestor, outras idéias poderão ser incentivadas, será a esperança de novas ações. Ações estas que podem ser estendidas em comunidades isoladas onde a energia elétrica se torna cara pelo difícil acesso, ou mesmo em lugares em que a população sofre com o frio. Desta forma, conclui-se que os benefícios são nobres e significativos em relação aos recursos investidos, tendo como retorno principal a consolidação de pilotos biodigestores que poderão ser aplicados em comunidades de baixa renda, onde contribuirá com o desenvolvimento sustentável do Estado de Sergipe.			
1565.13 9/2009- UFS	Colaboração financeira para execução da pesquisa "As (RE)Ordenamento Territorial no Alto	7.600,00	*	*	*		

	Sertão Ser-gipano"						
1618.03 9/2010- UFS	Avaliar os efeitos de diferentes níveis de fitase sobre o desempenho e digestibilidade, em rações para o tambaqui (Colossoma Macropomum).	23.242,60	<p>1 - Avaliar o ganho de peso, a conversão alimentar e o consumo de ração de tambaqui (Colossoma Macropomum) alimentados com rações contendo fitase.</p> <p>2 - Determinar a digestibilidade do cálcio e do fósforo em rações de tambaqui (Colossoma Macropomum) contendo fitase.</p> <p>3 - Avaliar a excreção de cálcio e fósforo em tanques de tambaqui (Colossoma Macropomum) alimentados com rações contendo fitase.</p> <p>4 - Determinar a qualidade da água em tanques de tambaqui (Colossoma Macropomum) alimentados com rações contendo fitase.</p>	Até a presente data, foram realizados a montagem da estrutura para realizar os ensaios de digestibilidades.	O convênio foi firmado no primeiro semestre de 2010 (março). contudo a liberação do recurso financeiro / abertura de conta para aquisição dos materiais aconteceu no meio do ano, atrasando o início de aquisição dos materiais. Efetivamente, o projeto iniciou em agosto/2010 com a orçamentação e compra de alguns itens. Portanto o projeto encontra-se na sua fase inicial, não tendo sido feito ainda a prestação de contas parciais	Até o presente momento não	

1617.03 8/2010- UFS	Utilização da Palma Forrageira e Feno de Glicirídia como alternativa para redução dos custos de ração para cabras leiteiras na região semi-árida de Sergipe	23.672,00	Viabilizar a liberação dos recursos capitados juntos ao BNB para o financiamento do projeto de pesquisa em questão.	Não se aplica pois o projeto só será iniciado a partir de janeiro de 2011.	Não existe prestação de contas, visto que o projeto não foi ainda iniciado.	Até o momento não	
1616.03 7/2010- UFS	Promover a melhoria quantitativa da produção leiteira e o aumento da rentabilidade de propriedades rurais do semi-árido sergipano, por meio de uma maior eficiência administrativa / gerencial associado à técnicas de manipulação do ciclo estral com Inseminação Artificial em Tempo	27.607,81	1 - Fornecer orientações técnicas aos pequenos produtores do sertão sergipano relacionadas à atividade leiteiras no semi-árido, e determinar metas a serem cumpridas; 2 - Avaliar a produção de leite dos diferentes sistemas de produção; 3 - Aumentar a produção leiteira, com a finalidade de aumentar a renda do produtor; 4 - Aumentar a produção da região, com o objetivo de atender as exigências do mercado; 5 - Fazer controle zootécnico para promover um aumento no	Até a presente data, foram realizadas visitas técnicas e reuniões com os produtores de leite do município de Nossa Senhora da Glória para cadastramento e inventário patrimonial. Os dados estão sendo lançados no Prodap GP para posterior análise.	O convênio foi firmado no primeiro semestre de 2010 (março). Contudo a liberação do recurso financeiro / abertura de conta para aquisição dos materiais aconteceu no meio do ano, atrasando o início de aquisição dos materiais. Efetivamente, o projeto iniciou em agosto/2010 com a orçamentação e compra de alguns itens. Portanto o projeto encontra-se na sua fase inicial, não tendo sido feito ainda a prestação de contas parciais.	Até o presente momento não.	

	Fixo.		<p>valor agregado aos animais;</p> <p>6 - Avaliar a viabilidade técnica e econômica da utilização de protocolos de manipulação do estro / ovulação associada à inseminação artificial em vacas leiteiras de baixa produção do semi-árido nordestino,</p> <p>7 - Verificar se a implementação de uso de diferentes protocolos de manipulação do estro / ovulação associada à inseminação artificial em vacas leiteiras de baixa produção aumenta efetivamente a produção de leite por meio da redução do intervalo de parto;</p>			
1615.03 6/2010- UFS	<p>1 - Avaliar as características estruturais de gramíneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não irrigado</p> <p>2 - Estudar a dinâmica da de forragem de gra-</p>	49.999,00	<p>1 - avaliar da composição morfológica de relvados de gramíneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não irrigado;</p> <p>2 - avaliar o índice de área foliar e interceptação luminosa em relvados de gramíneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não</p>	Até a presente data, estamos adquirindo os materiais necessários para realizarmos a implantação do experimento.	O convênio foi firmado no primeiro semestre de 2010 (março). contudo a liberação do recurso financeiro / abertura de conta para aquisição dos materiais aconteceu no meio do ano, atrasando o início de aquisição dos materiais. Efeti-	Até o presente momento não

	míneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não irrigado		irrigado; 3 - avaliar a densidade volumétrica de forragem dos relvados de gramíneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não irrigado; 4 - avaliar a densidade populacional de perfilhos dos relvados de gramíneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não irrigado; 5 - avaliar a produção de matéria seca das gramíneas forrageiras em sistemas de produção irrigado e não irrigado.		vamente, o projeto iniciou em outubro/2010 com a orçamentação e compra de alguns itens. Portanto o projeto encontra-se na sua fase inicial, não tendo sido feito ainda a prestação de contas parciais.		
1536.110/2009-UFS	Desenvolvimento de revestimento inteligente com traçabilidade ótica, p/ uso com óleos parafínicos e asfaltênicos e com CO2	1.209.962,80	*	*	*		
1644.063/2010-UFS	União de esforços dos participantes para o desenvolvimento do projeto P&D "Automação	1.910.688,80	*	*	*		

	Inteligente de Processos Petroquímicos.						
1193.094/2006-UFS	Desenvolver o projeto "Implantação de infraestrutura de pesquisa do campus de Itabaiana"	989.351,00	<p>a) Implantação da infraestrutura de redes do Campus da UFS em Itabaiana;</p> <p>b) Implantação do Laboratório de Botânica, Zoologia e Paleontologia;</p> <p>c) Implantação do Laboratório de Dosimetria e Magnetismo;</p> <p>d) Implantação de um laboratório Multidisciplinar de Pesquisas na área das Ciências Humanas, Ciências da Terra e Ciências Sociais Aplicadas;</p> <p>e) Implantação do Laboratório de Química;</p> <p>f) Criação do Programa de Assessoria em Língua Portuguesa - PALINP.</p>	<p>Em relação aos resultados da Meta Física (1) - Implantação da infraestrutura de redes do Campus da UFS em Itabaiana, com recurso total no valor de R\$ 63.180,49, se constituiu em importante item para viabilizar acessos à produção científica que vem qualificar as pesquisas desenvolvidas propiciando condições operacionais para fixação dos doutores em um novo campus de cidade do interior do estado de Sergipe. A implantação do Projeto da Rede de Comunicação de Dados contemplou uma primeira fase já realizada, no valor de R\$ 40.833,46, com a instalação de 204 (duzentos e quatro) pontos de</p>	<p>A FAPese realizou uma prestação de contas parcial deste projeto em 2007. Atualmente a FINEP concedeu novos prazos para finalização do convênio, fixando o prazo de Execução Física e Financeira para 22/11/2011 e Prestação de Contas Final para 21/01/2012.</p>	<p>Os principais fatos que prejudicaram o andamento do projeto foram: (a) a conclusão da obra do prédio do NIPEC ocorrida em maio de 2010; (b) a alta do dólar em alguns períodos coincidindo com o período de licitação e ocasião do pregão eletrônico elevou o preço de alguns equipamentos, sendo necessários novos pedidos de remanejamento; (c) a demora dos processos licitatórios e a não oferta das empresas levou a itens desertos; e, (d) a inexperiência do jovem grupo de professores do Campus Prof. Alberto Carvalho em processos licitatórios e trâmites legais via fundação FAPese, impossibilitaram a</p>	

				<p>rede a partir da instalação do cabeamento horizontal, que associados aos equipamentos relacionados (já adquiridos) potencializam o desenvolvimento de P&D no</p> <p>Campus Prof. Alberto Carvalho: 05 Switch de borda CISCO Mod. Catalyst 2960; 01 Switch Core CISCO Mod. Catalyst 4500; 01 Rack 44U ; 03 Servidores HP ; 30 computadores ; 10 No-break e Serviços de instalação da rede. Os computadores e no-breaks, também adquiridos, foram disponibilizados, no CPD (Centro de Processamento de Dados) e aos pesquisadores nos laboratórios onde se encontram desenvolvendo as suas atividades de pesquisa. Em sua segunda fase, no valor de R\$ 22.347,03, está em andamento a</p>		<p>maior agilidade nos prazos de remanejamentos e licitações.</p>	
--	--	--	--	---	--	---	--

				<p>implantação de sistema de rede de dados e climatização para os laboratórios do novo Núcleo Integrado de Pesquisa em Educação e Ciência (NIPEC) do Campus. A montagem dos laboratórios de pesquisa (Metas Físicas 2, 3, 4, 5 e 6) - Laboratório de Botânica, Zoologia e Paleontologia; Laboratório de Dosimetria e Magnetismo; Laboratório Multidisciplinar de Pesquisas na área das Ciências Humanas, Ciências da Terra e Ciências Sociais Aplicadas; Laboratório do Programa de Assessoria em Língua Portuguesa e Laboratório de Química - está em conclusão. O recurso total destas metas, no valor de R\$ 926.170,51, foi destinado a aquisição de equipamentos utilizados como suporte ao desenvol-</p>			
--	--	--	--	--	--	--	--

				vimento das pesquisas dos docentes do Campus. A maioria dos equipamentos, entre nacionais e importados, já foram adquiridos e instalados, com recurso gasto de R\$ 839.619,37. Os demais se encontram em fase de abertura de novas licitações.			
1625.04 6/2010- UFS	Promover a capacitação de funcionários da CANUTO'S, através da participação em programa de Pós-graduação desenvolvido pela UFS	12.000,00	*	*	A empresa Canuto's fez o aporte de R\$ 3.000,00 à UFS, referente às parcelas de março a agosto/2010		A UFS contactou a empresa Canuto's, em função do atraso das parcelas relativas a setembro e outubro/2010, sendo que a empresa comprometeu-se a fazer o pagamento no mês de outubro/2010, con-

							forme CI n° 56/2010- NUPEC.
1641.15 1/2009- UFS	Promover a capacitação dos servidores do Banese, através da participação em programa de Pós-graduação desenvolvido pela UFS	36.000,00	*	*	O Banese aportou à UFS a importância de R\$ 28.500,00, referente às parcelas dos meses de março/2009 a outubro/2010, conforme CI 57/2010-NUPEC	*	
1478.05 3/2009- UFS	Instalação do Campus de Lagarto e Implantação dos cursos de graduação	27.441.000,00	Instalação do Campus de Lagarto e Implantação dos cursos de graduação	Diretor Executivo do Campus de Lagarto.	Sim, através do Ofício 001/2010/CAMPUSLAG	Não ocorreram fatos que prejudicassem o desempenho da cooperação técnica.	

* Os gestores responsáveis pelos convênios não disponibilizaram informações tempestivamente para composição deste relatório.

f) VERIFICAÇÃO DA CONSISTÊNCIA DOS ATOS RELACIONADOS A FOLHA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

Por ocasião da elaboração do PAINT/2010 foram incluídos trabalhos de auditoria na área de Recursos Humanos acerca da folha de pagamentos. Esta atividade ficou prejudicada, conforme relatado no item I-c, folhas 50 - 52 deste relatório. O não atendimento tempestivo dos setores responsáveis inviabilizou a execução dessa atividade. Desta forma, a equipe de auditoria ficou impossibilitada de executar a auditoria em questão, passando a atender outros itens do PAINT/2010, a fim de não comprometer a execução de outras atividades. Outrossim, não é possível a emissão de opinião ou relato acerca da consistência dos atos relacionados à Folha de Pagamento dos servidores da instituição.

IV - Fatos relevantes de natureza administrativa ou organizacional com impacto sobre a auditoria interna.

Os fatos administrativos que influenciaram as atividades da auditoria interna no exercício foram: Substituição dos mobiliários antigos por novos, permuta de computadores obsoletos por computadores de última geração, aquisição de um notebook para os trabalhos de campo, além da ocupação de uma sala com dimensões maiores no pavimento inferior da reitoria. No primeiro semestre de 2010 houve a contratação de um servidor técnico administrativo de nível médio para substituir a servidora que se afastou em 2008 por motivo de aposentadoria.

V - Desenvolvimento institucional e capacitação da auditoria interna.

* Participação da servidora Sandra Lúcia Alves Matias, nos XXXII e XXXIII Fórum Nacional dos Auditores Internos das Instituições Federais de Ensino - FONAI/MEC, nas respectivas cidades de Florianópolis-SC, no período de 17 a 21 de maio de 2010, e Salvador-BA no período de 18 a 22 de outubro de 2010. Teve como resultado obtido a interação com os demais representantes das IFES do MEC, tendo por fim agregar novos conhecimentos e experiências, para o aperfeiçoamento de técnicas e procedimentos no desenvolvimento atividades de auditorias, em especial a padronização do PAINT/2011.

* Participação do servidor André Luís Oliveira Feitosa do curso de Auditor Interno de Sistemas Integrados no período de 18 a 27 de outubro promovido pela empresa Estado da Arte Consultoria e Treinamento, realizado na cidade de Aracaju, abordando normas e procedimentos de gestão e auditoria interna segundo padronização da Série ISO 9001, 14000, 19011 e OHSAS 18001. Carga horária 24 h.

Cidade Universitária Prof. José Aloísio de Campos,
27 de janeiro de 2011.

Adm^a Sandra Lúcia Alves Matias
Adm^a no Exercício das Atividades de Auditoria

Contador André Luis de Oliveira Feitosa
Auditor